magazineluiza

magazineluiza

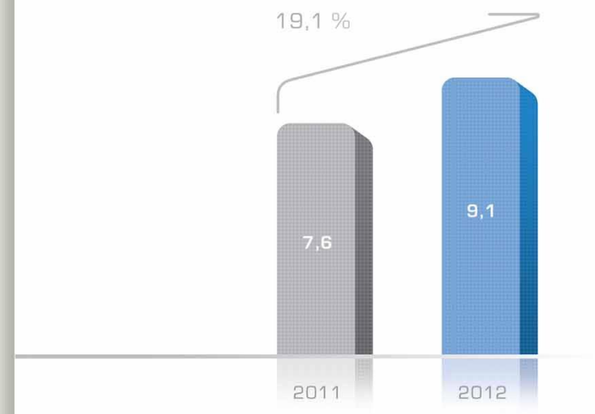
Relatório Anual

2012

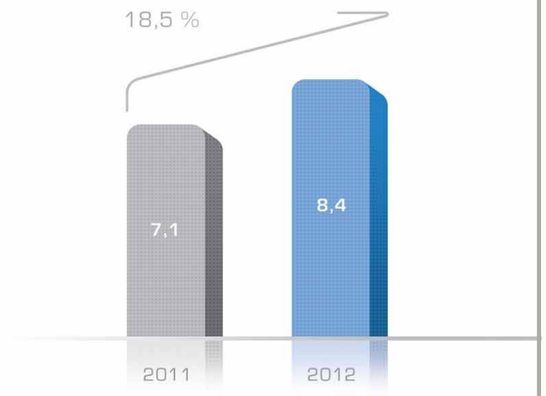
magazineluiza

Nosso Universo

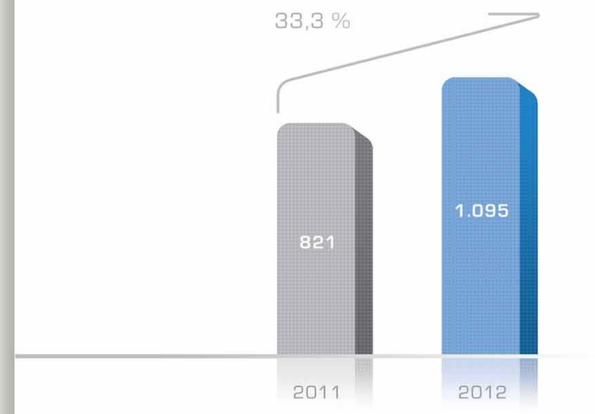
Receita Bruta Total (R$ bilhões)



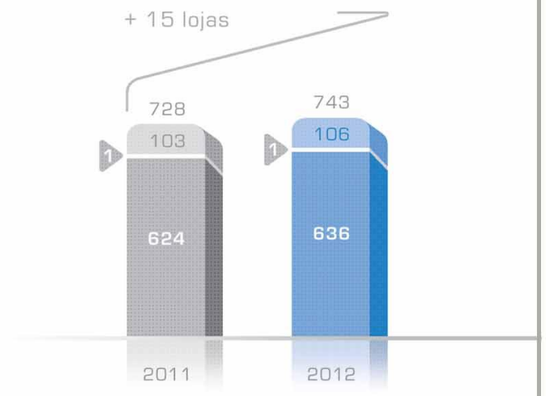
Varejo - Receita Bruta (R$ bilhões)



Faturamento Bruto na Internet
(R$ milhões)

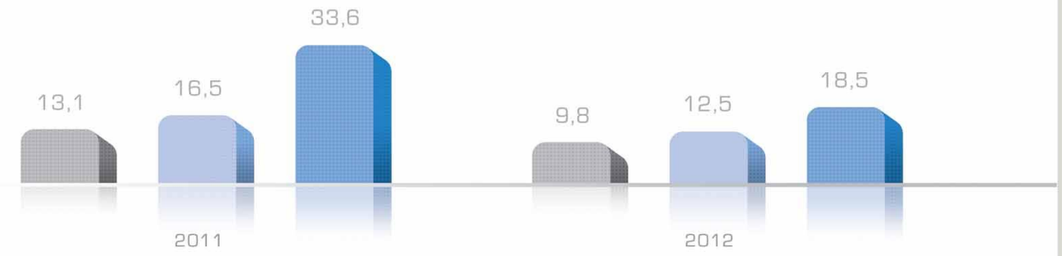


Evolução do Número de Lojas
(em quantidade)



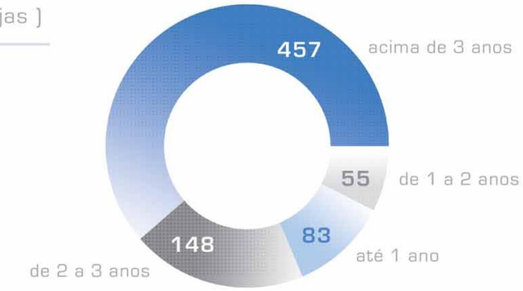
Lojas Virtuais
Site
Lojas Convencionais

Crescimento das Vendas Mesmas Lojas (em %)

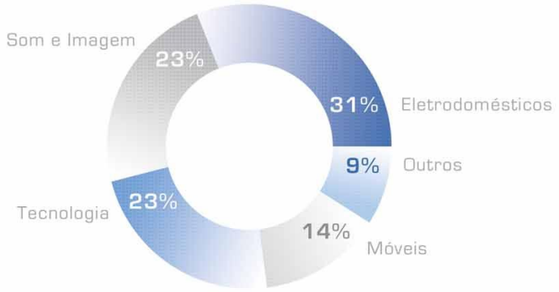


Crescimento das Vendas Mesmas Lojas Físicas
Crescimento das Vendas Mesmas Lojas (inclui e-commerce)
Crescimento das Vendas Totais do Varejo

Idade Média das Lojas
(em quantidade de lojas)



Mix de Produto Equilibrado
(% das vendas 2012)



Índice

Nosso Universo 02
Índice 04
Quem Somos 06
Carta da Presidente 08
Palavra do CEO 10
Palavra do CFO 12

01 Sobre o Magazine Luiza

Nossa História 14
Ética e Valores 15
A Companhia 16
Nosso Mundo Financeiro 26
Nossa Inovação 30
Nossa Tecnologia 35
Campanhas e Ações Publicitárias 36
Nossas Operações 38

40 .. Estratégia e Oportunidade 02

03 Magazine Luiza e a Sociedade 48

04 Governança Corporativa 52

62 ..... Análise Financeira 05

06 Sustentabilidade 72

07 Demonstrações Financeiras 82

Quem Somos

Proporcionamos Felicidade aos Brasileiros

Somos comprometidos com o País e os nossos investidores

O Magazine Luiza é uma das maiores redes varejistas com foco em bens duráveis e grande presença nas classes populares do Brasil. Conta com uma base de 30 milhões de clientes cadastrados, sendo 30% deles ativos.

Seu objetivo é vender produtos e serviços que gerem satisfação pessoal e felicidade, principalmente à classe C, que representa mais de 100 milhões de brasileiros, com um *mix* altamente diversificado, focado em eletrodomésticos, produtos eletrônicos, tecnologia, móveis e cozinha, utilidades domésticas, brinquedos e outros. O leque atende a todas as faixas etárias de uma família.

Ao final de 2012, o valor de mercado do Magazine Luiza era de R$ 2,3 bilhões. Operava 743 lojas e havia vendido 22,3 milhões de produtos, com mais de 24 mil colaboradores e oito centros de distribuição, estando presente em 16 estados brasileiros, que correspondem a 75% do Produto Interno Bruto (PIB) da sétima maior economia do mundo.

Hoje, o Magazine Luiza está estrategicamente inserido em um segmento considerado o motor de crescimento econômico nacional, cujo principal elemento propulsor é o consumo. A expectativa é que esse setor continue a crescer acima do PIB na próxima década, graças à forte demanda alimentada pelo aumento dos níveis de renda per capita, baixo desemprego, disponibilidade de crédito e migração de classes.

Estamos bem posicionados para capturar essa demanda, dar continuidade ao crescimento da Companhia nos exercícios vindouros e fortalecer nossa proposta de valor para todos os nossos *stakeholders.*

Temos uma plataforma de vendas multicanal, um dos nossos grandes diferenciais. Estamos presentes onde, quando e como os clientes desejarem.

Somos muito mais do que uma empresa de varejo. Por nossas subsidiárias, facilitamos as compras ao oferecer serviços de crédito, pela Luizacred, e de seguro, pela Luizaseg, além de cartas de crédito, pelo Consórcio Luiza.

Proporcionamos também excelência em atendimento nos quatro cantos do País, sempre atentos ao mercado e comportamento dos consumidores. Todos os nossos colaboradores são norteados por uma filosofia única, conhecida como o **Jeito Luiza de Ser**, que contempla uma regra de ouro: Faça aos outros o que gostaria que fizessem a você. Prezamos por um relacionamento diferenciado com os diversos públicos, sejam eles colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores ou clientes, colocando-os sempre em primeiro lugar. Há quinze anos, estamos entre as melhores empresas para se trabalhar.

Carta da presidente

Luiza Helena Trajano

Prezados Acionistas:

O ano de 2012 significou uma grande realização para o Magazine Luiza: a conclusão de um ciclo de desenvolvimento bastante importante para a consolidação da Companhia no varejo brasileiro. Evoluímos 19,1%, em relação a 2011, atingindo R$ 9,1 bilhões de receita bruta consolidada. O aumento das vendas no conceito mesmas lojas foi de 12,5%, impulsionado pelo processo de maturação das lojas novas, notadamente nas do Nordeste, e acelerado avanço do ***e-commerce***. Crescemos acima da média do setor e ganhamos ***market share*** em todas as categorias de produtos, em um ambiente econômico desafiador e de concorrência acirrada.

Pela primeira vez na história da Companhia, o ***e-commerce*** ultrapassou a marca de R$ 1 bilhão de vendas, fechando o ano de 2012 com R$ 1,1 bilhão e crescimento de 33,3%, em relação a 2011. Esta conquista foi sustentada pelo aumento de audiência do ***site***, ampliação do sortimento e novas parcerias B2B e ***marketplace***, como, por exemplo, viagens e suplementos alimentares. O ***e-commerce*** do Magazine Luiza ganhou os prêmios de melhor loja de eletrodomésticos e loja mais querida do Brasil pelo ***e-bit***, resultado do foco constante em inovações com o lançamento da nova versão do ***site/mobile*** e melhoria significativa nas áreas de Logística e de Operações.

Acreditamos que a multicanalidade é um dos nossos diferenciais. Atender os clientes com excelência faz parte da nossa missão, seja na loja física, loja virtual, site ou ***magazinevocê***. A rentabilidade positiva em todos os canais comprova que a multicanalidade traz sinergias de infraestrutura e de despesas operacionais, garantindo o desenvolvimento sustentável da Companhia. Além do desempenho robusto de vendas nos canais tradicionais, o ***magazinevocê*** cresceu de forma acelerada, com mais de 70 mil divulgadores, 10 meses após o seu lançamento, em fevereiro de 2012, uma amostra da capacidade inovadora do Magazine Luiza em alavancar a mídia social como uma nova ferramenta nacional de vendas.

Concluímos com pleno êxito a integração das redes Lojas Maia e Baú da Felicidade, apesar da sua complexidade, com o envolvimento direto de mais de 200 colaboradores da Companhia. Integramos 104 lojas no Sul/Sudeste (Lojas do Baú) e 150 lojas no Nordeste (Lojas Maia), respectivamente em fevereiro e outubro de 2012. Hoje, todas as 743 lojas, centros de distribuição e sistemas contábeis e de gestão estão totalmente integrados.

Durante todo o ano de 2012, engajamo-nos em um programa de racionalização de custos e despesas, o primeiro passo de um ciclo com foco em produtividade e rentabilidade, que trouxe importantes reduções de despesas em todos os departamentos. Entretanto, em 2013, ainda temos um significativo caminho a percorrer, com oportunidades tanto no Nordeste como nas outras regiões em que atuamos.

Finalmente, o conservadorismo adotado, no decorrer de 2012, na Luizacred, gerou resultados positivos no último trimestre. Os indicadores de atraso melhoraram significativamente e conseguimos equilibrar o *mix* entre o CDC e o Cartão Luiza, além de implantar o projeto de racionalização de custos e despesas e de aumento de produtividade nas lojas. Como resultado, a Luizacred fechou o quarto trimestre de 2012 com margem EBITDA de 11,6% e líquida de 6,0%.

Começamos 2013 com duas missões: a gestão estratégica de pessoas e a rentabilidade da Companhia. Nossos colaboradores são o principal ativo do Magazine Luiza e, para garantir a excelência no atendimento aos clientes e na qualidade dos serviços, precisamos cuidar primeiramente deles. No transcorrer de 2013, vamos trabalhar com foco em treinamento, retenção, capacitação e manutenção do **Jeito Luiza de Ser** em todas as lojas, escritórios e centros e distribuição (CDs).

Vamos também fortalecer o ciclo com foco em produtividade e rentabilidade, iniciado, em 2012, com o programa de racionalização de custos e despesas ("Programa Mais com Menos").

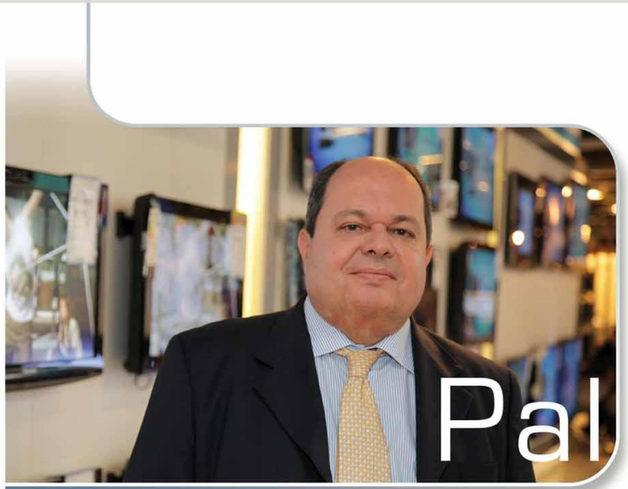
Ainda para 2013, planejamos abrir entre 20 e 25 lojas (novas), após o fechamento de 14 em janeiro último. Temos o objetivo de preservar margens em um ambiente mais competitivo. A Companhia reduzirá a diferença existente entre as lojas do Nordeste e das outras regiões em que atua. Para garantir a manutenção de margens em todas as regiões, desenvolveu um Projeto de Gestão de Preços, que está atualmente em implantação e visa incrementar a inteligência na precificação por canal, região e família de produtos.

Realizaremos as sinergias esperadas dos processos de integração das redes Lojas Maia e do Baú da Felicidade, bem como a finalização das despesas extraordinárias de integração que ocorreram em 2012. O "Programa Mais com Menos" estabeleceu políticas de controle mais rigorosas para 2013, da redefinição de processos de orçamento por departamento, passando pela adoção de metas "base zero" para cada área, fechando com a priorização dos projetos de redução de custos que serão implantados ao longo do ano.

Além do "Projeto Mais com Menos", outras iniciativas serão implantadas durante 2013 com foco na redução de custos e despesas: (i) desoneração da folha de pagamento e redução de custos de energia elétrica, conforme anunciadas pelo governo Federal; (ii) aumento da produtividade nas equipes de apoio e Luizacred nas lojas; (iii) redução de custos logísticos com o projeto de entrega multicanal - os produtos do ***e-commerce*** serão enviados diretamente pelos oito centros de distribuição; e (iv) diluição de despesas de ***marketing***, uma vez que o Magazine Luiza não pretende entrar em novos mercados.

Estamos otimistas em relação ao ano de 2013 e acreditamos que o ciclo de consolidação e integração das redes possibilitará o sucesso de um novo período de crescimento sustentável, com melhores níveis de produtividade e rentabilidade no médio e longo prazos.

Luiza Helena Trajano
Presidente do Magazine Luiza



Marcelo Silva

Palavra do CEO

Integração e Consolidação
Abraçando o Nordeste

Iniciamos 2012 com uma grande expectativa e determinação: realizar com êxito a integração das redes Lojas Maia, no Nordeste, e Baú da Felicidade, no Sul e Sudeste. Os desafios eram grandes – sistemas, estoques, crédito, gestão de compras, capacidade de centros de distribuição, logística, colaboradores, gestão de pessoas e cultura. E como fazer isto da melhor forma?

A integração exigiu planejamento, empenho e muita dedicação. As aquisições das duas redes, em 2010 e 2011, foram ousadas. As novas lojas requereram investimentos e esforço de toda a Companhia, para que fossem incorporadas e gerassem um retorno positivo.

O processo de integração do Baú da Felicidade teve início no terceiro trimestre de 2011, quando 104 lojas foram incorporadas. O projeto envolveu a abertura e o fechamento de lojas, reformas e integração sistêmica e societária.

A aquisição do Baú da Felicidade teve dois objetivos estratégicos: aumentar nossa presença nos Estados de São Paulo e do Paraná e expandir o canal virtual. Das 104 lojas adquiridas, 35 foram convertidas para o modelo virtual.

Por sua vez, a integração da Lojas Maia começou no primeiro trimestre de 2011 e envolveu 150 unidades. Respeitamos a cultura local e introduzimos o nome Magazine Luiza de forma gradual. Reformamos as lojas, ampliamos o *mix* de produtos, introduzimos as operações de crédito pela Luizacred e treinamos todas as lideranças e equipes de vendas. A aceitação refletiu-se no faturamento da rede que dobrou desde a sua aquisição.

Montamos uma verdadeira "Sala de guerra" para superar os novos desafios de logística, uma vez que nossa presença geográfica se expandiu de 7 para 16 Estados. Foram desenvolvidas soluções para uma nova cadeia de distribuição integrada, saudável e mais eficiente. Enfim, desenhamos um novo mapa do Magazine Luiza, ampliamos nossa presença no País e levamos a cultura singular das campanhas Liquidação Fantástica, Cliente Ouro, Só Amanhã e Bota-Fora para o Nordeste.

A Luizacred foi fundamental para o sucesso das operações no Nordeste, dada a concentração de uma população mais carente na região e o crédito escasso. Atualmente, ela é responsável pelo financiamento de grande parcela das vendas no local.

Em fevereiro e outubro de 2012, concluímos com pleno êxito a integração das redes Baú da Felicidade e Lojas Maia, respectivamente. Finalmente, as empresas proferiam o mesmo idioma, usando sistemas de última geração do Magazine Luiza, uma contabilidade única e, acima de tudo, gestão e visão integradas. Padronizamos o atendimento e a identidade visual e implantamos em toda a nossa rede o **Jeito Luiza de Ser**. Essa integração representou um marco histórico nos 55 anos do Magazine Luiza.

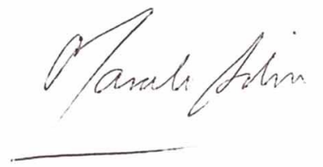
Em 2013, começamos um novo ciclo, em que contamos com um crescimento de um dígito alto nas vendas pelo conceito mesmas lojas e preservação das margens do grupo. Vamos captar as sinergias das aquisições e impulsionar a frequência de consumo por meio de um serviço diferenciado aos clientes.

Esperamos investir R$ 150 milhões, levemente abaixo do patamar de 2012, com foco em abrir e reformar lojas, redesenhar áreas-chave de unidades, elevar a capacidade dos centros de distribuição e aprimorar os segmentos de tecnologia e logística. Prevemos a abertura de 20 a 25 unidades no Nordeste, Sul e Sudeste e vamos nos beneficiar da continuidade do processo de maturação de um terço das lojas.

Na gestão estratégica de pessoas, nosso objetivo é o desenvolvimento dos colaboradores, promovendo um ambiente de sucesso para toda nossa equipe e fomentando ainda mais iniciativas, como o plano de carreira e retenção de talentos, fortalecendo o **Jeito Luiza de Ser**. Redobraremos nossos esforços na comunicação interna – TV Luiza, Portal Luiza e Rádio Luiza –, para motivar e inspirar todos os nossos colaboradores.

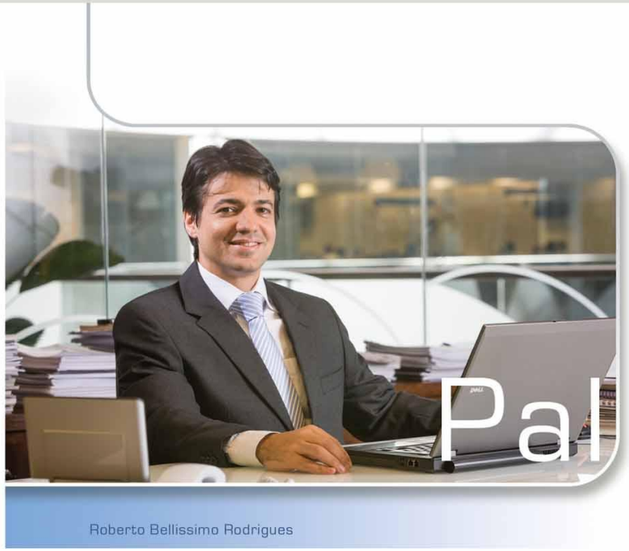
No atendimento aos clientes, nosso foco será na melhoria da cadeia de abastecimento, com iniciativas que envolvam a gestão de estoque e de preços, a revisão dos processos comerciais e de loja e uma melhor eficiência logística, para tornar a experiência de compra ainda mais memorável.

Cremos, sem dúvida, no aprimoramento constante para trazer satisfação aos clientes e melhorar a rentabilidade aos acionistas. Nossa filosofia e valores são essenciais no sucesso dos negócios.



Marcelo Silva
CEO do Magazine Luiza

Integração de mais de 250 lojas em 1 ano	Baú da Felicidade	Lojas Maia
Data da aquisição	Agosto de 2011	Agosto de 2010
Início do projeto	Agosto de 2011	Março de 2011
Data da finalização	Fevereiro de 2012	Outubro de 2012
Escopo (integração)	104 lojas	150 lojas, 2 Cds, 3 *cross docking*
Abrangência nacional	2 Estados (SP e PR)	9 Estados (PI, CE, PB, PE, SE, MA, RN, AL e BA)
Receita em 2010	R$ 415 milhões	R$ 652 milhões
Tamanho médio das lojas	400 m²	620 m²
Aumento do espaço de vendas para o Magazine Luiza	39 mil m²	96 mil m²



Roberto Bellissimo Rodrigues

Palavra do CFO

Saúde Financeira e Produtividade
De olho na lucratividade

O ano de 2012 começou com a perspectiva de um cenário macroeconômico favorável. Esperávamos um crescimento de 4% do PIB, diante do aumento do salário mínimo, queda dos juros e taxa de desemprego.

Apesar desta expectativa positiva, decidimos desenvolver um programa para reduzir custos e aumentar a produtividade. Sabíamos dos gastos extraordinários relacionados à integração da Lojas Maia e Baú da Felicidade, no decorrer do ano. Desta forma, surgiu o "Programa Mais com Menos", que visa melhorar a eficiência operacional e os indicadores financeiros de toda a Companhia.

Esta iniciativa começou em janeiro de 2012. Observamos o Magazine Luiza em detalhes, desde a gestão da verba de compras e estoques até o giro da mercadoria. Renegociamos grande parte dos contratos com nossos fornecedores e prestadores de serviços.

As economias foram pulverizadas em toda a Companhia e o programa ganhou fôlego no decorrer do ano, particularmente no quarto trimestre, quando as despesas operacionais recorrentes, ajustadas às extraordinárias, reduziram 0,7 ponto percentual, se comparadas ao ano anterior.

O resultado do programa ajudou a mitigar o impacto de uma economia menos favorável que deixou de manifestar ganhos esperados ao longo do ano. No meio deste ambiente desafiador, foi necessário estimular a frequência de consumo para assegurar um crescimento de dois dígitos na receita bruta. No último trimestre de 2012, lançamos várias promoções, como a *Black Friday*, que pressionaram a margem bruta e o EBITDA e impactaram o resultado anual.

Considerando o resultado operacional extraordinário de R$ 39,9 milhões, grande parte relacionado à integração das redes, terminamos o ano com um prejuízo de R$ 6,7 milhões. Quando excluímos estes gastos, o lucro líquido ajustado foi de R$ 14,1 milhões.

O conservadorismo adotado no decorrer de 2012 na Luizacred também impactou negativamente os resultados da Companhia. No entanto, com a melhoria contínua dos indicadores de atraso e das margens operacionais, em virtude do aumento da participação do crédito direto ao consumidor (CDC) e redução do Cartão de Crédito *Co-Branded*, a Luizacred retornou para o patamar de rentabilidade sustentável no quarto trimestre, com margem EBITDA de 11,6%.

Para 2013, os economistas preveem um crescimento ao redor de 3% do PIB. E nós vamos crescer de forma sustentável, com foco na preservação das margens operacionais, e usar novos processos para controlar melhor a gestão de preços e diminuir gradualmente o *gap* existente entre a margem bruta do Nordeste e de outras regiões. Temos convicção de que tanto as lojas do Nordeste como as antigas do Baú da Felicidade também trarão resultados positivos.

A Luizacred deve manter o conservadorismo na aprovação de crédito e no provisionamento para perdas em liquidação duvidosa, entretanto acreditamos que as provisões cairão proporcionalmente à melhora dos indicadores de atraso. Ao mesmo tempo, focaremos em aumentar as margens. Hoje, estamos confiantes no desempenho da financeira com a transferência do processamento de cartões de crédito para o Itaú, além do foco em produtos de maior margem, como o CDC.

Melhoraremos nossos resultados de forma consistente, previsível e gradual. Continuaremos focados em prudência financeira, com projeto de redução de custos e despesas e aumento de eficiência nas lojas. No médio prazo, esperamos diminuir o capital de giro, por meio da recuperação de créditos acumulados de ICMS por substituição tributária e da melhor gestão dos estoques, agora que o Nordeste está integrado. Pretendemos melhorar nosso perfil de dívida, alongar o prazo médio, reduzir o risco de refinanciamento e diminuir a proporção de dívida líquida sobre o EBITDA.

As metas são ambiciosas, mas estas medidas contribuirão para a eficiência operacional, culminando em melhores resultados financeiros. Toda a Diretoria está alinhada na realização destes objetivos financeiros.

Roberto Bellissimo Rodrigues
CFO do Magazine Luiza

Sobre o Magazine Luiza
Nossa História

fachada loja matriz de Franca/SP

Como tudo começou

Ética e Valores

M I S S Ã O

As pessoas são a essência do negócio

Ser uma empresa competitiva, inovadora e ousada, que visa sempre ao bem-estar comum.

Conheça a história do Magazine Luiza

De uma pequena loja inaugurada em Franca, no interior de São Paulo, em 16 de novembro de 1957, que, inicialmente, se chamava "A Cristaleira", surgiu uma das empresas líderes do varejo no Brasil.

A Companhia

Ao longo dos anos, desenvolvemos uma trajetória de expansão bem-sucedida, como demonstrada, a seguir, na linha do tempo:

Aquisição das Lojas Líder, na região de Campinas (SP)

Prêmio "Melhor Empresa para se Trabalhar", em pesquisa do Instituto *Great Place to Work*

Criação da financeira LUIZACRED em associação com o Itaú Unibanco

Aquisição da Wanel, rede de lojas na região de Sorocaba (SP)

Inauguração da primeira grande loja de departamentos em Franca

Início da reestruturação societária para expansão dos negócios

Luiza Helena Trajano assume a liderança da rede

Início das vendas pela internet

Início da expansão para fora do Estado de São Paulo, com abertura de lojas em cidades do Triângulo Mineiro

Ampliação da primeira loja, com ingresso na sociedade do casal Maria Trajano Garcia e Wagner Garcia

1957 · 1966 · 1974 · 1976 · 1983 · 1986 · 1991 · 1992 · 1996 · 2000 · 2001 · 2003 · 2004 · 2005 · 2006 · 2007 · 2008 · 2010 · 2011 · 2012

Aquisição das Lojas Mercantil

Ampliação da rede de lojas para o Paraná

Aquisição das Lojas Felippe, no Mato Grosso do Sul

Divulgação do primeiro balanço financeiro auditado externamente

Inauguração do 1º Centro de Distribuição, em Ribeirão Preto (SP)

Criação da **luizaseg** em associação com a Cardif, empresa do Grupo BNP Paribas

Início da construção do Centro de Distribuição Bandeirantes, em Louveira (SP), e ampliação de nossa estrutura em logística

Início das atividades em Santa Catarina e expansão no Paraná e no Rio Grande do Sul, com a aquisição das Lojas Base, Kilar e Madol

Aporte de capital de fundos de *private equity* administrados pela *Capital International Inc*

Criação da TV Luiza, da Rádio Luiza e do Portal Luiza

Fundação do Magazine Luiza na Cidade de Franca (SP) pelo casal Luiza Trajano e Pelegrino José Donato

Pioneirismo pela criação das Lojas Eletrônicas, hoje chamadas de Lojas Virtuais

Inauguração de mais três Centros de Distribuição, em Caxias do Sul (RS), Contagem (MG) e Navegantes (SC)

O Magazine Luiza posiciona-se entre as três maiores redes do Brasil

Prêmio "Melhor Empresa para a Mulher Trabalhar no Brasil", em pesquisa do Instituto *Great Place to Work*

Abertura simultânea de 46 lojas na Cidade de São Paulo

Prêmio "Melhor Empresa para Executivos Trabalharem", em pesquisa do Instituto *Great Place to Work*

O Magazine Luiza completa a incorporação das lojas do Baú da Felicidade, que passam a operar com todos os sistemas da empresa

Aquisição das Lojas Arno, no Rio Grande do Sul

Prêmio "Melhor Empresa na Prática do Falar com seus Colaboradores", em pesquisa do Instituto *Great Place to Work*

Aquisição das Lojas Maia, com foco de atuação em nove Estados da Região Nordeste

Alcance de expressiva marca de 20 milhões de clientes em 16 Estados do Brasil

No final de 2010, mudança do nosso escritório de negócios para São Paulo

A Oferta Pública Inicial de Ações (IPO) marcou o início de um novo capítulo na história da companhia

Aquisição das lojas do Baú da Felicidade, junto ao Grupo Silvio Santos

Prêmio "Melhor Empresa na Prática do Escutar seus Colaboradores" e 6º lugar na pesquisa "Melhores Empresas para se Trabalhar", do Instituto *Great Place to Work*

Iniciativa do primeiro *"social commerce"* do Brasil, o magazinevocê

O projeto *magazinevocê* amplia o número de lojas, com a abertura para o público em geral. O projeto fecha 2012 com mais de 70 mil perfis cadastrados

Em 2012, pela primeira vez, a Liquidação Fantástica foi realizada simultaneamente em todas as lojas da rede, do Sul ao Nordeste do País

Projeto inédito no País, o Chip Luiza foi lançado pelo Magazine Luiza com o objetivo de democratizar o acesso à internet e se consolidar como um novo canal de relacionamento e vendas

Site da companhia atinge a marca histórica de R$ 1 bilhão de faturamento.

Magazine Luiza completa a integração das Lojas Maia nos nove Estados do Nordeste, com as unidades da região tornando-se exclusivamente Magazine Luiza, nas dimensões de sistemas, pessoas, infraestrutura e marca

METAS 2013

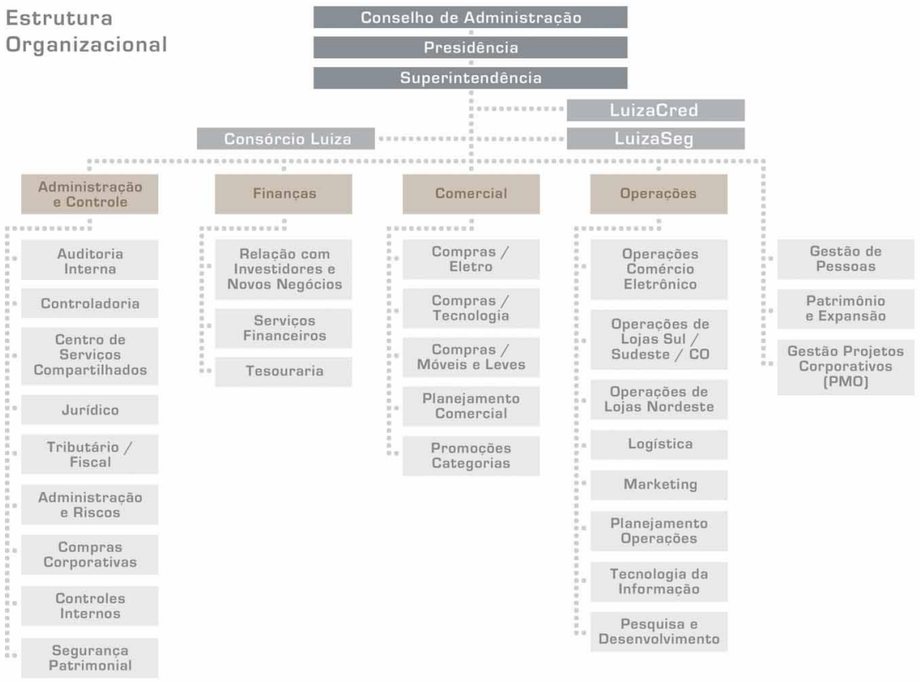
Neste ano, temos os seguintes objetivos:

- Buscar constantemente a excelência no atendimento aos nossos clientes;
- Entregar resultados consistentes para os nossos investidores;
- Agir com um profissionalismo que destaque o Magazine Luiza dos seus pares;
- Buscar uma governança rigorosa e uma forte disciplina financeira;
- Assegurar o crescimento sustentável com o aumento da eficiência, produtividade e rentabilidade da Companhia;
- Preservar a margem bruta e reduzir os custos.

Visão

Ser o grupo mais inovador do varejo nacional, oferecendo variadas linhas de produtos e serviços para a família brasileira. Estar presente onde, quando e como os clientes desejarem, seja em lojas físicas, virtuais ou *on-line*. Encantá-los sempre com o melhor time do varejo, um atendimento diferenciado e preços competitivos.

Estrutura Organizacional



Valores e Princípios

Respeito, Desenvolvimento e Reconhecimento	Colocamos as pessoas em primeiro lugar, porque elas são a força e a vitalidade da nossa organização.
Ética	Nossas ações e relações são baseadas na verdade, integridade, honestidade, transparência, justiça e bem comum.
Simplicidade e Liberdade de Expressão	Buscamos a simplicidade em nossas relações e processos, respeitamos as opiniões de todos e estamos abertos a ouvi-las, independentemente da posição que ocupam na Companhia.
Inovação e Ousadia	Cultivamos o empreendedorismo na busca de fazer diferente, com iniciativas inovadoras e ousadas.
Regra de Ouro	Faça aos outros o que gostaria que fizessem a você.

Cultura em Foco - **Jeito Luiza de Ser**

Meritocracia:

é a prática de reconhecimento público e recompensa dos colaboradores que se destacam pelo talento e desempenho.

Contamos com pilares importantes que nos dão sustentação e vitalidade para disseminar a cultura pioneira e inovadora do **Jeito Luiza de Ser.**

Comunicação:

utilizamos o Portal Luiza, a Rádio Luiza e a TV Luiza para motivar, inspirar e informar os nossos colaboradores dos passos da Companhia e das estratégias de vendas.

Autodesenvolvimento:

estimulamos os colaboradores a traçarem metas, planos de carreira e/ou a buscarem o próprio crescimento pessoal e profissional.

Política de Portas Abertas:

em 1991, Luiza Helena Trajano derrubou as paredes quando assumiu a Superintendência da Companhia, o que possibilitou a contribuição permanente dos colaboradores para a melhoria do clima e dos processos operacionais e estratégicos.

Pessoas em Primeiro Lugar:

nossa política de Recursos Humanos é baseada na valorização das pessoas, desenvolvimento e qualidade de vida.

Liberdade Acompanhada:

os gerentes das lojas do Magazine Luiza têm autonomia para administrar as unidades como se fossem proprietários.

Cultura Empreendedora:

o Magazine Luiza está focado no pioneirismo, inovação e velocidade no fazer acontecer, sempre colocando os clientes em primeiro lugar.

Liderança:

motivamos e incentivamos todas as lideranças a atuarem como servidores e educadores.

Conselho de Colaboradores:

os eleitos atuam diretamente com a gerência e os gestores no processo decisório de administração da unidade em que trabalham.

Reunião Matinal:

a equipe reúne-se para direcionar, alinhar e mobilizar o grupo para os desafios do dia.

Celebração e Agradecimento:

as conquistas dos colaboradores são comemoradas e celebradas nos momentos coletivos promovidos pela Companhia.

Disque-presidência:

é um canal de comunicação aberto a todos os colaboradores para denunciar, sigilosamente, práticas em desacordo com os valores do Magazine Luiza.

Gestão Participativa:

as informações estratégicas do negócio são transparentes e acessíveis para que cada colaborador se torne responsável pelos resultados globais da Companhia.

Rito de Comunhão:

reunião em que a Companhia reitera seus valores, compartilha os resultados da semana, celebra aniversários, conquistas e datas comemorativas, reconhece os destaques e recepciona os novos colaboradores.

Seminário de Posicionamento Estratégico:

este evento conta com a participação de todas as lideranças das lojas, centros de distribuição e escritórios e prepara o Magazine Luiza para os desafios do ano.

A Companhia

A Multicanalidade como Diferencial

Fidelizar clientes com sinergia entre os canais de vendas

Cremos na multicanalidade como meio fundamental de atingir a liderança em todos os nossos mercados. Ela representa uma vantagem competitiva no setor e posiciona-nos de forma diferenciada ao focarmos no desenvolvimento de cada canal como parte de uma estratégia de interação completa e de relacionamento único com os clientes.

Nosso modelo beneficia os clientes e agiliza as operações por diversos canais de vendas. Nossa estratégia multicanal consiste em:

- Oferecer aos clientes uma plataforma de vendas por cinco formatos distintos – lojas físicas, lojas virtuais, televendas, *e-commerce* e *magazinevocê*;
- Disponibilizar nossos produtos em todo o território nacional, inclusive nos Estados onde a Companhia não tem presença física;
- Facilitar a compra de produtos, quando e como os clientes desejarem;
- Ampliar o portfólio, com a integração dos canais e o compartilhamento do *mix* de produtos;
- Fidelizar os clientes;
- Utilizar ferramentas de *marketing* unificadas;
- Reduzir despesas fixas, principalmente administrativas, de *marketing* e de logística.

Em 2013, integraremos o *e-commerce* com os oito centros de distribuição e toda a cadeia logística. Esta mudança melhorará a qualidade do serviço para os clientes e reduzirá o tempo de entrega dos produtos.

Lojas convencionais

Lojas virtuais

e-commerce

Televendas

Mobile

magazinevocê

O Nosso Varejo Físico

Proporcionamos uma experiência de compra diferenciada, por meio de uma plataforma de vendas distribuída nos seguintes canais:

Lojas convencionais

Ao longo da nossa trajetória, acumulamos um portfólio de pontos comerciais estrategicamente localizados e de grande visibilidade ao nosso público.

A expansão para novos mercados conferiu-nos importante conhecimento e experiência quanto às particularidades de operar em diversas regiões do Brasil, tais como preferências e características da população de cada uma delas, clima e perfil de renda.

Desta forma, ao adaptarmos o *mix* dos nossos produtos e lojas ao público-alvo de cada região, conseguimos conquistar vantagens competitivas. O modelo de Lojas Convencionais consiste em unidades de rua ou de shopping, com área média de vendas de 750 metros quadrados, mostruário físico e estoque próprio.

consumidores na loja Magazine Luiza da Marginal Tietê/SP

Lojas virtuais

Criadas em 1992, em meio a um ambiente econômico desafiador, as Lojas Virtuais surgiram como uma resposta inovadora à nossa necessidade de expansão. A particularidade é operar com unidades menores e sem estoque físico ou mostruário, exceto por aparelhos celulares. O *mix* de produtos é o mesmo das lojas convencionais, porém toda demonstração é feita por vendedores com recursos multimídia.

loja virtual de Porto Ferreira/SP

O Magazine Luiza foi pioneiro ao introduzir este modelo de vendas em um período em que não se trabalhava o conceito de comércio eletrônico no Brasil. Conseguimos ampliar nossa presença física no País e atender à demanda reprimida de uma população que dependia de grandes centros para suas compras.

Atualmente, a Companhia tem 106 lojas virtuais que operam com custos bem menores que os das convencionais, alavancando o retorno sobre o capital investido. O sucesso desse modelo reflete a nossa cultura corporativa, voltada para a valorização dos nossos colaboradores e com foco no atendimento diferenciado aos clientes. Os estabelecimentos, situados em cidades menores, têm área de vendas de cerca de 150 metros quadrados.

loja virtual de Porto Ferreira/SP

Televendas

O sistema de televendas beneficia os clientes que não possuem acesso à internet. Segundo o Ibope *Media*, um pouco menos de 50% da população nacional – ou 94,2 milhões de brasileiros –, está conectado *on-line*. Apenas 50,7 milhões de usuários acessam regularmente a internet.

O serviço também é um meio para solucionar dúvidas em relação a produtos e fornecer informações adicionais sobre as condições de vendas. O canal reforça o comprometimento com o nosso público e atesta a flexibilidade da operação.

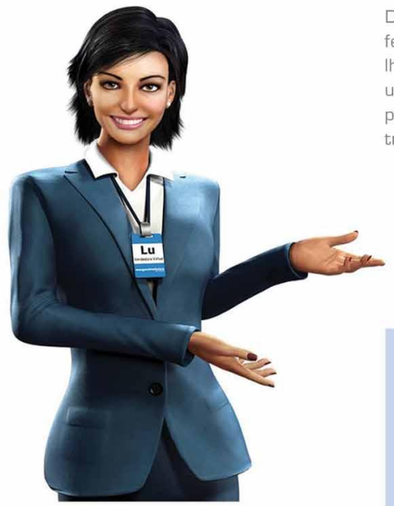
Nosso Varejo *On-line*

E-commerce

O *e-commerce* do Magazine Luiza é um dos que mais cresce no Brasil. Oferecemos aos clientes conteúdo altamente relevante, serviços diferenciados e ofertas exclusivas.

Diferente dos concorrentes, nosso comércio eletrônico está totalmente integrado ao Magazine Luiza, inclusive sobre uma única marca, o que nos ajuda na racionalização de custos como *marketing*, logística e sistemas.

Os clientes navegam em um dos sites de *e-commerce* mais rápidos do País e têm acesso a uma gama de produtos maior em comparação com as lojas físicas, com, aproximadamente, 40 mil itens. Nossos serviços *on-line* contemplam 100% do território nacional.



Disponibilizamos suporte *on-line* com a vendedora virtual Lu, uma ferramenta tecnológica que humaniza o atendimento e compartilha informações relevantes para os nossos clientes. Aqueles que utilizarem o nosso canal *e-commerce* podem ter o relacionamento pós-venda com lojas físicas selecionadas para operações como trocas de produtos.

No comércio *on-line*, trabalhamos também com novas parcerias B2B e *marketplace*, as quais permitem acordos para a venda de itens de terceiros, com o objetivo de ampliar nossa gama de produtos, serviços, área de atuação e, consequentemente, atingir novos consumidores.

Em 2012, nossos esforços levaram-nos a conquistar, pela nona vez, o prêmio de "Excelência em Qualidade – Comércio Eletrônico B2C" e o posto de site mais rápido do varejo. A praticidade e a agilidade na navegação são atrativas ao nosso público.

magazinevocê
sua loja para seus amigos

Novo Mundo do comércio *Social on-line*

O *magazinevocê* reforça a capacidade inovadora da Companhia ao desenvolver um diferenciado canal de comércio nas mídias sociais que se espelha no sucesso do modelo de vendas porta a porta.

Nesta plataforma, as pessoas constituem uma loja no *Facebook* e/ou *Orkut*. Os divulgadores selecionam até 60 produtos do portfólio do *e-commerce* e vendem para o seu círculo de relações. O *magazinevocê* representa uma alternativa de empreendedorismo para os brasileiros.

O sucesso do projeto e o potencial do comércio via mídia social são inquestionáveis. O Brasil é o segundo maior mercado do *Facebook*, com mais de 66,5 milhões de usuários cadastrados. Em média, cada integrante tem 220 amigos na rede social.

70.000 lojas

15.400.000 amigos

Entre fevereiro e dezembro de 2012, mais de

70 mil brasileiros

passaram a atuar como divulgadores do magazinevocê, número que superou – e muito – nossas expectativas

Nosso Mundo Financeiro

Múltiplos negócios em um

O Magazine Luiza vai além de uma loja de departamento

Temos um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Brasil, principalmente no da classe C. Desde 2001, a Companhia disponibiliza crédito acessível aos clientes, graças à parceria com o Itaú Unibanco, que está entre os principais bancos do País. E convém salientar que, atualmente, a Luizacred é uma das maiores financeiras na sua categoria.

O sucesso da Luizacred levou-nos a abrir, em 2005, a Luizaseg, líder em seguro de garantia estendida. Além da Luizacred e Luizaseg, desde 1992, o Magazine Luiza conta com o Consórcio Luiza, também uma das maiores empresas de consórcio do Brasil.

LUIZACRED

A Luizacred é um instrumento fundamental no processo de fidelização e expansão das vendas e da base de clientes. A agilidade na concessão de crédito e a simplificação dos processos posicionam a Companhia à frente de seus concorrentes.

A financeira oferta produtos como o Cartão de Crédito *Co-Branded*, denominado Cartão Luiza, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), empréstimo pessoal, crédito consignado, entre outros serviços.

Durante 2012, a Luizacred financiou 38% das vendas do varejo e conseguiu equilibrar o *mix* entre o CDC e o Cartão de Crédito *Co-Branded*, além de implantar o projeto de racionalização de custos e despesas e aumentar a produtividade de suas operações nas lojas do Magazine Luiza.

Eficiência Operacional

Em fevereiro de 2013, o Magazine Luiza assinou um aditivo ao acordo da Luizacred para transferir a gestão e emissão do Cartão de Crédito *Co-Branded* para o seu parceiro da *joint venture*, o Itaú Unibanco. A medida tem como objetivo principal aumentar a eficiência operacional por meio da redução de custos e despesas relacionados aos produtos e serviços financeiros.

Com a atualização do acordo, o Magazine Luiza e o Itaú Unibanco fortaleceram a parceria e preservaram o equilíbrio econômico da Luizacred com a maximização das sinergias de cada sócio.

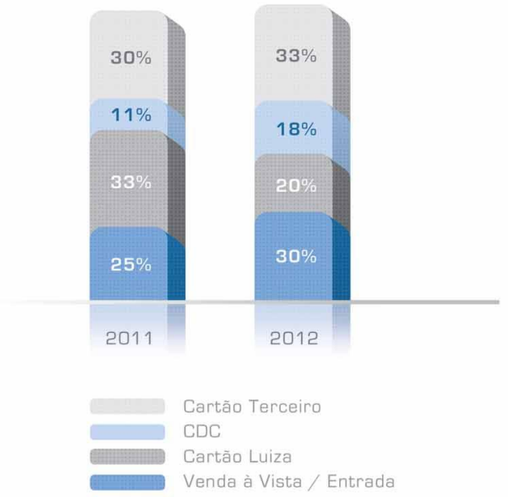
O Magazine Luiza continua a deter 50% de participação na *joint venture* da Luizacred e permanece focado na gestão dos colaboradores e atendimento aos clientes, ao passo que o Itaú Unibanco é responsável pelo financiamento, elaboração das políticas de crédito e cobrança e atividades de suporte, como contabilidade e tesouraria.

A carteira de crédito da Luizacred, incluindo cartão de crédito, CDC e empréstimo pessoal, somava R$ 3,7 bilhões, ao final de 2012.

Em dezembro de 2012, a Luizacred tinha uma base total de 3,9 milhões de cartões emitidos.

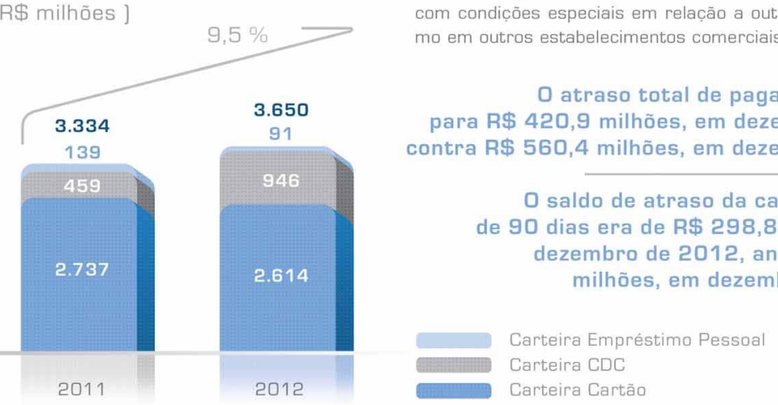
O faturamento do Cartão Luiza atingiu R$ 7 bilhões, um crescimento de 13,9% sobre 2011.

Mix de vendas financiadas



Composição da carteira

(R$ milhões)



Em 2007, o Cartão Luiza foi lançado. Ele possui a bandeira *Mastercard*, podendo ser utilizado tanto em nossas lojas, com condições especiais em relação a outros cartões, como em outros estabelecimentos comerciais.

O atraso total de pagamentos caiu para R$ 420,9 milhões, em dezembro 2012, contra R$ 560,4 milhões, em dezembro 2011

O saldo de atraso da carteira acima de 90 dias era de R$ 298,8 milhões, em dezembro de 2012, ante R$ 413,3 milhões, em dezembro de 2011

Nosso Mundo Financeiro

luizaseg

uma empresa magazine luiza e cardif

A Luizaseg é uma das líderes nacionais no seguro de garantia estendida de produtos e traz para a Companhia vantagem competitiva neste segmento. Anualmente, comercializa mais de 2 milhões de apólices de garantia estendida, entre outros tipos de seguros.

Diferente de outros varejistas, possuímos total controle da carteira segurada e mantemos relacionamento com os nossos clientes no pós-vendas.

Nossa subsidiária, criada em 2005, por meio da associação do Magazine Luiza com a Cardif, uma empresa do grupo BNP Paribas, possui uma estrutura completa de atendimento com representantes nas lojas, centrais de atendimento, equipe exclusiva para sinistros e uma rede abrangente com mais de 3 mil assistências técnicas credenciadas.

O portfólio de produtos da Luizaseg também contempla diversos seguros individuais, como a Troca Certa, que garante desde a troca de um produto com defeito até o limite do valor segurado, Seguro Prestamista, que se responsabiliza pelo pagamento de prestações de um financiamento, Seguro de Vida, Hospitalar, Assistência Médica, entre outros.

garantia**estendida**

CARDIF
GRUPO BNP PARIBAS

trocacerta

compra**segura**

seguros**luiza** cartão
seguros**luiza** hospitalar
seguros**luiza** odontológico
seguros**luiza** residencial
seguros**luiza** vida
seguros**luiza** celular

IMÓVEIS

consórcioluiza

SUA CONQUISTA MAIS FELIZ

O Consórcio Luiza é um dos maiores do Brasil e, desde 1992, já entregou mais de 220 mil bens.

VEÍCULOS

ELETRO

A empresa conta com, aproximadamente, 55 mil clientes ativos e trabalha com o sistema de cartas de crédito, uma modalidade de acesso ao mercado de consumo baseada na união de pessoas físicas ou jurídicas, em grupo fechado. A finalidade é formar poupança destinada, por meio do autofinanciamento, à compra de bens e contratação de serviços.

Ao longo dos anos, a operação ganhou outras dimensões e, atualmente, abrange segmentos como veículos (automóveis, motos, lanchas, tratores, etc.), serviços (cirurgia plástica, assistência dentária, viagens, material de construção, pós-graduação) e imóveis.

Com sede em Franca, interior de São Paulo, o Consórcio Luiza disponibiliza opções de carta de crédito em todas as nossas lojas. A unidade opera com colaboradores próprios e 77 representantes comerciais autorizados, além do site www.consorcioluiza.com.br, que oferece cotas de consórcio.

SERVIÇOS

Frederico Trajano Inácio

Trajetória do e-commerce

Magazine Luiza é um dos grupos mais inovadores do varejo

Lembro-me muito bem: era fim de tarde em São Paulo e eu estava revisando propostas e planos de negócios de *startups*, pensando na próxima grande oportunidade de internet no Brasil. Eu havia acabado de sair da faculdade de Administração de Empresas. O ano era 2000. Os Estados Unidos e o Reino Unido desfrutavam o *boom* da internet. As avaliações eram incríveis e as possibilidades pareciam infinitas para quem estivesse disposto a pegar o bastão e juntar-se à corrida na internet.

Ao estudar as oportunidades, percebi que grande parte dos varejistas estava separando o seu negócio *on-line* de suas operações tradicionais – criação de novas marcas, sistemas, equipes e novos endereços. Os varejistas investiam milhões em suas novas unidades. Consultorias e bancos de investimento aconselhavam as empresas a criarem CNPJs diferentes, o que garantiria a proteção de seus negócios, se as compras em lojas físicas migrassem agressivamente para o *on-line* no futuro.

Em vez de aderir a essa corrida e gastar milhões no negócio desde o primeiro dia, apresentei uma proposta à Diretoria-executiva do Magazine Luiza de adotar uma abordagem mais gradual. No início, víamos o *e-commerce* como um complemento da operação do varejo tradicional e sabíamos que a sua criação poderia afetar as vendas das lojas físicas, mas, ao mesmo tempo, um novo canal *on-line* garantiria que não perderíamos *market share* para os nossos concorrentes. Desde então, conseguimos um bom equilíbrio entre as vendas físicas e *on-line*, sem um impacto adverso nas operações tradicionais.

A estratégia do *e-commerce* permaneceu independente, dando-nos a liberdade de criar uma *startup* dentro de uma empresa que tinha mais de 40 anos de idade. Não precisávamos discutir prioridades entre o *e-commerce* e as lojas físicas. Insistimos em manter uma equipe separada, com compradores exclusivos, equipes de *marketing* e de logística próprias e desenvolvemos todo o *know-how* e sistemas *in-house*.

Mesmo com esta visão de manter uma estratégia independente, buscamos captar sinergias entre as estruturas das duas operações e aproveitamos os recursos e a infraestrutura existentes no Magazine Luiza. Hoje, temos nossa própria equipe e orçamento, mas compartilhamos a infraestrutura do escritório e o *backoffice* que suporta a operação *off-line*. Poupamos em *marketing*, pois as vendas do *e-commerce* aumentam quando o Magazine Luiza divulga seus produtos e lojas na TV. Finalmente, não criamos uma nova marca - o Magazine Luiza já tinha uma excelente reputação e esta foi o maior ativo de todos, uma vez que poderíamos ganhar a confiança dos clientes rapidamente.

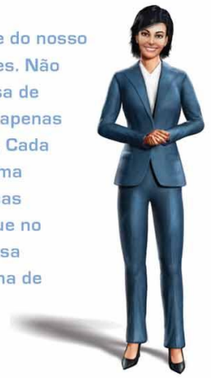
Desde a criação do *e-commerce*, somos fiéis a quatro objetivos: acertar sempre; disponibilizar o melhor conteúdo *on-line* para os nossos clientes; ser rentáveis; e dar um toque humano na relação entre os clientes e o serviço *on-line*.

Para fazermos da forma certa, demos um passo para trás e trabalhamos durante os primeiros cinco anos para desenvolver as operações *on-line* com pouco CAPEX e interligadas com o varejo tradicional. No momento em que o comércio eletrônico começou a crescer no Brasil, por volta de 2007, estávamos prontos. Iniciamos o *e-commerce* com sinergias em mente e um foco claro no desenvolvimento de vantagens competitivas. O momento estratégico foi perfeito. Éramos relevantes e competitivos.

Em dezembro de 2012, ultrapassamos a nossa meta de R$ 1 bilhão em vendas pela primeira vez, 12 anos após o nosso primeiro R$ 1 milhão, em 2000. Além do forte crescimento da receita, o *e-commerce* sempre foi rentável, cumprindo com um dos nossos objetivos. Precisávamos provar para a empresa mãe que poderíamos fazê-lo por conta própria e que o nosso modelo seria diferente do resto do mercado.

Nosso outro desafio era a cultura. Como transmitir os valores do Magazine Luiza e os serviços de alta qualidade para o ambiente *on-line*? As equipes de vendas das lojas são bem treinadas e altamente motivadas. Como seria possível ter uma filosofia consistente em todos os canais de vendas? Foi assim que surgiu a ideia de desenvolvermos a "*Lu*", a primeira vendedora virtual representando o toque humano na relação entre os clientes e o *e-commerce*. Criamos uma personalidade com o objetivo de oferecer conteúdo relevante para os consumidores - a "*Lu*" fala sobre produtos e estilos de vida e ajuda-os a fazer a escolha certa.

A "*Lu*" representa uma parte do nosso objetivo de sermos inovadores. Não queríamos criar uma empresa de comércio eletrônico que era apenas uma réplica das lojas físicas. Cada canal de vendas opera sob uma dinâmica e tem características distintas. Um diferencial é que no comércio eletrônico a empresa pode trabalhar com uma gama de produtos muito maior. Podemos ser ousados.



Receita bruta R$ 1,1 bilhão, em 2012

Média mensal de 9 milhões de visitantes, em 2012

83 milhões de page views por mês, em 2012

1,30 milhão de clientes, em 2012

Temos feito isto ao vender perfumes e produtos de beleza no *on-line*, mas não nas lojas físicas, por exemplo.

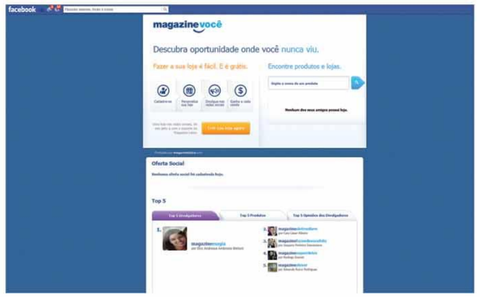
Temos planos futuros de aumentar a nossa base de produtos atual de, aproximadamente, 40 mil para 150 mil itens. Para alcançar este objetivo, pretendemos disponibilizar os nossos oito centros de distribuição para o *e-commerce*, antes do final de 2013. Atualmente, apenas o Centro de Distribuição de Louveira, no interior de São Paulo, atende ao *e-commerce*.

No final de 2012, realizamos com sucesso um piloto no Centro de Distribuição de Caxias do Sul - RS. Por este projeto, maximizaremos a utilização da nossa infraestrutura, reduziremos os custos logísticos e aceleraremos as entregas. Teremos uma vantagem competitiva sobre a concorrência e fortaleceremos os laços com a nossa meta de redução de custos da Companhia. Nosso objetivo é continuar crescendo acima do mercado com a entrega de um serviço diferenciado aos nossos clientes.

Nossa Inovação

magazinevocê
sua loja para seus amigos

Ousadia e criatividade



Sempre conversamos sobre como criar uma plataforma de vendas porta a porta. Víamos com sucesso a ideia de consultores venderem produtos para os seus círculos sociais. O contato pessoal e as experiências memoráveis de vendas são dois ingredientes que ajudaram o Magazine Luiza a crescer de forma significativa e sustentável.

Para alcançarmos com êxito o sonho de recriar esse modelo, ficou claro que precisaríamos inovar. Onde e como poderíamos estabelecer a mesma relação estreita que as pessoas de vendas de redes de cosméticos têm com o seu público-alvo? Normalmente, o consultor ou a consultora é alguém que o consumidor já conhece: um colega de trabalho, um vizinho, alguém que frequente a mesma igreja ou cabeleireiro, por exemplo.

Assim surgiu a conexão com o *Facebook* - um "local" onde as pessoas se relacionam de forma próxima e particular. A rede social tem mais de 66,5 milhões de brasileiros, que têm, em média, 220 amigos *on-line*. Sentimos que havia uma oportunidade para desenvolver uma força de vendas nacional *on-line*. Os representantes criariam a sua própria loja, selecionariam até 60 produtos do *site* do Magazine Luiza e receberiam comissões pelas vendas realizadas na mídia social.

Decidimos que seria nada mais do que a venda direta e que cada representante do *magazinevocê* se transformaria em um curador, faria a melhor seleção, escreveria suas próprias opiniões sobre os produtos e agregaria valor ao conteúdo disponível por meio do *Facebook*.

A ideia era ousada e, em agosto de 2011, fizemos o nosso primeiro teste. Em fevereiro de 2012, estávamos prontos - poderíamos garantir que os nossos futuros vendedores criariam as lojas e receberiam as comissões prontamente. Tinha chegado o momento de abrir a nossa pequena rede para os clientes e, assim, lançamos o *magazinevocê*.

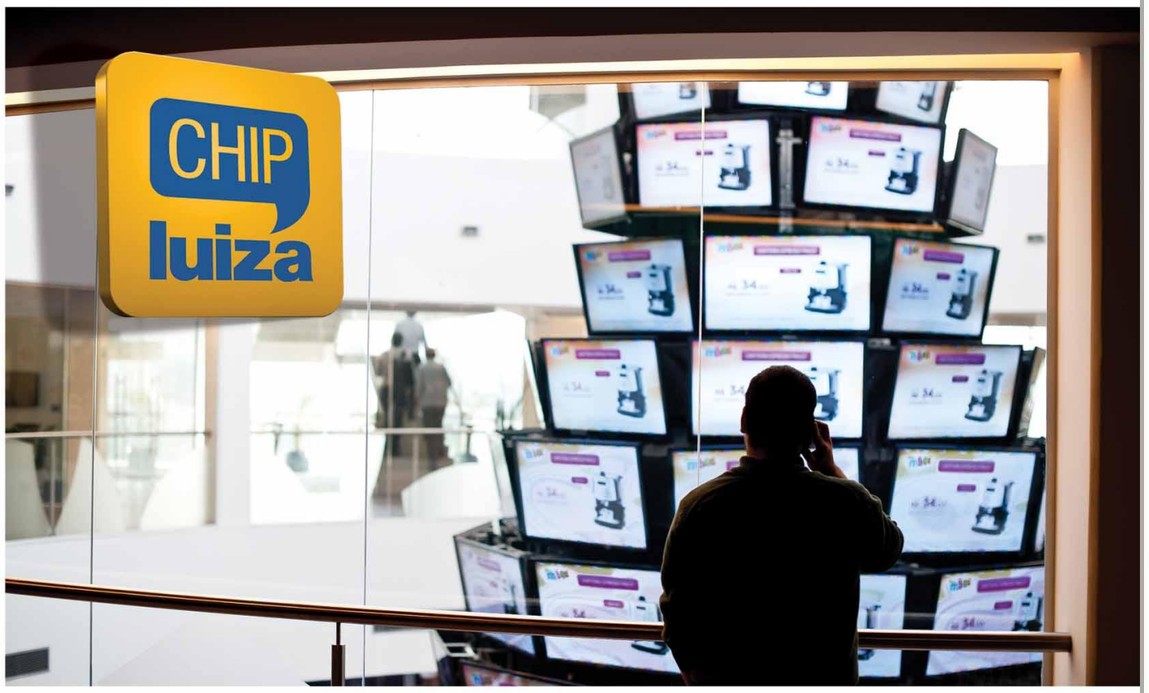
A previsão era de 10 mil vendedores diretos dentro do *Facebook*, até o final de 2012. No entanto, alcançamos 70 mil, bem acima das nossas expectativas, com a receita crescendo exponencialmente, embora a partir de uma base pequena.

Desde o início, estamos impressionados com a seriedade dos brasileiros em relação ao *magazinevocê*. Este canal está evoluindo rapidamente e vamos levá-lo para o *Google+*, agora que aprendemos com o *Facebook*. É difícil quantificar o futuro do *magazinevocê*. É muito cedo para dizer e não há qualquer referência no mercado para ajudar-nos a prever o potencial. Acreditamos que, no futuro, ele será um motor de crescimento para o Magazine Luiza.

Queremos incentivar e ajudar cada um a tornar-se um especialista e a gostar do que faz. Compartilhamos as práticas dos 20 melhores vendedores com toda a nossa rede, mostrando o quão longe eles podem chegar com o *magazinevocê*, uma forma de estimular o empreendedorismo em todo o Brasil.

Frederico Trajano Inácio
Diretor de Vendas e *Marketing* do Magazine Luiza

Nossa Inovação



O Chip Luiza representa uma oportunidade para alavancar e fidelizar nossa base de clientes no segmento de telefonia móvel.

Nossa inovação é um *chip* de celular parecido com o convencional, mas com muitas vantagens. O Chip Luiza traz um menu exclusivo do Magazine Luiza com conteúdos e ofertas especiais, internet grátis e recarga em dobro.

O lançamento do *chip*, em 2012, foi realizado em parceria com a Claro, uma das maiores operadoras de celulares do Brasil. Nossa base já atingiu a marca de 400 mil clientes.

A parceira estabelece um novo canal de relacionamento com os clientes, fortalece e rejuvenesce a nossa marca, além de ser uma oportunidade de incremento nas vendas.

Nossa Tecnologia

Nossa tecnologia faz a diferença

Reduzimos os custos, aumentamos a eficiência e possibilitamos a integração

Utilizamos a tecnologia como um dos pilares estratégicos do nosso negócio para reduzir custos, aumentar a eficiência operacional da Companhia, fortalecer os controles financeiros e concorrer agressivamente nas lojas físicas e no mundo *on-line*.

Nosso foco em inovação vem de longa data e a tecnologia foi o alicerce para várias iniciativas. Fomos pioneiros ao criar um sistema de remuneração variável de comissões para os nossos vendedores nas lojas. A plataforma contabiliza diariamente as vendas, margens e premiações, contribuindo para a gestão dos resultados, implementação de estratégias e alcance das metas.

A Tecnologia da Informação apresenta também um papel primordial na captura de sinergias para a Companhia. Desenvolvemos uma plataforma de tecnologia customizada para a implantação da multicanalidade e aliamos os diversos canais de vendas com os centros de distribuição. O processo reduz os prazos de entrega e diminui os custos com frete tanto para os consumidores como para a Companhia.

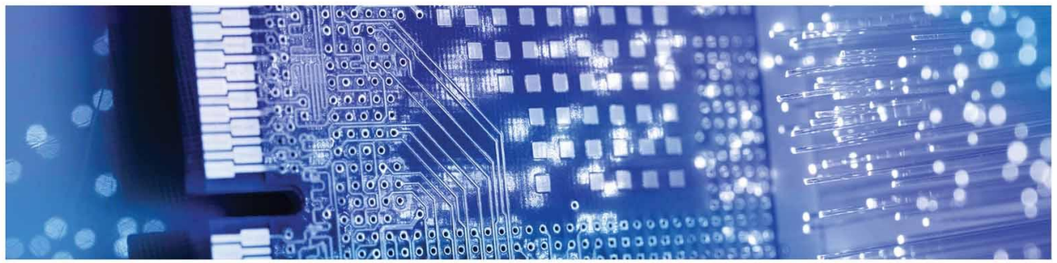
Para integrar as novas redes Lojas Maia e Baú da Felicidade, realizamos um trabalho minucioso na inserção das informações na mesma plataforma. Conseguimos também unificar os processos e sistemas em todas as lojas e centros de distribuição. As migrações ocorreram com impacto mínimo para clientes, fornecedores, parceiros e colaboradores.

As aquisições da Lojas Maia e do Baú da Felicidade trouxeram uma nova dimensão em termos de tamanho da Companhia e desafios. Precisávamos transferir o *data center* de Franca para São Paulo, para atender à demanda gerada pelas aquisições. O banco de dados concentra os principais sistemas da Companhia, incluindo desde o *e-commerce* até as ferramentas utilizadas nos pontos de vendas. O antigo *data center* continua funcionando como *backup*.

A Companhia implementou também o conceito de *cloud computing*, para garantir a capacidade de transferência de dados durante picos de vendas, otimizar os investimentos e reduzir as despesas em infraestrutura de TI.

Estas mudanças não se limitaram somente ao aspecto operacional. Desenvolvemos o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (PETI), que consistiu na estruturação da Governança de TI, revisão da arquitetura das aplicações, preparação dos sistemas e melhoria da infraestrutura.

Estamos cada vez mais aprimorando o nosso universo de TI, objetivando garantir a excelência, segurança e agilidade dos processos para fornecedores, colaboradores e clientes.



Campanhas e ações publicitárias

Nossas campanhas e ações publicitárias fazem parte da essência, identidade, credibilidade e popularidade do Magazine Luiza com a classe C, o maior segmento de consumidores do Brasil.

A Liquidação Fantástica, o Dia do Cliente Ouro, o Bota-Fora e o Só Amanhã se tornaram sinônimos da nossa marca, considerada uma das 25 mais valiosas do País, segundo a Revista EXAME.

Dentre as nossas iniciativas, a Liquidação Fantástica é um evento nacional e pioneiro. Com produtos de mostruário em oferta, com até 70% de desconto, esta ação é uma febre entre os consumidores que esperam em filas por até uma semana. A campanha gera mídia espontânea que vale dezenas de milhões de reais equivalentes em custos de publicidade na televisão. A amplitude e o sucesso obtidos com a Liquidação Fantástica levaram os concorrentes a replicarem o modelo e até a atraírem profissionais de outras redes.

Temos certeza de que a nossa liquidação anual é consagrada como a mais tradicional do varejo brasileiro. A campanha mudou o nosso calendário de sazonalidade, fazendo com que janeiro, antes um mês fraco, passasse a apresentar um volume expressivo de vendas. Este evento, assim como os dias de Bota-Fora, funciona como queima e renovação de estoque, depois das vendas de Natal.

Destacamos também o Programa do Cliente Ouro, que visa reconhecer, valorizar e fidelizar os nossos clientes mais fiéis. O resultado do programa reflete-se no comportamento de consumo desses clientes, que, comparativamente aos demais, têm maior ativação e frequência de compra.

O Dia do Cliente Ouro é a principal ação de fidelização dos nossos clientes e consiste em abrir nossas lojas, três vezes ao ano, sempre aos domingos, exclusivamente para o Cliente Ouro. Tapete vermelho, café da manhã e promoções exclusivas fazem parte da programação desse dia especial.

Atualmente, são mais de 1 milhão de clientes que respondem por 20% da receita total da Companhia.

O Só Amanhã é outra campanha que reforça o posicionamento da marca junto aos nossos clientes e gera resultados efetivos de vendas. Geralmente aos domingos, anunciamos a oferta de um produto que é válida somente por um dia. A ação existe há mais de 15 anos e já integra o Calendário de Eventos do Magazine Luiza. Negociamos condições especiais com os fornecedores para o produto ofertado, o que nos possibilita oferecer preços inferiores aos de mercado. O volume de vendas obtido confirma o sucesso do modelo da campanha.

Além disto, fazemos uma excelente gestão de relacionamento com os clientes por meio de ferramentas inovadoras de CRM, como, por exemplo, a Operação Bumerangue, que estimula a prática do telemarketing nas lojas.

Nossas Operações

Processo Operacional do Magazine Luiza

Compras - definição de sortimento e planejamento de demanda

I. Temos o melhor *mix* de produtos e a quantidade adequada para cada loja, considerando a visão dos fornecedores, tendência de mercado e concorrência.

Fornecedores entregam produtos para os centros de distribuição

II. A gestão de categorias de produtos e compras começa com o relacionamento estratégico com os nossos fornecedores. Desde 2002, a Companhia assina com estes cartas de parceria, nas quais todos os aspectos negociados são especificados, garantindo, assim, a tranquilidade para realizar o planejamento ao longo do ano, por meio de uma relação com grande transparência.

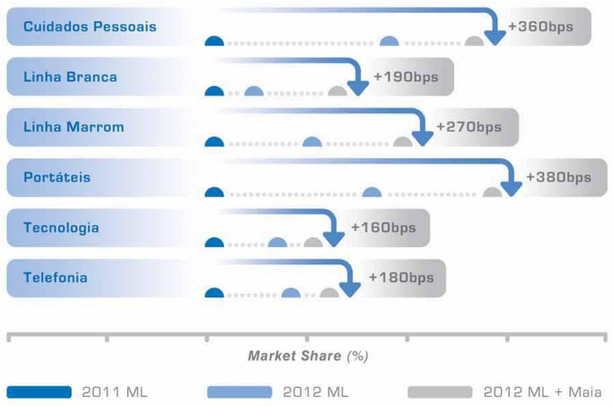
Abastecimento de lojas convencionais e virtuais

III. Colocamos o produto certo na loja certa e no tempo certo; adequamos o ritmo de abastecimento para equilibrar a cobertura em loja com minimização de erros; e mantemos um fluxo diferenciado para produtos promocionais, equalizamos a distribuição no caso de escassez e interagimos rapidamente com as lojas.

Ganhos expressivos de *market share* em todas as categorias

Evolução da Participação de Mercado do ML por Categoria de Produto

Ganhos de *Market Share* com manutenção da rentabilidade



Gestão de aproximadamente 50 mil produtos e preços

IV. Adequamos os preços dos produtos de acordo com o ciclo de vida, para garantir o escoamento do estoque, e avaliamos, semanalmente, todos os produtos, para preservar margem e assegurar o crescimento de vendas.

Atendimento 10 Estrelas

V. Implementamos, há mais de seis anos, o programa "Atendimento 10 Estrelas", com o objetivo de assegurar a excelência no setor, orientar todas as equipes e fidelizar os consumidores. Nosso cuidado com as pessoas pode ser verificado na taxa de frequência de consumo. Em 2012, aproximadamente, 2,4 milhões de clientes compraram produtos mais de uma vez em nossas lojas.

Logística - frota própria do Magazine Luiza, grandes transportadoras e uma frota de carreteiros que atende os clientes no Brasil

VI. Providenciamos serviços melhores aos clientes a um custo competitivo. Em 2012, reforçamos a nossa logística com o aumento da capacidade dos centros de distribuição e inauguramos uma nova unidade em João Pessoa, com 25 mil metros quadrados. Investimos no layout dos CDs e rearranjamos a distribuição dos produtos, para facilitar e agilizar o carregamento dos caminhões.

Visão Geral Supply Chain

Principais realizações até 2012

- **Redução** do **estoque não sadio**
- **Redução** da ruptura de **produtos AA**
- **Maior consistência** na **operação** e equilíbrio entre lojas
- **Melhor disponibilidade** geral e dos produtos certos por loja

CRM com mais de 30 milhões de clientes cadastrados – retenção e fidelização de clientes

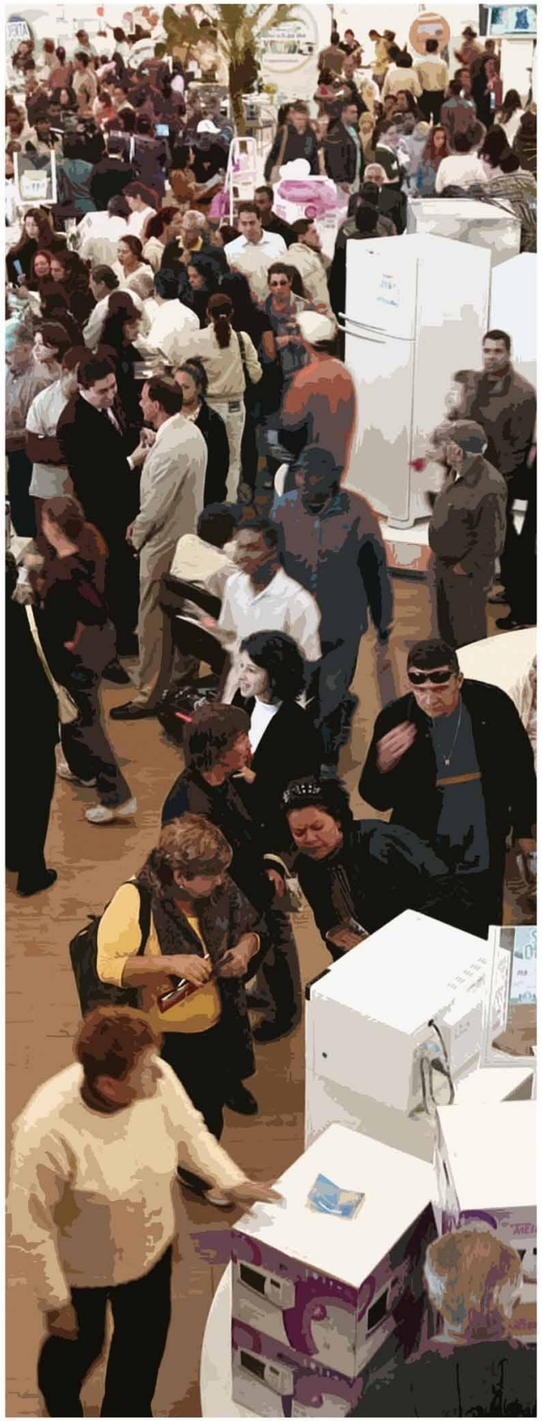
VIII. Desenvolvemos ações de comunicação dirigida e personalizada para rentabilizar todo o investimento feito na conquista dos clientes. Trabalhamos com canais como telemarketing, SMS, mala direta e *e-mail*. O *Chip* Luiza, lançado em 2012, é mais um meio de enviarmos ofertas de produtos e novidades e estarmos mais próximos dos clientes.

Nas lojas, auxiliamos nossos vendedores com informações como dados pessoais, limite de crédito e histórico de compras.

Para os clientes mais fiéis, o Magazine Luiza possui o Programa Cliente Ouro.

Serviços de pós-venda

VII. Oferecemos o serviço de montagem de móveis nos 16 Estados em que temos lojas. Em 2013, vamos oferecer assistência técnica para consertar itens rapidamente.



Conjuntura econômica

Vendas no varejo crescem e taxa de desemprego mantém ritmo de queda

Demonstramos, em 2012, nossa capacidade de enfrentar um ambiente econômico desafiador e registrar avanços significativos, como o aumento expressivo de 19,1% da receita bruta, em relação a 2011.

O ano foi mais um exemplo da nossa resiliência e poder de superar condições adversas ao longo de 55 anos de história da Companhia. Nossa solidez protegeu-nos da hiperinflação, na década de 90, da depreciação do real, em 1999, e da crise econômica global, em 2008 e 2009, período em que a nossa receita cresceu, respectivamente, 24,8% e 21,0%, anualmente.

Em 2012, o cenário econômico mostrou-se menos robusto, porém o Magazine Luiza está posicionado em um setor que se beneficiou de condições econômicas favoráveis internas, como o baixo desemprego, aumento da renda, crédito acessível, baixa penetração de produtos e evolução da classe C.

Nosso crescimento está diretamente ligado à expansão do consumo doméstico, cujo ritmo supera o desempenho econômico nacional. Ainda em 2012, o comércio varejista avançou 8,4%, em relação ao ano anterior. As vendas do segmento de móveis e eletrodomésticos aumentaram 12,2%, também em relação a 2011, e apresentaram o segundo maior impacto no indicador.

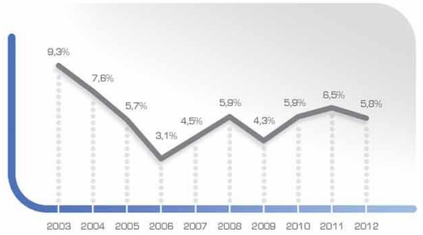
A expectativa é de continuidade dessa tendência, uma vez que muitos economistas acreditam que o Brasil tem potencial para crescer duas posições e tornar-se a quinta maior economia do mundo. O ambiente político-econômico estável, os investimentos em infraestrutura e educação e a melhor distribuição da renda são fatores que contribuirão para que chegue a esta posição.

A realização deste cenário positivo é em longo prazo. Em contrapartida, o Produto Interno Bruto (PIB) teve expansão de apenas 0,9%, em 2012, em meio à crise na Europa, desaceleração da China e fraca recuperação dos Estados Unidos.

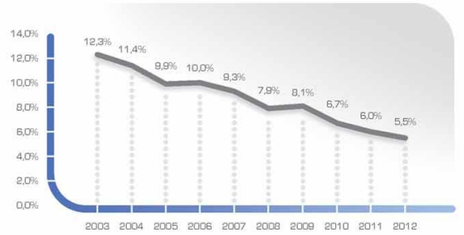
Num momento de incerteza, o governo empenhou-se e realizou inúmeras ações para estimular a economia, como a redução dos *spreads*, contenção de gastos de custeio, aumento dos investimentos, desoneração de impostos - como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a linha branca e móveis - e diminuição dos custos. Independentemente das ações do governo, o Banco Central (BC) reduziu os juros para a mínima histórica, a 7,25% ao ano, contra 11,0%, no começo de 2012.

Além destas medidas, o varejo beneficiou-se da disponibilidade do crédito. O estoque de crédito do sistema financeiro atingiu R$ 2,36 trilhões, em 2012, o que corresponde a uma alta de 16,4%, na comparação com o ano anterior, conforme dados do BC. O volume de empréstimos alcançou 53,5% do PIB, ante 49,0%, em 2011. Já a inadimplência de pessoas físicas caiu 0,1 ponto percentual, para 5,6%.

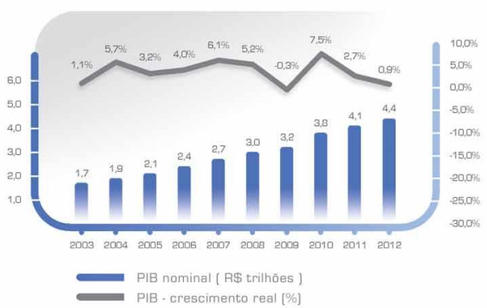
IPCA - % a.a.



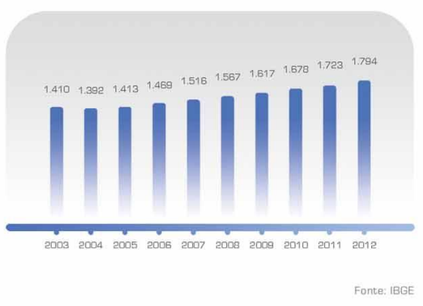
Taxa de desemprego (% da PEA)



PIB (R$ trilhões)



Renda Média (R$ mês)



Fonte: IBGE

Estratégia do Negócio

Somos uma das Maiores Empresas de Varejo do Brasil

Temos potencial de crescimento sustentável

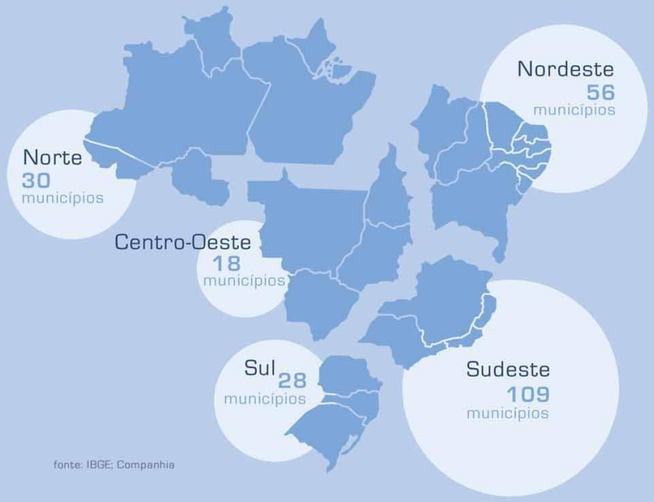
Somos uma das maiores empresas de varejo do Brasil no setor de bens duráveis, graças ao crescimento orgânico e às aquisições no médio e longo prazos. Já trabalhamos para conquistar a liderança ou a vice-liderança nos 16 Estados em que atuamos e temos interesse em expandir nossa abrangência geográfica.

Consolidação é fundamental para o sucesso em longo prazo do nosso negócio. Segundo o professor da Harvard Business School*, Aldo Mussachio, as companhias que atingirem a liderança até 2020 deverão permanecer à frente dos seus concorrentes nas décadas seguintes.

Estamos bem posicionados para aproveitar esta oportunidade e enxergamos um enorme potencial de crescimento sustentável. Em princípio, o plano de liderar o mercado varejista soa ambicioso, mas a Companhia já demonstrou sua capacidade de rápida transformação com excelência. Saímos de uma receita bruta de R$ 3,4 bilhões, em 2008, e fechamos o ano de 2012 com R$ 9,1 bilhões.

Para viabilizar este grande plano, uma vez por ano, a Companhia seleciona as regiões e Estados para os quais pretende expandir suas operações. O processo engloba elementos demográficos, renda e concorrência para identificar o potencial e os obstáculos de cada localização. A avaliação leva ainda em consideração o PIB da cidade, padrão de consumo, taxa interna de retorno (TIR), tráfego e proximidade dos nossos centros de distribuição.

Potencial diferenciado de crescimento orgânico



fonte: IBGE; Companhia

Modelo multicanal de amplo alcance geográfico dá ao Magazine Luiza a vantagem na identificação de oportunidades de novas lojas

Cerca de 240 municípios do Brasil são prioritários para a abertura de lojas do Magazine Luiza

Os municípios prioritários comportariam mais de 400 lojas do Magazine Luiza

30% serão abertas no conceito de lojas virtuais

Acreditamos também na possibilidade de crescimento por aquisições. Temos expertise na execução de tais transações e conhecimento profundo sobre os riscos e as oportunidades. Estudamos com inteligência e cuidado não só a oportunidade imediata de uma aquisição, como também os ganhos, viabilidade e rentabilidade em longo prazo.

Com mais de 50% do setor de varejo nas mãos de pequenas companhias, a fragmentação da indústria brasileira abre oportunidades para o Magazine Luiza. As áreas de interesse futuro incluem os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, assim como o Norte do País. Porém, em 2013, a Companhia focará no crescimento orgânico e consolidação dos mercados em que já possui presença física, buscando a melhoria dos indicadores financeiros, da Governança Corporativa e dos processos internos.

Confiamos no crescimento sustentável e acima da média de mercado do nosso *e-commerce*. Continuaremos com o foco no aumento do *mix* de produtos, excelência operacional, inovação, parcerias B2B e integração com as lojas físicas. A multicanalidade é um dos nossos grandes diferenciais.

*Revista Exame, edição de 22 de agosto de 2012

Múltiplas oportunidades de crescimento em todo o Brasil

Crescimento relevante do Canal Virtual

Quantidade de lojas virtuais e vendas na internet acima do crescimento do mercado

Aumentar a Participação de Produtos Financeiros

Quase 4 milhões de clientes possuem o Cartão Luiza - potencial de fidelização

Penetração do Cartão Luiza nas vendas das Lojas Maia

Consolidação do Setor

M&A potencial com alta fragmentação da indústria - mais de 50% da indústria está nas mãos de pequenas companhias

Crescimento Orgânico

Consolidar a presença nos mercados onde opera, principalmente no Nordeste e na Grande São Paulo

38,5% das lojas ainda estão em processo de maturação

Reformas para alavancar vendas das lojas existentes

Oportunidade de crescimento

Cenário econômico favorece o varejo brasileiro

Representamos uma oportunidade de investimento em longo prazo para os investidores que apostam no Brasil e no seu futuro altamente promissor.

Até 2020, os brasileiros vão gastar R$ 3,5 trilhões, fazendo do País o quinto maior mercado de consumo do mundo, segundo a consultoria *McKinsey*. O consumo doméstico deverá ganhar outra dimensão, alcançando participação de 65% em um PIB de R$ 5 trilhões*.

Estamos posicionados para desfrutar esta forte onda de consumo, crescer expressivamente e entrar em novos mercados antes do final desta década. Esta estratégia, combinada com o foco em melhorar o desempenho financeiro em indicadores como EBITDA, fluxo de caixa, capital de giro e dívida líquida, agregará valor aos nossos investidores. Trabalhamos também para entregar uma lucratividade mais previsível e consistente no médio e longo prazos.

Outros elementos que favorecerão a Companhia e o nosso *valuation* incluem o comprometimento da administração, a dinâmica de mercado atrativa ao crescimento, uma marca amplamente reconhecida em um mercado fragmentado, assim como um modelo de negócio simples e de rápida expansão e uma plataforma multicanal que maximiza as vendas e apoia os clientes.

Além disto, o governo Federal tem o compromisso de construir 23 milhões de moradias, até 2022, por meio do programa "Minha Casa Minha Vida". O projeto habitacional vai criar uma demanda adicional por eletrodomésticos, móveis e outros itens do nosso *mix* de produtos. Quase R$ 200 bilhões estão sendo investidos em estradas, ferrovias, aeroportos e infraestrutura portuária. A expectativa é que estes programas tornem o País mais competitivo.

Vamos nos beneficiar também de uma mudança estrutural na economia do Brasil. Os juros mais baixos ao longo dos próximos anos facilitarão o acesso das empresas ao crédito e incentivarão os investimentos, gerando empregos e melhorando a distribuição da renda entre todas as classes sociais, principalmente a C.

Segundo o estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, a classe C é composta por mais de 100 milhões de brasileiros, o equivalente a 52% da população do País. Na década passada, mais de 40 milhões de pessoas passaram a integrar a classe C no Brasil.

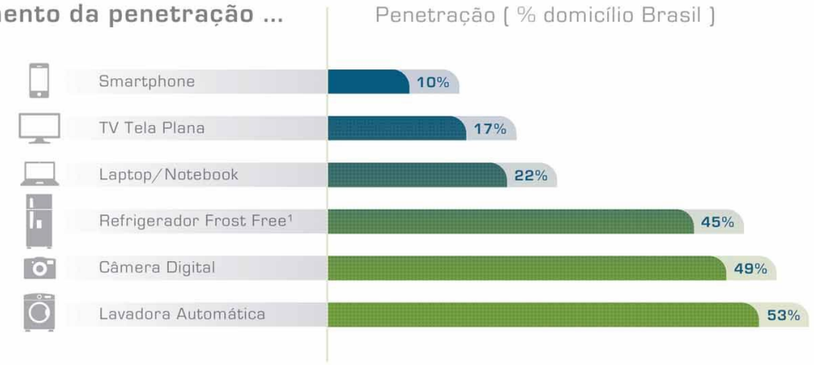
Outro fator envolve a popularização dos cartões de crédito. Nos últimos anos, o cenário econômico mais sólido e o desenvolvimento dos serviços financeiros aumentaram o poder aquisitivo da população, impulsionando os gastos das famílias.

Acreditamos no imenso potencial do mercado brasileiro para os próximos exercícios e nas oportunidades de crescimento que ele trará à Companhia. Diferente de outros países, a baixa penetração de produtos no Brasil, como *smartphones*, TVs de tela plana, *laptops*, máquinas de lavar automáticas, ar-condicionado, entre outros, possibilitará o crescimento no curto, médio e longo prazos.

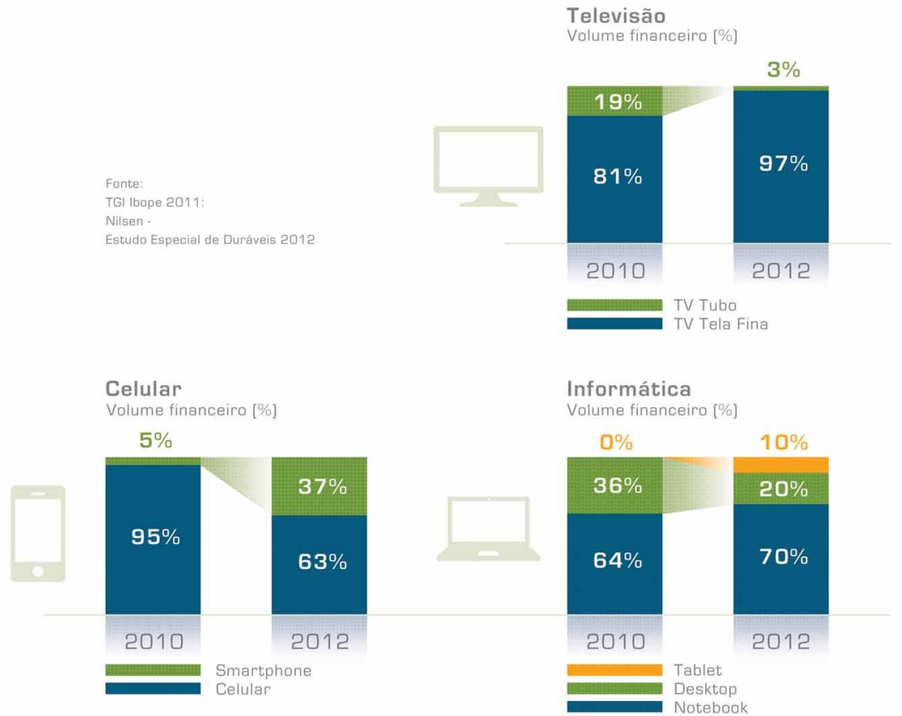
*Revista Exame, edição de 22 de agosto de 2012

Oportunidades de crescimento em 2013

Aumento da penetração ...



... e upgrade de consumo nas vendas do Magazine Luiza



Fonte:
TGI Ibope 2011;
Nilsen -
Estudo Especial de Duráveis 2012

Ações

O ano de 2012 foi marcado pelo avanço das ações do Magazine Luiza, mesmo diante de um ambiente desafiador. Os papéis avançaram 27,4%, enquanto o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, subiu 7,4%. Encerramos o ano com valor de mercado em R$ 2,26 bilhões.

A política adotada pelo governo brasileiro, ao longo de 2012, influenciou positivamente o apetite dos investidores pelas ações do Magazine Luiza. O governo praticou uma política monetária expansionista, com a Selic atingindo a mínima histórica de 7,25% ao ano.

O ganho poderia ter sido maior, mas os investidores estavam preocupados com a desaceleração da economia e o impacto dos custos de integração da Lojas Maia e do Baú da Felicidade.

Pela primeira vez, participamos do IBrX-100, índice de preços que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na Bovespa, em termos de número de negócios e volume financeiro. Essas ações são ponderadas na carteira do índice pelo seu respectivo número de ações disponíveis à negociação no mercado.

As ações ordinárias de nossa emissão são admitidas para negociação no Novo Mercado da BM&FBovespa sob o código MGLU3. O Novo Mercado, de acordo com a BM&FBovespa, representa o nível mais elevado de Governança Corporativa e a companhia só pode emitir ações ordinárias.

A seguir, acompanhe no gráfico o comportamento dos papéis, em 2012.

MGLU3 - Desempenho 2012 (R$/ação)

Em 2012, o volume médio de negócios foi de R$ 5,9 milhões.

Composição do Capital Social

	31/12/2012
Ordinárias	186.494.467
Preferenciais	0
Total	186.494.467

Nosso capital social está dividido da seguinte maneira:

Acionistas	Quantidade de Ações	Percentual
Controladores	126.688.581	67,93%
Ações em Circulação	59.805.886	32,07%
Total de Ações	186.494.467	100,00%

Magazine Luiza e a Sociedade
Compromissos com a Sociedade

O Jeito Luiza de Ser valoriza o relacionamento humano

Reforçamos o nosso comprometimento com a sociedade ao valorizar as pessoas, promover ações na comunidade e investir na relação com clientes, colaboradores e fornecedores.

Acreditamos que as pessoas são a força e a vitalidade da organização. Tratá-las bem é o que torna o Magazine Luiza uma das melhores empresas para se trabalhar e também uma das marcas mais lembradas pelos brasileiros quando se fala em confiança e qualidade no atendimento.

Concentramos constantemente nossos esforços na preparação especial de todos os colaboradores para entregar serviços de qualidade. Internamente, temos um estilo democrático de gestão e o **Jeito Luiza de Ser**, que permitem maior integração da equipe, sem barreiras hierárquicas na comunicação. Todos os colaboradores têm livre acesso à sala da Diretoria.

Valorizamos a diversidade, independente de idade, sexo ou origem social, além de possuirmos programas específicos, como o de inclusão de pessoas com deficiência e o de contratação de jovens aprendizes e *trainees*.

Desenvolvemos ainda o Projeto Rede do Bem, que agrupa, publica e valoriza ações sociais elaboradas pelos colaboradores ou unidades do Magazine Luiza. O programa incentiva o voluntariado e o exercício da cidadania.

Temos unidades de suporte que amparam diversos projetos sociais e culturais nas comunidades que estamos inseridos. Os gerentes de lojas, por exemplo, obtêm recursos que são destinados a eventos comunitários, campanhas e mobilizações, assim como a área de *Marketing* Promocional costuma patrocinar eventos regionais que fortalecem a cultura.

Quanto ao meio ambiente, o Magazine Luiza tem desenvolvido políticas e práticas de preservação e conscientização em relação ao uso dos recursos naturais, embora não exerça atividade de agressão. Há muitos anos, adotamos lixeiras de coleta seletiva em nossos escritórios e CDs e desenvolvemos campanhas de sensibilização, como o Projeto Cuidar do Ambiente.

O Magazine Luiza acredita que deve muito do que construiu até hoje à sociedade. O comprometimento com ela é um dos nossos principais pilares. Cremos que o nosso sucesso é o sucesso das pessoas que fazem parte da nossa história.

Prêmios e Reconhecimento

Colaboradores em Primeiro Lugar

Somos uma das melhores empresas para se trabalhar

O Magazine Luiza figura, anualmente, entre as 25 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, desde 1998. O *ranking* é publicado pela Revista EXAME e pelo Instituto *Great Place to Work*, que consideram a opinião dos colaboradores das empresas avaliadas.

Em 2003, a Companhia foi considerada a melhor do Brasil e a primeira do mundo no setor do varejo a receber este reconhecimento. A estes títulos somam-se outros: em 2007, o de "Melhor empresa para as mulheres trabalharem"; em 2010, o de "Empresa que melhor se comunica com os seus colaboradores" e, em 2011, o de "Melhor empresa na prática de escutar os colaboradores".

Os títulos evidenciam que nossos colaboradores estão satisfeitos por integrar uma organização que valoriza e investe diariamente nas pessoas. O *slogan* "Vem ser feliz" faz parte das campanhas de comunicação do Magazine Luiza com todos os *stakeholders* e não se refere somente aos clientes, mas aos colaboradores, fornecedores e parceiros.

Para atingir o sucesso e garantir o melhor atendimento, a comunicação com os funcionários em todas as unidades da empresa é fundamental. Os canais oficiais de comunicação são a Rádio Luiza, a TV Luiza e o Portal Luiza, todos aprovados por 90% dos colaboradores como formas eficientes de manter todos informados a respeito das campanhas, promoções e novidades da Companhia.

A seguir, elencamos o reconhecimento do nosso trabalho, em 2012:

2012 (Magazine Luiza)
Integra a lista das "50 marcas mais valiosas do Brasil em 2012", em 23º lugar, em pesquisa da Revista IstoÉ Dinheiro, em parceria com a *Brand Analytics/Millward Brown*.

2012 (Magazine Luiza)
Eleita a "loja mais querida do *e-commerce* brasileiro" e a melhor na categoria eletrodomésticos, por voto popular, no 9º Prêmio Excelência em Qualidade Comércio Eletrônico B2C. Conquista, ainda, pela nova vez, o Troféu Diamante.

2012 (Magazine Luiza)
Integra a lista das "100 Melhores Empresas para se Trabalhar na América Latina", em pesquisa do Instituto *Great Place to Work*.

2012 (Magazine Luiza)
Eleita uma das 130 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, pelo 15º ano consecutivo, de acordo com o Instituto *Great Place to Work* e a Revista Época – Editora Globo.

2012 (Magazine Luiza)
Eleita, pela segunda vez, uma das "20 Empresas Mais Admiradas do País" por profissionais de Recursos Humanos, na pesquisa RHs Mais Admirados do Brasil 2012, realizada pela Gestão & RH Editora.

2012 (Luiza Helena)
Recebe, pela terceira vez, o Prêmio Executivo de Valor, por suas habilidades de gestão, em pesquisa do Jornal Valor Econômico.

Governança Corporativa
Filosofia

O Magazine Luiza está inserido no Novo Mercado da BM&FBovespa

Nossa busca pelo aperfeiçoamento das melhores práticas de Governança Corporativa é constante. Os princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa guiam as ações do Magazine Luiza, com o intuito de alinhar os interesses de nossos *stakeholders*.

O processo de implementação e a formalização dessas práticas começou, em 1992, com a elaboração do nosso primeiro Código de Ética e Conduta. Na década seguinte, a Governança Corporativa atingiu um novo patamar com a chegada de acionistas minoritários, por meio dos fundos de *private equity* administrados pela *Capital Group*, contribuindo na preparação da Companhia para o processo de abertura de capital.

Avançamos nossas políticas significativamente e, por meio da abertura de capital e oferta de ações, ingressamos no Novo Mercado da BM&FBovespa -nível mais elevado de governança-, no ano de 2011. As companhias inseridas nessa listagem comprometem-se, de forma voluntária, a adotar práticas que excedam as exigências da legislação e os direitos dos acionistas.

Entre 2011 e 2012, a Companhia alavancou sua Governança Corporativa. Os principais destaques foram o aperfeiçoamento dos trabalhos do Comitê de Auditoria e Riscos e do Conselho de Administração. Além disto, constituímos o Comitê de Finanças, em março de 2012, e instituímos o Conselho Fiscal pela Assembleia Geral, em abril do mesmo ano.

Práticas

Além das atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de acionistas tem competência para eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e fiscais; fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e reformar o Estatuto Social.

O colegiado também tem autoridade para decidir sobre outros assuntos que envolvam, direta ou indiretamente, o Magazine Luiza, como o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado; qualquer reestruturação financeira; fusão, cisão, transformação, incorporação ou incorporação de ações, bem como transferência de parte substancial dos ativos que gere a descontinuidade de suas atividades; resgate, amortização, desdobramento ou grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; e distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório.

ÉTICA

TRANSPARÊNCIA

HONESTIDADE

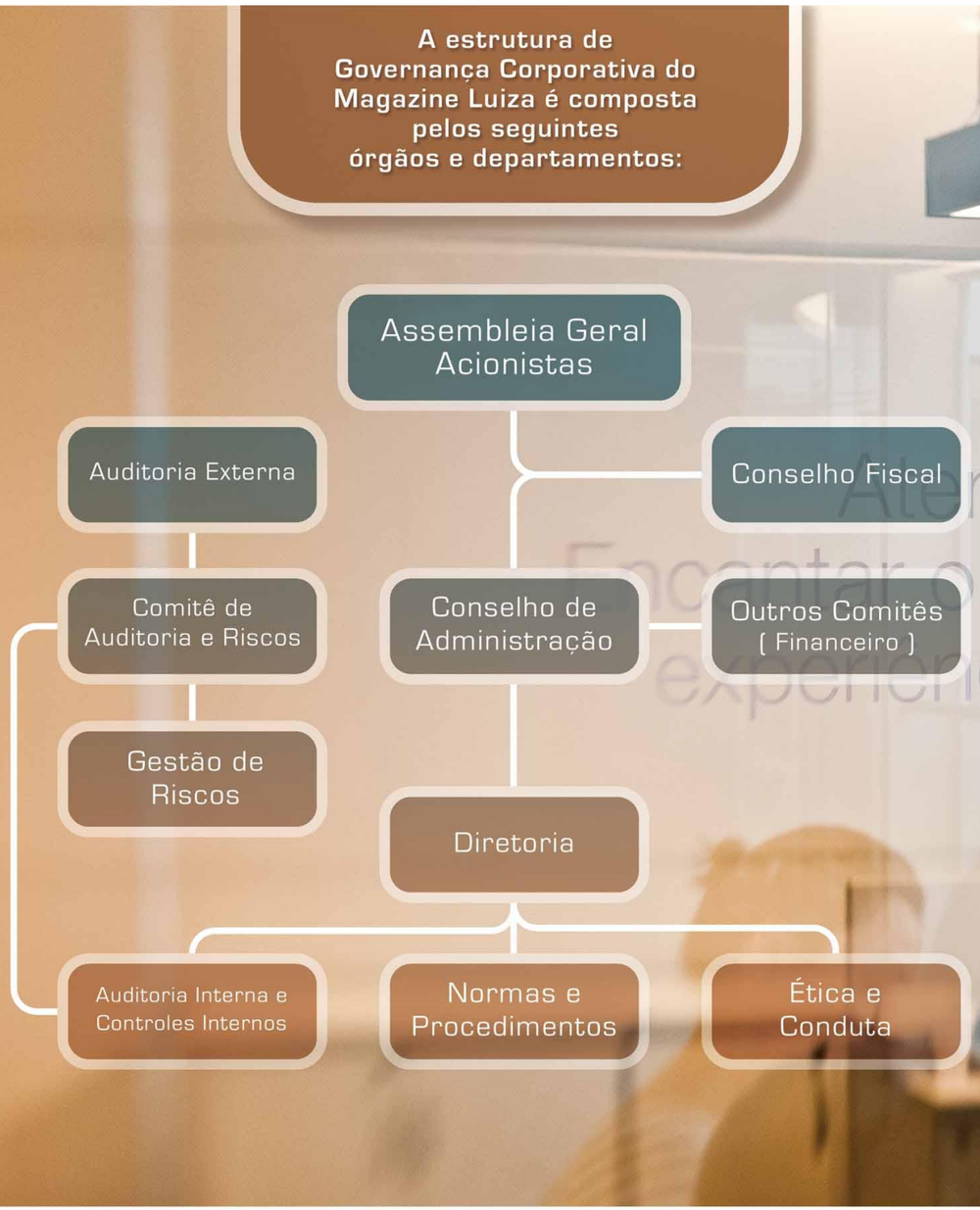
RESPEITO

RECONHECIMENTO

VERDADE

Estrutura

A estrutura de Governança Corporativa do Magazine Luiza é composta pelos seguintes órgãos e departamentos:



Conselho de Administração e Diretoria-Executiva

O Conselho de Administração decide sobre questões estratégicas, visando promover e observar os objetivos básicos da Companhia, como a adoção de uma estrutura administrativa ágil composta por profissionais de reputação e a formulação das diretrizes estratégicas.

O órgão de deliberação colegiada é formado por, no mínimo, seis membros, sendo dois deles independentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano.

Nossa Administração possui um Conselho de Administração e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou Lei das Sociedades por Ações, e pelo nosso Estatuto Social.

Membros do Conselho de Administração	Cargo	Ano de Eleição
Joaquim Francisco de Castro Neto*	presidente	29/04/2013
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	vice-presidente	29/04/2013
Onofre de Paula Trajano**	conselheiro	29/04/2013
José Antônio Palamoni**	conselheiro	29/04/2013
Carlos Renato Donzelli**	conselheiro	29/04/2013
Inês Corrêa de Souza*	conselheira	29/04/2013

*conselheiro independente
**conselheiro externo

Membros da Diretoria	Cargo	Ano de Eleição
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	diretora-presidente	30/04/2013
Marcelo José Ferreira e Silva	diretor-superintendente	30/04/2013
Roberto Bellissimo Rodrigues	diretor-financeiro e de relações com investidores	30/04/2013
Maria Isabel Bonfim de Oliveira	diretora de administração e controle	30/04/2013
Frederico Trajano Inácio	diretor de vendas e *marketing*	30/04/2013
Fabrício Bittar Garcia	diretor-comercial	30/04/2013

Conselho Fiscal e Comitês

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão societário, com caráter não permanente, que atua de forma independente de nossa administração e de nossos auditores independentes.

O conselho possui, dentre outras, as competências de fiscalizar os atos dos administradores e seus deveres legais e estatutários; analisar trimestralmente e opinar sobre as demonstrações financeiras; emitir opinião também com relação ao relatório da administração do exercício; e comentar as propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão.

É composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral da Companhia. O mandato é referente ao período da investidura no cargo até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

O conselho foi instalado, em 2012, na Assembleia Geral Ordinária, conforme previsão legal, pelos acionistas minoritários da Companhia.

Conselho de Auditoria e Riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos tem como principal função assessorar o Conselho de Administração na supervisão da qualidade, veracidade e integridade das demonstrações e demais relatórios financeiros; qualificação, desempenho e independência dos auditores independentes; monitoramento sobre a adequação do Magazine Luiza às exigências das leis e regulamentos; acompanhamento das atividades de gerenciamento dos principais riscos corporativos e respectivos controles internos, para mitigá-los.

É composto por três membros designados pelo Conselho de Administração, sendo obrigatória a presença de um especialista em contabilidade e auditoria independente. O mandato de seus membros é de um ano.

Comitê de Finanças

O Comitê de Finanças é responsável por assessorar o Conselho de Administração nos seguintes propósitos: definição da política e do planejamento financeiro da Companhia; análise das diretrizes do orçamento e dos planos de investimentos e plurianual; políticas e níveis de endividamento adequados para as atividades da Companhia e monitoramento de *covenants* contratuais e garantias; acompanhamento das transações de fusões, aquisições e investimentos significativos; definição da política de aplicações financeiras e de investimentos; e monitoramento dos riscos financeiros para o Magazine Luiza e das atividades de suas subsidiárias.

É um órgão colegiado, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, composto por três membros especialistas financeiros, cujo mandato é de um ano.

Código de Conduta

O Código de Conduta é uma expressão do compromisso da Companhia com os padrões mais elevados de ética. Ele ressalta o conjunto de diretrizes que orientam as relações com profissionais, clientes, fornecedores, acionistas e colaboradores para o fortalecimento e preservação do negócio.

O código estende-se a todos os colaboradores do Magazine Luiza, inclusive às empresas coligadas.

Os principais temas abordados no Código de Conduta são: conflito de interesses; segurança da informação e propriedade intelectual; patrimônio; recursos e registros da empresa; brindes, presentes, favores e outras cortesias; atividades comunitárias; doação de produtos, apoio a projetos e patrocínios; questões de interesse público; meio ambiente; e colaboradores parentes.

Comitê de Ética

O Comitê de Ética, criado em 2010, trata da atualização do Código de Conduta, de propostas para um novo fluxo de denúncias internas de colaboradores para o SAC, sanções e revisão de políticas e procedimentos das lojas.

Em 2012, fizemos o treinamento dos colaboradores no Código de Conduta. Foram realizadas 11 reuniões operacionais e 2 com o Comitê Executivo. Foi criado ainda um quadro de sanções a serem aplicadas nos casos de descumprimento do Código de Conduta.

A apuração é realizada pelas áreas de Auditoria Interna, Clima Organizacional, Jurídica, Operações de Loja, entre outros setores operacionais da empresa, e as penalidades contemplam advertência formal e demissão simples ou por justa causa, aplicadas de maneira escalonada, conforme regras preestabelecidas.

O Comitê Operacional é composto por 12 colaboradores e é coordenado pelo Departamento de Cultura.

Gestão de Riscos

Vulnerabilidade e Desafios

O Magazine Luiza faz gestão ativa e efetiva dos riscos

O desafio da nossa cultura organizacional é constante. A essência da nossa Companhia é única e chave para o nosso desenvolvimento, identidade e credibilidade. Nossa capacidade de crescimento depende de uma série de fatores.

Riscos Operacionais

Os elementos de risco operacional que permeiam nossas operações incluem: eventual perda de membros da nossa alta administração e/ou incapacidade de atrair e manter diretores qualificados; sazonalidade das vendas; perdas não cobertas pelos seguros contratados; falecimento ou afastamento de acionistas controladores e de membros da Companhia; financiamento e empréstimos para nossos clientes; alta competitividade no setor de varejo brasileiro; ciclos econômicos desfavoráveis e possíveis diminuições no poder de compra; e problemas nos sistemas de Tecnologia da Informação.

Riscos Financeiros

Os riscos financeiros aos nossos negócios englobam: conflito de interesses entre acionistas controladores e os demais; captação de recursos adicionais por meio de emissão de valores mobiliários; ausência de distribuição de dividendos; e aumento da inadimplência.

Riscos de Mercado

Nosso negócio também está exposto aos riscos de mercado, no âmbito político-econômico, diretamente relacionados ao governo Federal, que implementa regularmente alterações nos regimes tributários, o que pode aumentar o encargo fiscal. Consequentemente, as medidas da União podem acarretar elevação de preços aos consumidores e prejudicar a situação financeira e os resultados operacionais.

Como não temos controle sobre as medidas e políticas que o governo Federal pode vir a adotar no futuro e tampouco podemos prevê-las, nossos negócios poderão ser impactados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como controles cambiais e restrições a remessas para o Exterior; política monetária; flutuações cambiais; alteração das normas trabalhistas; inflação; liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; expansão ou contração da economia brasileira; política fiscal e alterações na legislação tributária, incluindo aquelas das quais nossas lojas atualmente se beneficiam; controle sobre importação e exportação; instabilidade social e política; e outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou afetem o mercado.

Auditoria

Independência nos Processos de Auditoria

A *Ernst & Young* Brasil foi nomeada pelo Conselho de Administração do Magazine Luiza

Contratamos a *Ernst & Young* Terco Auditores Independentes (*Ernst & Young* Brasil), em abril de 2012.

A auditoria independente tem como principal atribuição verificar se as demonstrações financeiras da Companhia refletem adequadamente a sua realidade. São procedidos os exames e é emitido parecer sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que englobam o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, além do resumo das principais práticas contábeis e notas explicativas. Ainda é papel da auditoria independente a avaliação e emissão de recomendações sobre os controles internos.

A auditoria independente reporta-se diretamente para o Comitê de Auditoria e Riscos, declarando sua independência e apresentando a avaliação das principais contas, riscos e deficiências relevantes nos controles internos.

Ela expressa sua opinião sobre as demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cumprindo exigências éticas, de planejamento e segurança.

Anteriormente, o trabalho de auditoria era desenvolvido pela *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes (*Deloitte*), também entre as maiores do País na área.

A substituição visou atender à rotatividade dos auditores independentes, conforme a Instrução CVM nº 308/99, que determina que um auditor independente não pode prestar serviços para um mesmo cliente por mais de cinco anos consecutivos, exigindo-se, portanto, um intervalo mínimo de três anos para a sua recontratação.

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Análise Financeira
Desempenho Financeiro Consolidado

Principais Indicadores Consolidados

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais relativos aos exercícios sociais encerrados em 2012 e 2011

R$ milhões (exceto quando indicado)	2012	2011	Var(%)
Receita Bruta Total	9.054,4	7.601,3	19,1%
Receita Líquida Total	7.665,1	6.419,4	19,4%
EBITDA	241,8	300,6	-19,6%
Margem EBITDA	3,2%	4,7%	-1,5 pp
EBITDA Ajustado	281,7	346,3	-18,7%
Margem EBITDA Ajustada	3,7%	5,4%	-1,7 pp
Lucro Líquido	(6,7)	11,7	-157,8%
Margem Líquida	-0,1%	0,2%	- 0,3 pp
Lucro Líquido Ajustado	14,1	55,5	-74,6%
Margem Líquida Ajustada	0,2%	0,9%	- 0,7 pp
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas	12,5%	16,5%	-
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	9,8%	13,1%	-
Crescimento nas Vendas Internet	33,3%	44,4%	-
Quantidade de Lojas - Final do Período	743	728	2,1%
Área de Vendas - Final do Período (M^2)	469.061	454.045	3,3%
Base Total de Cartões Luizacred (mil)	3.924	4.426	-11,3%

Receita Bruta Consolidada

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta entre os segmentos de negócios:

(em R$ milhões)	2012	2011	Var(%)
Receita Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	8.114,0	6.848,1	18,5%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	314,3	264,7	18,7%
Total Varejo	**8.428,3**	**7.112,8**	**18,5%**
Receita Bruta - Financiamento ao Consumo	667,2	528,9	26,2%
Receita Bruta - Operações de Seguros	86,3	68,8	25,6%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	33,7	27,7	21,5%
Eliminações Intercompanhias	(161,1)	(136,8)	17,8%
Receita Bruta - Total	**9.054,4**	**7.601,3**	**19,1%**

Em 2012, a receita bruta consolidada cresceu 19,1%, atingindo R$ 9.054,4 milhões. O expressivo aumento obtido no ano foi em virtude, principalmente, dos seguintes fatores: i) evolução no segmento de varejo, influenciada pelo crescimento no conceito mesmas lojas, forte avanço do *e-commerce* e expansão da Companhia no número de lojas; e ii) elevação na receita proveniente do segmento de financiamento ao consumo de 26,2%, sob influência, principalmente, do aumento nas receitas de crédito direto ao consumidor e de serviços.

Também em 2012, no segmento de varejo, a receita bruta cresceu 18,5%, totalizando R$ 8.428,3 milhões. Este expressivo percentual foi influenciado pela expansão da Companhia no número de lojas e, em especial, pelo maior volume nas vendas no conceito mesmas lojas, que totalizou 12,5%, impulsionado pelo processo de maturação das lojas novas, notadamente nas do Nordeste, e acelerado crescimento do *e-commerce* de 33,3%, que ultrapassou a marca de R$ 1 bilhão de vendas no ano.

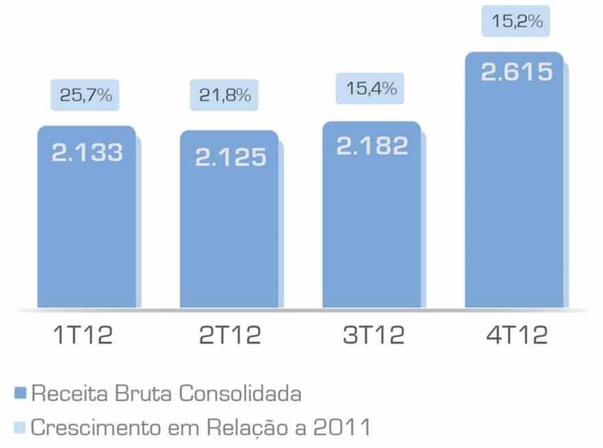
Ao longo do ano, ganhamos *market share* em praticamente todas as categorias de produtos. O primeiro trimestre foi marcado pelo sucesso da Liquidação Fantástica e influenciado positivamente pelo aumento da produtividade das lojas reformadas, crescimento acelerado da Região Nordeste e Dia das Mães.

Apesar da contribuição do Dia dos Pais, o terceiro trimestre cresceu de forma menos expressiva, dado o forte desempenho no mesmo período do ano anterior. Já no último trimestre, as campanhas, como Cliente Ouro e *Black Friday*, compensaram parcialmente as vendas de Natal, que ficaram abaixo das expectativas.

No segmento de Financiamento ao Consumo – Luizacred, a receita cresceu 26,2%, em 2012, totalizando R$ 667,2 milhões, influenciada pelo equilíbrio do *mix* entre o CDC e o Cartão de Crédito *Co-Branded* e pelas receitas de serviços.

A seguir, evolução da receita bruta consolidada ao longo de 2012:

Evolução da Receita Bruta Consolidada (R$ milhões)



Lucro Bruto Consolidado

A tabela abaixo descreve a distribuição do lucro bruto entre os segmentos de negócios:

(em R$ milhões)	2012	2011	Var(%)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.716,1	1.539,6	11,5%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	273,8	229,7	19,2%
Total Varejo	**1.990,0**	**1.769,3**	**12,5%**
Lucro Bruto - Financiamento ao Consumo	584,8	431,3	35,6%
Lucro Bruto - Operações de Seguros	80,0	63,8	25,3%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	19,0	11,7	62,6%
Eliminações Intercompanhias	(155,2)	(131,8)	17,7%
Lucro Bruto - Total	**2.518,5**	**2.144,3**	**17,5%**

(em % da Receita Líquida)	2012	2011	Var(%)
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	25,4%	27,0%	-1,6 pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0 pp
Total Varejo	**28,3%**	**29,8%**	**-1,5 pp**
Margem Bruta - Financiamento ao Consumo	87,6%	81,5%	6,1 pp
Margem Bruta - Operações de Seguros	92,6%	92,8%	- 0,2 pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	61,8%	45,3%	16,5 pp
Eliminações Intercompanhias	96,3%	96,4%	- 0,1 pp
Lucro Bruto - Total	**32,9%**	**33,4%**	**- 0,5 pp**

Em 2012, o lucro bruto consolidado atingiu R$ 2.518,5 milhões, um aumento de 17,5% no período, com margem bruta de 32,9% da receita líquida, representando um decréscimo de 0,5 ponto percentual com relação a 2011, em virtude, principalmente, do impacto do segmento de varejo no quarto trimestre de 2012.

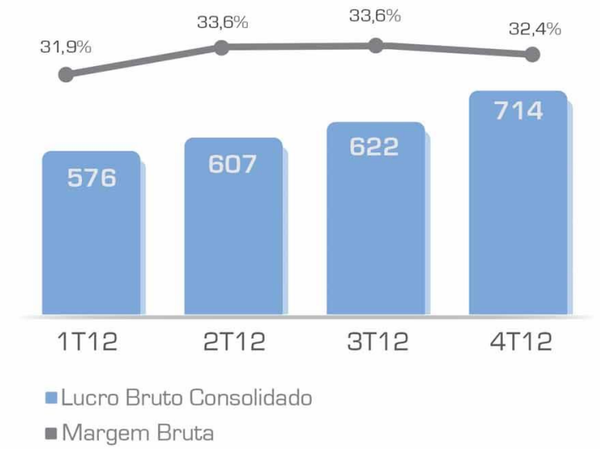
O segmento de varejo encerrou o ano com margem bruta de 28,3% da receita líquida, mostrando uma redução de 1,5 ponto percentual, influenciada pela maior participação de vendas na *internet*, integração das lojas do Nordeste e necessidade de estimular o consumo com promoções em meio a um cenário de forte concorrência no último trimestre de 2012.

Em contrapartida, a margem bruta da Financeira Luizacred cresceu 6,1 pontos percentuais, em 2012, para 87,6% da receita líquida, por causa, especialmente, da redução do CDI, aumento da participação do crédito direto ao consumidor (CDC) e ampliação das receitas de serviços.

Para 2013, esperamos uma melhora na margem bruta do Nordeste, além de um aperfeiçoamento na inteligência de precificação dos produtos em todas as regiões com o Projeto de Gestão de Preços (*Pricing*).

A seguir, evolução do lucro bruto consolidado ao longo de 2012:

Evolução do Lucro Bruto Consolidado (R$ milhões)



Despesas Operacionais

A tabela abaixo relaciona a distribuição das despesas operacionais consolidadas entre os diferentes grupos:

(em R$ milhões)	2012	%RL	2011	%RL	Var(%)
Despesas com Vendas	(1.581,0)	- 20,6%	(1.343,3)	- 20,9%	17,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(388,4)	- 5,1%	(354,6)	- 5,5%	9,5%
Perda em Liquidação Duvidosa	(338,5)	- 4,4%	(244,9)	- 3,8%	38,2%
Outras Receitas Operacionais Líquidas	31,3	0,4%	99,2	1,5%	- 68,5%
Total de Despesas Operacionais	**(2.276,7)**	**- 29,7%**	**(1.843,7)**	**- 28,7%**	**23,5%**
(+/-) Despesas Extraordinárias	24,8	0,3%	45,7	0,7%	- 45,7%
Total de Despesas Recorrentes	**(2.251,9)**	**-29,4%**	**(1.798,0)**	**-28,0%**	**25,2%**

Despesas com Vendas

Em 2012, as despesas com vendas totalizaram R$ 1.581 milhões, representando 20,6% da receita líquida, redução de 30 pontos base em relação a 2011. Observamos uma queda em nossas despesas a partir do segundo trimestre, quando o programa de racionalização de custos e aumento da produtividade "Mais com Menos" ganhou força.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 388,4 milhões, retratando 5,1% da receita líquida em 2012, redução de 40 pontos base em relação a 2011, fruto da racionalização de despesas proposta no planejamento estratégico.

Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa

Em 2012, as provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa totalizaram R$ 338,5 milhões, passando de 3,8%, em 2011, para 4,4% da receita líquida. No acumulado do ano, este aumento foi decorrente do conservadorismo adotado pela Luizacred em manter as robustas provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Em 2012, outras receitas operacionais líquidas totalizaram R$ 31,3 milhões, o equivalente a apenas 0,4% da receita líquida, compostas, principalmente, por apropriação de receitas diferidas derivadas *das joint ventures*, receitas do *profit sharing* do empréstimo consignado e despesas relacionadas à "Chipagem" de cartões Luiza e integração das redes, conforme tabela:

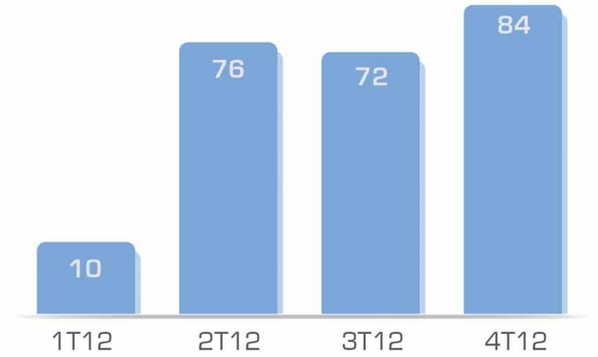
(em R$ milhões)	2012	%RL	2011	%RL	Var(%)
Apropriação de Receita Diferida	44,9	0,6%	27,7	0,4%	62,5%
Despesas de Integração de Rede	(25,6)	- 0,3%	(39,4)	- 0,6%	- 34,9%
Operações de Crédito Pessoal	17,4	0,2%	50,2	0,8%	-65,2%
Despesas com "Chipagem" de Cartões	(7,8)	- 0,1%	-	0,0%	-
Outros	2,4	0,0%	60,8	0,9%	- 96,1%
Total	**31,3**	**0,4%**	**99,2**	**1,5%**	**- 68,5%**

EBITDA

Em 2012, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA Consolidado) foi de R$ 241,8 milhões, com margem de 3,2%. O resultado consolidado foi impactado positivamente pelo crescimento das vendas e racionalização de despesas e negativamente pelo processo de integração das redes Baú da Felicidade e Lojas Maia, provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa robustas na Luizacred, despesas relacionadas à manutenção do Cartão Luiza e processo de maturação das lojas novas em curso, bem como pelas vendas abaixo das expectativas, impedindo uma maior diluição das despesas operacionais.

A seguir, evolução do EBITDA consolidado ao longo de 2012:

Evolução do EBITDA Consolidado (R$ milhões)



Resultado Financeiro

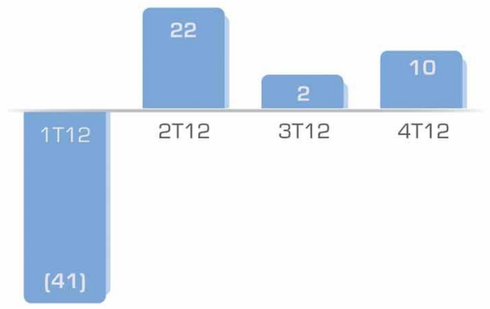
Resultado Financeiro Consolidado (em R$ milhões)	2012	%RL	2011	Var(%)
Despesas Finaceiras	(228,0)	- 3,0%	(217,4)	- 3,4%
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(114,3)	- 1,5%	(136,8)	- 2,1%
Juros de Antecipações de Recebíveis de Cartões de Terceiros	(58,5)	- 0,8%	(28,3)	- 0,4%
Juros de Antecipações de Recebíveis Cartão Luiza	(23,6)	- 0,3%	(24,6)	- 0,4%
Outras Despesas	(31,7)	- 0,4%	(27,7)	- 0,4%
Receitas Finaceiras	55,7	0,7%	51,7	0,8%
Rendimento de Aplicações Financeiras e Títulos Mobiliários	13,9	0,2%	32,2	0,5%
Outras Receitas Financeiras	41,8	0,5%	19,5	0,3%
Resultado Financeiro Total	(172,3)	- 2,2%	(165,7)	- 2,6%

As despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 172,3 milhões, passando de 2,6% da receita líquida, em 2011, para 2,2%, em 2012. Ao longo do ano, o resultado financeiro foi influenciado positivamente pela redução do CDI.

Lucro Líquido Consolidado

O resultado líquido de 2012 foi um prejuízo de R$ 6,7 milhões, com margem de -0,1%, que, conforme já comentado, foi impactado pelo processo de integração das redes Baú da Felicidade e Lojas Maia, aumento nas provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa, despesas relacionadas à manutenção do Cartão Luiza e processo de maturação das lojas novas em curso, bem como pelas vendas abaixo das expectativas, impedindo uma maior diluição das despesas operacionais.
A seguir, evolução do lucro líquido consolidado ao longo de 2012:

Evolução do Lucro Líquido Consolidado (R$ milhões)



Capital de Giro

Consolidado (em R$ milhões)	DEZ - 12	DEZ - 11
Contas a Receber	2.104,5	1.927,8
Estoques	1.068,8	1.264,7
Partes Relacionadas	35,5	42,6
Impostos a Recuperar	214,8	24,6
Outros Ativos	48,1	59,4
Ativos Circulantes Operacionais	**3.471,6**	**3.319,1**
Fornecedores	1.328,2	1.267,8
Depósitos Interfinanceiros	990,0	981,5
Operações com Cartões de Crédito	566,7	436,1
Salários, Férias e Encargos Sociais	139,5	121,6
Impostos a Recolher	80,2	49,3
Partes Relacionadas	26,0	25,5
Impostos Parcelados	9,1	2,9
Provisões Técnicas de Seguros	34,1	32,5
Outras Contas a Pagar	84,4	94,6
Passivos Circulantes Operacionais	**3.258,3**	**3.011,7**
Capital de Giro	**213,4**	**307,3**

Nota (1): O saldo de contas a receber é divulgado líquido de recebíveis de cartões de crédito antecipados, no valor de R$ 791,4 milhões, em dez./12, e R$ 441,0 milhões, em dez./11.

Em dezembro 2012, o capital de giro líquido era de R$ 213,4 milhões, representando 2,4% da receita bruta dos últimos 12 meses, abaixo dos 5,7% observados no terceiro trimestre do mesmo ano e dos 4,0% em dezembro de 2011. Essa redução decorreu, principalmente, da melhoria dos giros de estoques no período e da contabilização de parte dos impostos a recuperar no longo prazo.

Ao final de 2012, a Companhia possuía créditos acumulados de ICMS por substituição tributária a recuperar no valor de R$ 281,2 milhões, sendo R$ 152,0 milhões contabilizados no ativo circulante e R$ 129,2 milhões no ativo não circulante. Os referidos créditos serão realizados por solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto ao Estado de origem do crédito.

Temos o compromisso de liberar capital de giro ao longo dos próximos anos, ao trabalhar com estoques menores e giro mais rápido de produtos. O objetivo é aumentar a eficiência na gestão das categorias de produtos e reduzir o impacto dos impostos com a recuperação de créditos acumulados de ICMS por substituição tributária.

CAPEX

Investimetos (em R$ milhões)	2012	2011
Lojas Novas	23,1	46,1
Reformas	62,6	82,2
Tecnologia	25,3	35,3
Outros	63,8	46,5
Total	**174,9**	**210,2**

Em 2012, reduzimos em 16,8% nosso nível de investimentos (em novas lojas, reformas e logística), para R$ 174,9 milhões. Esses investimentos incluíram reformas de lojas existentes, tecnologia e inauguração de 22 lojas, bem como ampliação da capacidade de armazenagem e operacional do Centro de Distribuição de Louveira e construção de um novo CD no Nordeste.

Dívida Líquida e Fluxo de Caixa

Endividamento Consolidado (em R$ Milhões)	2012	2011
(+) Empréstimos e Financiamentos Circulantes	317,2	129,7
(+) Empréstimos e Financiamentos Não Circulantes	918,8	581,7
(=) Endividamento Bruto	1.236,0	711,3
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	423,1	173,1
(-) Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	175,2	75,0
(-) Títulos e Valores Mobiliários Não Circulantes	59,3	43,3
(-) Caixa e Disponibilidades (Total)	657,6	291,3
(=) Endividamento Líquido	578,4	420,0
Endividamento em Curto Prazo / Total	26%	18%
Endividamento em Longo Prazo / Total	74%	82%
EBITDA Ajustado (últimos 12 meses)	281,7	346,3
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	2,1x	1,2x

Em dezembro de 2012, o Magazine Luiza apresentava empréstimos e financiamentos no valor de R$ 1.236,0 milhões, caixa e aplicações financeiras no total de R$ 657,6 milhões, perfazendo dívida líquida de R$ 578,4 milhões, equivalente a 2,1 vezes o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses. O aumento na dívida líquida reflete o crescimento da operação no período.

Nos próximos anos, vamos melhorar nosso perfil de dívida, alongando o prazo médio e reduzindo o risco de refinanciamento. Além disto, pretendemos diminuir a proporção de dívida líquida sobre o EBITDA.

Temos também como objetivo gerar fluxo de caixa livre no médio prazo, com uma revisão constante de metas para aumentar a liquidez de forma gradual.

Política de Dividendos

O Estatuto Social do Magazine Luiza prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório na forma da lei societária. Em Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 30 de abril de 2012, foi deliberada a destinação de R$ 2,8 milhões como distribuição de dividendos, portanto, R$ 1,1 milhão a mais que o obrigatório. Este montante, que foi integralmente liquidado no segundo trimestre de 2012, representou 24% do lucro líquido de 2011.

Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade foi elaborado de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), principal referência internacional para o relato do desempenho em aspectos ambientais, econômicos e sociais. O documento será publicado anualmente. As informações referem-se ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012.

O conjunto de princípios, protocolos e indicadores GRI valorizam aspectos de relevância, abrangência, transparência, confiabilidade e comparabilidade. Em seu primeiro relatório, o Magazine Luiza declara ter atingido o nível C+ de aplicação das diretrizes GRI, versão G3, auditado pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes.

A publicação aborda as operações no Brasil com foco nas lojas físicas, virtuais e *e-commerce*, em seus oito centros de distribuição, além do escritório de negócios, na Capital paulista. O documento não contempla os resultados das subsidiárias Luizaseg, Luizacred e Consórcio Luiza.

ITENS DE PERFIL
INDICADORES DE PERFORMANCE
CARTA DE ASSEGURAÇÃO
EXPEDIENTE

ITENS DE PERFIL

ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
1.1	5/7	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização (como diretor-presidente, presidente do conselho de administração ou cargo equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia
PERFIL ORGANIZACIONAL		
2.1	16	Nome da organização
2.2	11/12/30	Principais marcas, produtos e/ou serviços
2.3	16	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e *joint ventures*
2.4	16	Localização da sede da organização
2.5	2	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório
2.6	16	Tipo e natureza jurídica da propriedade
2.7	16	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/ beneficiários)
2.8	16	Porte da organização, incluindo: • número de empregados; • vendas líquidas (para organizações do setor privado) ou receita líquida (para organizações do setor público); • capitalização total discriminada em termos de dívida e patrimônio líquido (para organizações do setor privado); • quantidade de produtos ou serviços oferecidos
2.9	20/25/26	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária
2.10	22	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório

Sustentabilidade

PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO

3.1	2	Período coberto pelo relatório (como ano contábil/civil) para as informações apresentadas
3.2	2	Data do relatório anterior mais recente (se houver)
3.3	2	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc.)
3.4	2	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo
3.5	2	Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo: • determinação da materialidade; • priorização de temas dentro do relatório; • identificação de quais *stakeholders* a organização espera que usem o relatório
3.6	2	Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, *joint ventures*, fornecedores)
3.7	2	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório
3.8	2	Base para a elaboração do relatório no que se refere a *joint ventures*, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações
3.10	-	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões ou aquisições, mudança no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição) **Este é o primeiro relatório seguindo as diretrizes GRI G3.**
3.11	-	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório **Este é o primeiro relatório seguindo as diretrizes GRI G3.**
3.12	59	Tabela que identifica a localização das informações no relatório. Identificação dos números das páginas ou *links* para páginas na internet
3.13	2	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório. Se a verificação não for incluída no relatório de sustentabilidade, é preciso explicar o escopo e a base de qualquer verificação externa fornecida, bem como a relação entre a organização relatora e o(s) auditor(es)

GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO

4.1	17	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização
4.2	17/18	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição)
4.3	18	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança. Declare como a organização define "independente" e "não-executivo". Esse elemento se aplica somente a organizações que têm estruturas de administração unitária
4.4	20/49	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governança
4.8	9/14	Declaração de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos
4.13	21	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa)
4.14	9/51/56	Relação de grupos de *stakeholders* engajados pela organização
4.15	19	Base para a identificação e seleção de *stakeholders* com os quais se engajar. Inclui o processo da organização para a definição de seus stakeholders e para a determinação dos grupos com os quais se engajar ou não

INDICADORES DE PERFORMANCE

DESEMPENHO ECONÔMICO		
EC1	28	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos
EC5	44	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes
DESEMPENHO AMBIENTAL		
EN4	55	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária
DESEMPENHO SOCIAL		
Práticas Trabalhistas		
LA1	37	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região
LA2	37	Número total e taxa de rotatividade de empregos, por faixa etária, gênero e região
LA10	46	Média de horas por treinamento por ano
LA12	47	Porcentual de empregados que recebem análises de desempenho
LA13	38/39	Composição da alta direção e dos conselhos, e proporção por grupos e gêneros
Sociedade		
SO2	41	Porcentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção
SO3	41	Porcentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização
SO4	41	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção
SO7	15	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados
Responsabilidades sobre o Produto		
PR5	31/35	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas

Confira o Relatório de Sustentabilidade completo em;
ri.magazineluiza.com.br / governança corporativa / relatório de sustentabilidade

Programa de Inclusão

Carta de Asseguração

Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes do Relatório de Sustentabilidade ano-base 2012

Ao

Conselho de Administração e Acionistas do

Magazine Luiza S/A

São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados pelo Magazine Luiza S/A para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre as informações contidas no Relatório de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes da GRI em sua versão 3 nível C, relativo ao período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012 e não contempla os resultados das subsidiárias Luizaseg, Luizacred e Consórcio Luiza.

Responsabilidades da administração da Companhia

A administração do Magazine Luiza S/A é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade relativo ao período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012, de acordo com critérios, premissas e metodologias próprias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes do Relatório de Sustentabilidade do Magazine Luiza S/A, relativo ao período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) № 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que o Relatório de Sustentabilidade do Magazine Luiza S/A, para o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração e outros profissionais da Companhia que foram envolvidos na elaboração do Relatório de Sustentabilidade assim como, pela aplicação de procedimentos adicionais julgados necessários para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes no Relatório de Sustentabilidade, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do Relatório de Sustentabilidade e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam ocorrer. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Relatório de Sustentabilidade da Magazine Luíza;
(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a preparação e compilação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
(c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações constantes do Relatório de Sustentabilidade;
(d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração GRI 3.1 nível C aplicável na elaboração das informações constantes do Relatório de Sustentabilidade.
Acreditamos que as evidências obtidas em nosso trabalho foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes no Relatório de Sustentabilidade. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração que tem como objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho que tivesse como objetivo emitir uma opinião, poderíamos ter identificados outros assuntos ou eventuais distorções nas informações constantes no Relatório de Sustentabilidade. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório de Sustentabilidade do Magazine Luiza S/A não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes da GRI 3 nível C e de acordo com critérios, premissas e metodologias próprias do Magazine Luíza.

São Paulo, 01 de abril de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando A. S. Magalhães
Contador CRC – 1SP 133169/O-0

magazineluiza
vem ser feliz

Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora - BR GAAP 31/12/2012	Controladora - BR GAAP 31/12/2011	Consolidado - IFRS e BR GAAP 31/12/2012	Consolidado - IFRS e BR GAAP 31/12/2011
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.1	404.143	150.980	423.128	173.117
Títulos e valores mobiliários	3.2	126.385	26.876	175.227	74.957
Contas a receber	4	486.474	436.326	2.104.479	1.927.828
Estoques	5	1.068.762	1.092.061	1.068.762	1.264.657
Partes relacionadas	6	74.342	130.165	35.541	42.601
Impostos a recuperar	7	208.490	18.749	214.771	24.608
Outros ativos	8	37.130	21.819	48.062	59.359
Total do ativo circulante		2.405.726	1.876.996	4.069.970	3.567.127
Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	3.2	–	–	59.255	43.267
Contas a receber	4	398	5.858	1.771	9.407
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	147.758	122.333	201.730	178.907
Impostos a recuperar	7	137.365	15.182	138.409	31.042
Depósitos judiciais		129.348	53.534	137.792	88.969
Outros ativos	8	38.943	15.782	39.905	19.789
Investimentos em controladas	10	12.272	72.877	–	–
Investimentos em controladas em conjunto	11	222.894	161.256	–	–
Imobilizado	12	573.223	417.295	575.185	489.938
Intangível	13	435.049	175.716	440.738	448.908
Total do ativo não circulante		1.697.250	1.039.833	1.594.785	1.310.227
Total do Ativo		4.102.976	2.916.829	5.664.755	4.877.354

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora - BR GAAP 31/12/2012	Controladora - BR GAAP 31/12/2011	Consolidado - IFRS e BR GAAP 31/12/2012	Consolidado - IFRS e BR GAAP 31/12/2011
Circulante					
Fornecedores	14	1.325.992	1.091.013	1.328.155	1.267.774
Empréstimos e financiamentos	15	317.198	94.979	317.198	129.671
Depósitos interfinanceiros	16	–	–	990.021	981.478
Operações com cartões de crédito	17	–	–	566.664	436.130
Salários, férias e encargos sociais		136.586	109.726	139.537	121.596
Impostos a recolher		47.401	33.289	80.174	49.324
Partes relacionadas	6	51.291	45.737	25.989	25.492
Impostos parcelados	21	9.128	2.854	9.128	2.854
Receita diferida	18	37.104	19.217	31.560	24.092
Dividendos a pagar		–	1.662	–	1.662
Provisões técnicas de seguros	19	–	–	34.140	32.464
Outras contas a pagar		80.541	78.715	84.448	94.598
Total do passivo circulante		2.005.241	1.477.192	3.607.014	3.167.135
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	918.766	496.278	918.766	581.664
Impostos parcelados	21	1.783	4.398	1.783	4.398
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	186.027	84.176	199.202	173.404
Provisões técnicas de seguros	19	–	–	27.353	17.853
Receita diferida	18	375.167	230.490	294.023	294.261
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	–	–	–	10.765
Outras contas a pagar		–	3.350	622	6.929
Total do passivo não circulante		1.481.743	818.692	1.441.749	1.089.274
Total do Passivo		3.486.984	2.295.884	5.048.763	4.256.409
Patrimônio Líquido					
Capital social	22	606.505	606.505	606.505	606.505
Reserva de capital	22	2.820	–	2.820	–
Reserva legal	22	4.025	4.025	4.025	4.025
Reserva de retenção de lucros	22	2.561	10.415	2.561	10.415
Outros resultados abrangentes	22	81	–	81	–
Total do patrimônio líquido		615.992	620.945	615.992	620.945
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.102.976	2.916.829	5.664.755	4.877.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora - BR GAAP 2012	Controladora - BR GAAP 2011	Consolidado - IFRS e BR GAAP 2012	Consolidado - IFRS e BR GAAP 2011 reclassificado
Receita líquida de vendas	23	6.719.425	5.135.586	7.665.112	6.419.371
Custo de Mercadorias Revendidas, Prestações de Serviços e Captações para Operações Financeiras	24	(4.810.471)	(3.589.901)	(5.146.597)	(4.275.084)
Lucro Bruto		1.908.954	1.545.685	2.518.515	2.144.287
Receitas (Despesas) Operacionais					
Com vendas	25	(1.344.320)	(1.038.760)	(1.581.049)	(1.343.327)
Gerais e administrativas	25	(330.723)	(264.749)	(388.429)	(354.629)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(21.774)	(13.279)	(338.519)	(244.931)
Depreciação e amortização		(86.442)	(71.061)	(93.536)	(86.937)
Resultado de equivalência patrimonial	10 e 11	(7.031)	13.119	–	–
Outras receitas operacionais, líquidas	25 e 26	29.900	18.533	31.283	99.197
		(1.760.390)	(1.356.197)	(2.370.250)	(1.930.627)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		148.564	189.488	148.265	213.660
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	57.081	38.573	55.695	51.686
Despesas financeiras	27	(242.318)	(213.395)	(227.992)	(217.409)
		(185.237)	(174.822)	(172.297)	(165.723)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(36.673)	14.666	(24.032)	47.937
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	9	29.928	(3.000)	17.287	(36.271)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(6.745)	11.666	(6.745)	11.666
Lucro (Prejuízo) Atribuível a:					
Proprietários da controladora		(6.745)	11.666	(6.745)	11.666
Lucro (Prejuízo) por Ação					
Básico e diluído (reais por ação)		(0,04)	0,07	(0,04)	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		43.000	–	3.442	994	–	–	47.436
Aumento de capital, líquido dos gastos com emissão de ações e respectivos efeitos tributários		563.505	–	–	–	–	–	563.505
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	11.666	–	11.666
Destinações:								
Reserva legal		–	–	583	–	(583)	–	–
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	9.421	(9.421)	–	–
Distribuição de dividendos		–	–	–	–	(1.662)	–	(1.662)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		606.505	–	4.025	10.415	–	–	620.945
Plano de opção de compra de ações	22	–	2.820	–	–	–	–	2.820
Prejuízo do exercício	22	–	–	–	–	(6.745)	–	(6.745)
Distribuição de dividendos		–	–	–	(1.109)	–	–	(1.109)
Absorção de prejuízos acumulados		–	–	–	(6.745)	6.745	–	–
		606.505	2.820	4.025	2.561	–	–	615.911
Outros resultados abrangentes:								
Ajustes de instrumentos financeiros		–	–	–	–	–	81	81
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		606.505	2.820	4.025	2.561	–	81	615.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. ("Companhia" ou "Controladora") atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo (principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis), através de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico, cuja sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua controladora e "holding" é a LTD Administração e Participação S.A. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas possuíam 743 lojas (728 lojas em 2011) e oito centros de distribuição (oito centros de distribuição em 2011) localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País. A Companhia participa no capital social de outras sociedades, conforme detalhado a seguir: (a) Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Luizacred") - Sociedade controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. que tem por objeto a oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes da rede de lojas do Magazine Luiza; (b) Luizaseg Seguros S.A. ("Luizaseg") - Sociedade controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., que tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil, aos clientes da rede de lojas do Magazine Luiza; (c) Luiza Administradora de Consórcios Ltda. ("LAC") - Controlada integral que tem por objeto social a administração de grupos de consórcio formados para aquisição de automóveis, motocicletas, eletrodomésticos e imóveis. O Magazine Luiza S.A. e suas controladas e controladas em conjunto, doravante serão referidas como "Grupo" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica. **Incorporação da controlada F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda ("Lojas Maia").** Em 30 de abril de 2012, a Companhia realizou a incorporação societária da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. ("Lojas Maia") sua controlada integral, representada por rede de lojas, que atua no mesmo ramo de negócios do Magazine Luiza S.A. na região Nordeste do Brasil, adquirida em julho de 2010. A incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada na mesma data. Maiores detalhes sobre esta incorporação encontram-se descritos na nota 10.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras do Grupo compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado - IFRS e BR GAAP"; e • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora - BR GAAP". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora apresentados nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes. O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como segue: **2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto:** A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. As demonstrações financeiras de uma controlada em conjunto foram consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia nesta controlada em conjunto. Considera-se existir controle compartilhado somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. O resultado das operações da controlada F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. ("Lojas Maia"), incorporada em 30 de abril de 2012, foi incluído, após incorporação, nas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado de sua Controladora, dessa forma, estas demonstrações contemplam 12 meses de resultado das operações da Controladora e 8 meses de resultado oriundo do acervo líquido incorporado da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. ("Lojas Maia"). para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas controladas em conjunto são eliminadas na proporção da participação da Companhia nestas sociedades. **2.4. Combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição (honorários de "due diligence", advogados, entre outros) são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Os ágios apurados em função aquisições de empresas, estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio passou a não mais ser amortizado e passou a ser submetido a teste anual em relação ao seu valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa, conforme descrito na nota 2.5. Qualquer perda apurada sobre o valor recuperável destes ágios, são imediatamente reconhecidos no resultado do exercício, não sendo suscetível de futura reversão. Na alienação de uma controlada ou uma controlada em conjunto, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação. Caso a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis adquiridos seja superior ao custo de aquisição, o excesso (anteriormente conhecido como deságio) é registrado como ganho imediato no resultado do exercício em que ocorreu a aquisição. O ágio registrado por uma aquisição será ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição), caso sejam identificadas nesse período ajustes atribuíveis à data da aquisição. Após o período de mensuração, o adquirente deve revisar os registros contábeis da combinação de negócios somente para corrigir erros, em conformidade com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como ágio, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que exceder o custo de aquisição, deve ser imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

Demonstrações Financeiras

2.5. Alocação dos saldos de ágio: O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver item 2.4 acima), líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), conforme descritivo na nota explicativa nº 12. O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir. **2.6. Participações em controladas em conjunto ("Joint Ventures"):** Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de "joint venture", no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como "controladas em conjunto". O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto nas suas demonstrações financeiras consolidadas usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas, na proporção da participação da Companhia, com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações, na proporção da participação da Companhia, de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas. Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros ou os prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuível à participação dos demais empreendedores. **2.7. Apuração de resultado: 2.7.1. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas: **a) Revendas de produtos:** A receita de revendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas: • Transferência ao comprador dos riscos e dos benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • Inexistência de envolvimento continuado na gestão dos produtos revendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia ou ao Grupo; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. **b) Operações de crédito:** Reconhecidas ao longo da vigência dos contratos "pro rata die", de acordo com as respectivas taxas de juros pactuadas. **c) Operações com seguros:** Os prêmios de seguro, assim como os seus respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices ou faturas, ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices e faturas. **d) Administração de consórcios:** A receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço. **2.7.2. Custos das mercadorias revendidas e dos serviços prestados:** Incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas. No consolidado inclui, as despesas de intermediação financeira com as operações de captação de "funding". **2.7.3. Ajustes a valor presente:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou de curto prazos, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e expectativas do ativo em suas datas originais. **Atividades de varejo:** As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas e descontadas a valor presente na data das transações em virtude de seus prazos de parcelamento. A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa. O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica "Fornecedores" (tendo como contrapartida a conta de "Estoques"). Sua reversão é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas, das prestações de serviços e de captações para operações financeiras", pela fruição de prazo. O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias à prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de revendas de produtos", pela fruição do prazo. Operações de crédito: As operações de crédito, na controlada em conjunto Luizacred, são registradas ao valor presente, considerando as taxas de juros pactuadas em contratos e as variações dos indexadores da operação. Não foram identificados ajustes materiais no cálculo a valor presente de passivos a longo prazo, tais como impostos parcelados e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, considerando principalmente que o saldo de tais rubricas representa a melhor estimativa de desembolso pela Administração da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e estão atualizados monetariamente, quando aplicável. **2.7.4**. As despesas com publicidade são reconhecidas no resultado quando da sua efetiva veiculação, deduzidas da participação dos fornecedores, que é reembolsável ao Grupo. **2.7.5**. As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas. **2.8. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional do Grupo é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada e das controladas em conjunto, consolidadas pela Companhia, bem como as demonstrações financeiras utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, também são preparadas em reais. **b) Transações denominadas em moeda estrangeira:** Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.9. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **Método dos juros efetivos:** O método dos juros efetivos é um método utilizado para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro e alocar a receita dos juros durante o período em que esse ativo é mantido pelo Grupo. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que compõem a taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou quando apropriado, por um período menor. **Ativos financeiros ao valor justo através do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo através do resultado têm seus ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer dividendos ou juros obtidos sobre o ativo financeiro.O valor justo é determinado conforme descrito na nota nº 30. Ativos financeiros são classificados ao valor justo através do resultado quando mantidos para negociação, em função do seguinte: • É adquirido principalmente para o propósito de venda em um futuro próximo; • É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que o Grupo administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; ou • É um derivativo não designado e mantido como instrumento de "hedge". Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando: • Esta designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência quando de sua mensuração ou reconhecimento; B O ativo financeiro é parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, cujo desempenho é avaliado com base em seu valor justo de acordo com a política de gestão de riscos e estratégias de investimentos estabelecidas pela Administração do Grupo; ou B Se o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e for permitido pelas IFRS que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo por meio do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Os investimentos classificados como "mantidos até o vencimento" correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determinados e vencimentos fixos, para os quais o Grupo tenha intenção positiva e habilidade para mantê-los até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos deduzidos de provisão para trazê-los ao seu valor líquido de realização, quando aplicável, tendo suas receitas reconhecidas com base na taxa de retorno efetiva. **Instrumentos financeiros disponíveis para venda:** Títulos resgatáveis listados, quando mantidos pelo Grupo para serem negociados em um mercado ativo, são classificados como sendo disponíveis para venda e são mensurados ao valor justo.

O valor justo é determinado da mesma forma como descrito na nota nº 30. Ganhos e perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável, com exceção das perdas decorrentes por "impairment", juros calculados utilizando-se o método dos juros efetivos e ganhos e perdas com variação cambial de ativos monetários, os quais são reconhecidos diretamente no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas como "outros resultados abrangentes".Quando o investimento é alienado ou é determinado como estando deteriorado, o ganho ou perda cumulativo, anteriormente reconhecido em outros resultados abrangentes, é então incluído no resultado do exercício ou período a que se refere. O valor justo dos ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira, quando existentes, é traduzido para a moeda funcional pela taxa de câmbio no encerramento do exercício. A mudança no valor justo atribuída às diferenças de câmbio que resultem da mudança do custo amortizado do ativo é reconhecida diretamente no resultado. Outras mudanças são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive caixa e bancos, contas a receber de clientes, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **Redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros ("impairment"):** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício ou período. As perdas são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor líquido recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou • Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou • Probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, que na avaliação individual não apresentam redução ao seu valor recuperável, podem, subsequentemente, vir a apresentar perda em seu valor recuperável quando avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor líquido recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo na cobrança de títulos, o aumento no número de recebimentos em atraso e mudanças observáveis nas condições econômicas relacionadas à inadimplência dos recebíveis. Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, sua redução ao valor líquido recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor líquido recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao seu valor líquido recuperável, com exceção de contas a receber em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente provisionados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, o saldo acumulado reconhecido em "outros resultados abrangentes" (conta específica do patrimônio líquido) é reclassificado para o resultado, em conjunto com a baixa do montante registrado em contas de ativo. Se em um período subsequente a redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros registrados ao custo amortizado diminuir e esta diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após seu reconhecimento, esta redução deve ser revertida e registrada no resultado do exercício em que ocorrer a reversão, limitada ao valor contábil líquido da amortização acumulada. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido. Nestes casos o desreconhecimento ocorrerá somente no momento em que forem extintos ou transferidos os respectivos riscos e retornos ou quando da realização do referido ativo financeiro. **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando mantidos para negociação ou quando designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: • For incorrido principalmente com propósito de recompra em futuro próximo; • For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que o Grupo administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo; ou • For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de hedge efetivo. Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial quando: • Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que poderia surgir; ou • Compor parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, administrado e avaliado com base em seu valor justo, de acordo com a administração de riscos e estratégias de investimento formalizadas pelo Grupo; ou • São parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o "IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo por meio do resultado. O reconhecimento dos ganhos ou perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incorpora quaisquer juros pagos no passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme nota nº 30. **Outros passivos financeiros:** Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando aplicável, por um período menor. **Passivos de garantias financeiras contratuais:** Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados e inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Desreconhecimento de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **2.10. Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da diretoria financeira, de acordo com estratégias previamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescida de taxa pré-fixada. Essa é uma operação "casada" que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de "swap" contratados na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado na moeda funcional, acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação. A nota explicativa nº 30 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, avaliados ao seu valor justo no final de cada exercício ou período. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando auferidos ou incorridos, pois os mesmos não são designados como instrumento efetivo de "hedge". **2.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo resgatáveis com o próprio emissor do instrumento financeiro. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado". **2.12. Títulos e valores mobiliários:** São classificados nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. • Quando o propósito da aquisição dos investimentos é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter o investimento até seu vencimento. • Quando a intenção, no momento de efetuar o investimento, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações financeiras são classificadas como títulos disponíveis para venda. • Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado. Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado acrescido por juros e correção monetária ou variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridas até a data dos balanços patrimoniais. Os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis. **2.13. Contas a receber e provisão para devedores duvidosos:** São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado: a) A valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de revendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.7.3 e, b) pela provisão para devedores duvidosos, definida com base nas diretrizes mencionadas na nota 2.9 - Ativos Financeiros, no item "redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros ("Impairment").

Demonstrações Financeiras

O valor de antecipações de recebíveis de cartões de crédito é baixado de contas a receber uma vez que o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade desses recebíveis para o banco e/ou administradora de cartões de crédito. Os encargos financeiros incorridos pelo Grupo nessa operação são apropriados no resultado como despesas financeiras, no momento em que o ativo é desreconhecido. Os valores a receber decorrentes de propaganda cooperada, bonificações e outras transações com fornecedores, oriundos de contratos comerciais e outros acordos, somente são registrados mediante a existência documentação que evidencie a existência desse acordo e são calculados, principalmente, sobre o volume das compras e de atividades específicas de propaganda. As operações de crédito incluídas em contas a receber são registradas a valor presente, calculado "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso. Após esse período, o reconhecimento dos encargos no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Os recursos correspondentes a esses valores estão contemplados em operações com cartões de crédito no passivo circulante. **2.14. Estoques:** São demonstrados pelo menor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e a descontos comerciais e abatimentos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda. **2.15. Imobilizado:** É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa. **2.16. Arrendamento:** Os ativos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações financeiras como uma obrigação com arrendamento financeiro. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos. **2.17. Intangível: 2.17.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado e sujeitos a testes para análise de redução do seu valor líquido recuperável, em caso de indicação de perda de seu valor recuperável. Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vêm sendo amortizado linearmente em 5 anos. Alguns módulos desse sistema ainda não estão operando e, portanto, estão registrados na rubrica "projetos em andamento". Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável. **2.17.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios:** Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos representados por redes de lojas. Até 31 de dezembro de 2008, os ágios que tinham como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, data de transição, os saldos de ágios não são mais amortizados contabilmente e são submetidos a teste anual para análise de redução do seu valor líquido recuperável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. **2.17.3. Baixas de ativos intangíveis:** Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **2.18. Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio:** No fim de cada exercício, a Administração do Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.19. Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido quando o Grupo possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam o Grupo e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até doze meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes. **2.20. Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem. **2.21. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.21.1. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** É constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda. **2.21.2. Provisões técnicas de seguros (aplicáveis à Luizaseg): a) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG):** Representa as parcelas dos prêmios de seguro que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência das apólices ou faturas, calculados "pro rata temporis". **b) Provisão para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE):** Representa o ajuste da PPNG em decorrência da existência de riscos vigentes cuja apólice ainda não foi emitida, e é calculada de acordo com premissas atuariais específicas de sociedades seguradoras. **c) Provisão para insuficiência de prêmios (PIP):** É constituída se constatada a necessidade de complemento da PPNG para a cobertura dos sinistros estimados e despesas administrativas, a ocorrer até o final da vigência do risco coberto. Não se verificou insuficiência de prêmios em quaisquer dos exercícios apresentados. **d) Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** Representa a provisão para pagamento de prováveis de indenizações, judiciais ou não, determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. **e) Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR):** É constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que ocorreram e não foram avisados ao Grupo até a data do balanço. **2.21.3. Provisões contingentes adquiridas em uma combinação de negócios:** Os passivos contingentes conhecidos e adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, reconhecida de acordo com o IAS 18 - Receita (equivalente ao CPC 30). **2.22. Tributação: a) Impostos correntes:** As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social estão baseadas na base tributável dos exercícios. A base tributável de um exercício difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, por excluir receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. **b) Impostos diferidos:** O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício ou período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração da base tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sendo calculados em cada empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos (exceto para combinação de negócios) em uma transação que não afete a base tributável ou o lucro contábil.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício ou período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício ou período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício ou período ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual o Grupo espera, no final de cada exercício ou período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **c) Imposto sobre a renda corrente e diferido:** O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício ou do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido ou originam-se da contabilização inicial de uma combinação de negócios, casos em que são registrados consistentemente com o registro dessas transações. **2.23. Benefícios a empregados:** O Grupo possui planos de benefícios a empregados incluindo plano de aposentadoria complementar, assistência médica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está descrita na nota nº 28. O plano de aposentadoria complementar se caracteriza na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual o Grupo não tem qualquer obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios devidos aos empregados como resultado de serviços passados. **2.24. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguiu as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, demais receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e a amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas similares). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.25. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas:** Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros. De modo a proporcionar um entendimento de como o Grupo forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: **a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros, que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos. **b) Vida útil de ativos de longa duração:** O Grupo reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação de seu custo. **c) Redução dos valores de recuperação dos ativos:** A cada encerramento de exercício, o Grupo revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo e de seu valor de mercado, se necessário. **d) Provisão para perdas nos estoques:** A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico. **e) Provisão para realização dos estoques:** A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, adicionado do percentual histórico de recuperação de margem junto a fornecedores, frente ao custo de aquisição das mercadorias. **f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída em montante considerado suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora - BR GAAP 2012	Controladora - BR GAAP 2011	Consolidado - IFRS e BR GAAP 2012	Consolidado - IFRS e BR GAAP 2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(6.745)	11.666	(6.745)	11.666
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecida no resultado	9	(29.928)	3.000	(17.287)	36.271
Depreciação e amortização		86.442	71.061	93.536	86.937
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados		93.445	89.489	97.889	106.380
Rendimento de fundo de investimento exclusivo		(10.884)	(17.537)	(10.884)	(17.537)
Equivalência patrimonial	10	7.031	(13.119)	–	–
Movimentação da provisão para perdas em ativos		43.399	19.359	360.144	248.511
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	30.624	28.735	47.821	16.840
Baixa do ativo imobilizado, líquido de ganho na alienação		3.801	(10.342)	4.269	(10.133)
Apropriação da receita diferida	26	(39.388)	(26.447)	(44.947)	(27.665)
Despesas com plano de opções de ações		2.820	–	2.820	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		10.700	(27.742)	(507.534)	(638.781)
Títulos e valores mobiliários		–	–	(105.227)	(12.665)
Estoques		158.936	(326.766)	174.270	(418.438)
Partes relacionadas		67.975	(92.829)	7.060	(23.003)
Impostos a recuperar		(291.114)	15.591	(291.533)	1.120
Outros ativos		(61.724)	(32.926)	(57.642)	(35.541)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		54.803	78.086	60.381	132.951
Depósitos interfinanceiros		–	–	8.543	124.753
Operações com cartões de crédito		–	–	130.534	215.900
Provisões técnicas de seguros		–	–	11.176	6.622
Salários, férias e encargos sociais		14.283	(2.277)	17.941	5.071
Impostos a recolher		13.764	463	22.978	7.164
Partes relacionadas		(47.178)	(32.408)	497	3.826
Impostos parcelados		3.659	(7.648)	3.659	(42.428)
Outras contas a pagar		(46.336)	28.499	(51.303)	(5.063)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		58.385	(244.092)	(49.584)	(227.242)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(946)	(3.596)	(14.493)	(36.340)
Recebimento de dividendos de controladas		10.172	13.028	–	–
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		68.211	(234.660)	(64.077)	(263.582)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de imobilizado	12	(136.638)	(129.727)	(150.699)	(179.980)
Aquisição de ativo intangível	13	(19.775)	(24.477)	(24.182)	(30.237)
Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	18	50.000	48.000	65.000	24.000
Aplicações em fundo de investimento exclusivo		(869.995)	(1.379.687)	–	(1.379.687)
Resgate em fundo de investimento exclusivo		781.370	1.370.348	–	1.370.348
Investimento em controlada		(49.465)	(12.000)	–	–
Caixa gerado por incorporação de sociedade		5.459	–	–	–
Aquisições de controladas		–	(106.955)	–	(106.955)
Recebimento de venda de imobilizado		–	15.568	–	32.125
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(239.044)	(218.930)	(109.881)	(270.386)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Aumento de capital, por oferta pública de ações		–	552.993	–	552.993
Captação de empréstimos e financiamentos		745.717	182.691	745.717	182.758
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(227.690)	(247.714)	(227.717)	(273.076)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(91.260)	(71.808)	(91.260)	(84.455)
Pagamento de dividendos		(2.771)	–	(2.771)	–
Caixa oriundo das atividades de financiamento		423.996	416.162	423.969	378.220
Aumento (redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		253.163	(37.428)	250.011	(155.748)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		150.980	181.263	173.117	328.865
Caixa recebido por incorporação de controlada		–	7.145	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		404.143	150.980	423.128	173.117
Aumento (redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		253.163	(37.428)	250.011	(155.748)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora - BR GAAP 2012	Controladora - BR GAAP 2011	Consolidado - IFRS e BR GAAP 2012	Consolidado - IFRS e BR GAAP 2011
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	7.602.221	5.787.070	8.616.819	7.266.423
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(21.774)	(13.279)	(338.519)	(244.931)
Outras receitas operacionais	62.112	34.276	107.816	119.602
	7.642.559	5.808.067	8.386.116	7.141.094
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.287.085)	(3.951.735)	(5.591.150)	(4.636.916)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(597.512)	(464.413)	(819.799)	(669.210)
Perda e recuperação de valores ativos	(17.988)	(9.193)	(17.988)	(9.190)
	(5.902.585)	(4.425.341)	(6.428.937)	(5.315.319)
Valor Adicionado Bruto	1.739.974	1.382.726	1.957.179	1.825.775
Depreciação e amortização	(86.442)	(71.061)	(93.536)	(86.937)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	1.653.532	1.311.665	1.863.643	1.738.838
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(7.031)	13.119	–	–
Receitas financeiras	57.081	37.720	55.695	50.848
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.703.582	1.362.504	1.919.338	1.789.686
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	592.354	478.747	626.501	557.942
Benefícios	110.452	86.869	118.599	104.903
FGTS	54.091	40.410	57.165	47.247
	756.897	606.026	802.265	710.092
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	252.034	234.882	379.928	401.635
Estaduais	249.302	156.654	286.550	267.468
Municipais	23.350	20.232	30.424	26.554
	524.686	411.768	696.902	695.657
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	211.144	187.229	196.317	189.682
Aluguéis	186.425	121.210	198.778	154.964
Outras	31.175	24.605	31.821	27.625
	428.744	333.044	426.916	372.271
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos	–	1.662	–	1.662
Lucros (prejuízo) retidos	(6.745)	10.004	(6.745)	10.004
	1.703.582	1.362.504	1.919.338	1.789.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações Financeiras

Para as atividades financeiras, aplicáveis à Luizacred, a constituição da provisão leva em consideração inadimplência nos pagamentos do principal ou juros, dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em deterioração na posição financeira do devedor, por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, violação de cláusulas ou termos de empréstimos pessoais. **g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **Alteração da taxa de desconto aplicada sobre o ajuste a valor presente e apropriação de juros sobre desconto de recebíveis:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou de curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e expectativas do ativo em suas datas originais. A Administração da Companhia alterou as estimativas de cálculo da taxa de desconto aplicada sobre o ajuste a valor presente, considerando os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa. Esta alteração ocorreu em virtude de maior experiência e entendimento da Administração que esta reflete a melhor avaliação quanto ao valor do dinheiro no tempo. Esta alteração na estimativa da taxa de desconto aplicada sobre o ajuste a valor presente gerou uma despesa adicional total no período no valor de R$10.948. Adicionalmente, a Companhia alterou o critério de reconhecimento de juros sobre descontos de recebíveis em cartões de crédito, que passou a ser reconhecido ao resultado do exercício no ato do desconto, uma vez que a Companhia não mais detém o risco de realização de tais créditos. Esta alteração gerou uma despesa adicional no exercício de 2012 de R$23.357. **Outros assuntos:** Visando uma melhor apresentação, foi reclassificado na demonstração do resultado do exercício de 2011 o montante de R$ 72.356, relativo a gastos com implementação de novos cartões de crédito, com ações de marketing, entre outros, da rubrica de "outras receitas operacionais, líquidas" para a rubrica "despesas com vendas". **2.26. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras e que não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Esta lista de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. **IFRS 7 - Divulgações -** Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - a revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. A revisão exige ainda divulgação adicional sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013. **IFRS 9 - Instrumentos financeiros -** encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige, ainda, a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. **IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas -** a IFRS 10 substitui o SIC 12 e a IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. **IFRS 11 - Acordos em conjunto -** substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com essa norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As joint ventures devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto podem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. **IFRS 12 - Divulgação da participação em outras entidades -** trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. **IFRS 13 - Mensuração do valor justo -** se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir elencamos as principais emendas: • IAS 1 - As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes, cuja alteração passa a vigorar para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. • IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (CPC 36) - como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. • IAS 28 - Investimentos em Coligadas - como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser a IAS 28 - Investimentos em Associadas, Joint Ventures, e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial para investimento em joint ventures, além do investimento em associadas, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. • IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

3.1. Caixa e equivalentes de caixa:

		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Taxas	2012	2011	2012	2011
Caixa		16.973	10.751	16.977	13.260
Bancos		86.819	32.820	92.694	41.428
Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação:					
Certificados de depósitos bancários	De 80,0% a 105% CDI	237.828	106.876	238.244	113.025
Fundos de investimentos não exclusivos	102,0% CDI	62.523	533	75.213	5.404
Total de caixa e equivalentes de caixa		404.143	150.980	423.128	173.117

3.2. Títulos e valores mobiliários:

		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado					
Mantidos para negociação		2012	2011	2012	2011
Fundo de investimento não exclusivo	105% CDI	4.333	–	28.592	29.587
Fundo de investimento exclusivo:					
Cotas de fundo de investimento	(a)	7.210	–	7.210	–
Títulos públicos federais	(a)	2.898	22.476	2.898	22.476
Operações compromissadas	(a)	33.339	2.803	33.339	2.803
Depósitos a prazo e outros títulos	(a)	78.605	1.597	78.605	1.597
		122.052	26.876	122.052	26.876
Disponíveis para venda					
Títulos públicos - LFT/LTN/NTN	100% SELIC	–	–	83.838	61.761
Total de títulos e valores mobiliários		126.385	26.876	234.482	118.224
Ativo circulante		126.385	26.876	175.227	74.957
Ativo não circulante		–	–	59.255	43.267
Total		126.385	26.876	234.482	118.224

(a) Refere-se a fundo de investimento exclusivo de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2012, a carteira estava substancialmente distribuída nas quatro categorias descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciados à variação da taxa mensal do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

4. Contas a receber

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Contas a receber de clientes:	2012	2011	2012	2011
Cartões de débito e crédito (a)	230.151	262.117	230.151	293.739
Crediário próprio (b)	81.623	59.824	81.623	73.492
Contratos de garantia complementar (c)	84.691	31.434	84.691	31.434
Operações de crédito (d)	–	–	1.846.248	1.667.164
Total de contas a receber de clientes	396.465	353.375	2.242.713	2.065.829
Provenientes de acordos comerciais (e)	155.610	128.265	155.610	146.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.496)	(24.456)	(265.366)	(259.221)
Ajuste a valor presente	(26.707)	(15.000)	(26.707)	(16.111)
Total de contas a receber	486.872	442.184	2.106.250	1.937.235
Circulante	486.474	436.326	2.104.479	1.927.828
Não circulante	398	5.858	1.771	9.407

Os montantes classificados como contas a receber acima apresentadas são classificados como recebíveis e, por conseguinte, mensurados pelo custo amortizado. O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 17 dias na controladora e de 86 dias no consolidado. O ajuste a valor presente é calculado nas datas dos balanços para todas as contas a receber de clientes. Para seu cálculo é levado em consideração o prazo de realização do ativo utilizando-se uma taxa de desconto baseada na taxa média de encargos financeiros cobrados dos clientes finais, deduzido de seu risco de inadimplência, conforme comentado na Nota Explicativa nº 2.7.3. Esta taxa é considerada, pela Administração do Grupo, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para estes ativos. As operações de crédito estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base na taxa de juros pactuada. Foram cedidas contas a receber em garantia de empréstimos no montante de R$ 144.802 em 31 de dezembro de 2012 (R$187.269 em 31 de dezembro de 2011), representadas por recebíveis de cartões de crédito. (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas através dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das operadoras em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía créditos cedidos a instituições financeiras, que montavam R$ 791.361 (R$441.012 em 31 de dezembro de 2011), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 105,0% a 108,0% do CDI, apropriado ao resultado na rubrica de "Despesa financeira". A Companhia, através das operações de antecipação de cartões, transfere para as operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, desreconhece o contas a receber relativo a esses créditos, sendo os respectivos encargos financeiros registrados ao resultado do exercício no momento do desreconhecimento. (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela própria Companhia. (c) Estas vendas são intermediadas pela Companhia, para a Luizaseg. A Companhia destina à Luizaseg o valor da garantia estendida, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. (d) Refere-se às operações de financiamento a clientes e de crédito pessoal executados pela controlada em conjunto com a Luizacred. (e) Refere-se a bonificações de produtos a serem recebidas de fornecedores, decorrentes do atendimento a volume de compras, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada). A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	(24.456)	(28.172)	(259.221)	(182.924)
(+) Adições	(37.125)	(18.710)	(352.174)	(250.362)
(–) Baixas	23.085	22.426	346.029	174.065
Saldo no final do exercício	(38.496)	(24.456)	(265.366)	(259.221)

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Valores a vencer:	2012	2011	2012	2011
Até 30 dias	54.932	29.895	652.245	509.045
Entre 31 e 60 dias	34.545	39.248	408.242	330.951
Entre 61 e 90 dias	29.765	48.713	280.396	249.269
Entre 91 e 180 dias	107.162	101.132	374.011	401.886
Entre 181 e 360 dias	143.024	109.075	265.066	281.020
Acima de 361 dias	6.051	8.440	7.529	12.433
	375.479	336.503	1.987.489	1.784.604
Valores vencidos:				
Até 30 dias	6.091	4.573	28.882	26.046
Entre 31 e 60 dias	3.839	2.882	18.286	18.622
Entre 61 e 90 dias	3.246	2.468	24.473	31.843
Entre 91 e 180 dias	7.810	6.949	50.086	71.431
Entre 181 e 360 dias	–	–	133.497	132.636
Acima de 361 dias	–	–	–	647
	20.986	16.872	255.224	281.225
Total	396.465	353.375	2.242.713	2.065.829

A composição das contas a receber proveniente de acordos comerciais, por idade de vencimento, líquida da provisão para créditos duvidosa, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Valores a vencer:	2012	2011	2012	2011
Até 30 dias	26.458	32.270	26.458	35.281
Entre 31 e 60 dias	46.379	55.221	46.379	63.650
Entre 61 e 90 dias	57.681	16.195	57.681	17.609
Entre 91 e 180 dias	16.284	15.637	16.284	17.276
Entre 181 e 360 dias	188	850	188	944
	146.990	120.173	146.990	134.760
Valores vencidos:				
Até 30 dias	1.376	2.056	1.376	3.106
Entre 31 e 60 dias	456	1.145	456	1.926
Entre 61 e 90 dias	896	387	896	658
Entre 91 e 180 dias	1.010	1.429	1.010	2.577
Entre 181 e 360 dias	2.072	1.661	2.072	2.297
Acima de 361 dias	2.810	1.414	2.810	1.414
	8.620	8.092	8.620	11.978
Total	155.610	128.265	155.610	146.738

5. Estoques

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011	2012	2011
Mercadorias para revenda	1.079.285	1.101.316	1.079.285	1.274.953
Material para consumo	9.706	5.171	9.706	7.891
Adiantamento a fornecedores	826	628	826	628
Provisões para perdas	(21.055)	(15.034)	(21.055)	(18.815)
Total	1.068.762	1.092.081	1.068.762	1.264.657

(a) Companhia possui em 31 de dezembro de 2012, estoques de mercadorias rotativos dados em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R$17.163 (veja nota explicativa nº 20 item a-i).

A movimentação da provisão para perdas e de ajuste ao valor realizável líquido, a qual reduziu o saldo de estoques, está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011	2012	2011
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(15.034)	(18.597)	(18.815)	(32.629)
Estoques baixados ou vendidos	19.385	9.643	19.385	20.043
Adição por incorporação	(3.781)	–	–	–
Constituição da provisão	(21.625)	(6.080)	(21.625)	(6.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(21.055)	(15.034)	(21.055)	(18.815)

A provisão para perda nos estoques é estimada com base no histórico de perdas apuradas nos inventários físicos de lojas e centros de distribuição. A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, adicionado do percentual histórico de recuperação de margem junto a fornecedores, frente ao custo de aquisição das mercadorias. A esta análise também é ponderada a relação de itens tidos como obsoletos e ainda a realização de mercadorias encaminhadas à assistência técnica.

6. Partes Relacionadas

a) Saldos de partes relacionadas:	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Ativo circulante	2012	2011	2012	2011
Comissões por serviços prestados				
Controladas em conjunto:				
Luizacred (i)	31.520	30.415	15.761	15.555
Luizaseg (ii)	18.985	10.788	9.494	5.394
	50.505	41.203	25.255	20.949
Controladas:				
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	717	498	–	–
Reembolso de despesas e gastos com contemplações de consórcios				
Controladas:				
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	1.154	169	1.154	749
Lojas Maia (iv)	–	24.498	–	–
	1.154	24.667	1.154	749
Dividendos a receber:				
Luizacred (i)	1.130	2.451	–	–
Luizaseg (ii)	2.573	1.774	–	–
	3.703	4.225	–	–
Saldo a receber pela venda por cartões de crédito:				
Luizacred (i)	18.263	39.008	9.132	20.903
Mútuos com controlada:				
Lojas Maia (iv)	–	20.564	–	–
Total ativo circulante	74.342	130.165	35.541	42.601
Títulos e valores mobiliários				
ML Renda Fixa Créd. Privado Fundo de investimento (xi)	122.052	–	122.052	–
Outras contas a receber				
Itaú Unibanco S.A. (viii)	–	–	7.075	–
Passivo circulante				
Repasses de recebimentos de serviços				
Controladas em conjunto:				
Luizacred (i)	23.623	15.656	11.794	3.805
Luizaseg (ii)	25.551	16.785	12.776	8.391
	49.174	32.441	24.570	12.196
Controladas:				
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	698	574	–	574
Aluguéis a pagar e outros repasses				
Controlada por acionistas controladores da Companhia:				
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (v)	1.258	1.103	1.258	1.103
PJD Agropastoril Ltda. (vii)	137	31	137	31
	1.395	1.134	1.395	1.134
Controlada por acionistas controladores da Companhia:				
Saldos de campanhas publicitárias a pagar:				
ETCO - Empresa Técnica de Comunicação Ltda. (vi)	24	11.588	24	11.588
Total passivo circulante	51.291	45.737	25.989	25.492
Outros saldos com partes relacionadas				
Depósitos interfinanceiros				
Itaú Unibanco S.A. (viii)	–	–	990.021	981.478
Operações com cartões de crédito:				
Redecard S.A. (ix)	–	–	292.632	174.099
Outros Passivos:				
Itaú Seguros S.A. (ix)	–	–	1.387	–

Demonstrações Financeiras

Receita de comissões por intermediação de serviços				
Controladas em conjunto:				
Luizacred (i)	136.052	127.599	71.270	63.800
Luizaseg (ii)	120.659	86.912	60.330	43.456
	256.711	214.511	131.600	107.256
Receita de rendimento fundo exclusivo:				
ML Renda Fixa Créd. Privado Fundo de investimento (xi)	–	–	10.542	–
Controladas:				
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	5.903	4.954	–	–
Reembolso de despesas compartilhadas				
Controlada em conjunto:				
Luizacred (i)	36.141	47.323	18.071	23.662
Controladas:				
Lojas Maia (iv)	–	39.834	–	–
Receita financeira com mútuo:				
Lojas Maia (iv)	–	603	–	–
Venda de estrutura de divulgação:				
Banco Itaúcard S.A. (ix)	–	–	–	21.454
Receita com operação de crédito pessoal - Profit Sharing:				
Banco Itaúcard S.A. (ix)	–	–	125	34.981
Itaú Unibanco S.A. (viii)	–	–	17.319	15.198
	–	–	17.444	50.179
Transações com outras empresas do Grupo Itaú:				
Cessão de crédito e Intermediação de serviços financeiros (ix)	–	–	16.204	48.317
	–	–	16.204	48.317
Resultado na venda de ativo imobilizado				
Controlada por acionistas controladores da Companhia:	–	10.661	–	10.661
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (v)	–	–	16.204	48.317
Total de receitas	298.755	317.886	193.861	261.529
Despesas com aluguéis de prédios comerciais				
Controlada por acionistas controladores da Companhia:				
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (v)	(5.362)	(4.892)	(5.362)	(4.892)
PJD Agropastoril Ltda. (vii)	(417)	(572)	(417)	(572)
	(5.779)	(5.464)	(5.779)	(5.464)
Despesas com encargos de antecipação de cartões de crédito:				
Luizacred (i)	(47.181)	(49.161)	(23.591)	(24.581)
Despesas com encargos de depósitos interfinanceiros:				
Itaú Unibanco (viii)	–	–	(82.436)	(102.261)
Despesas com serviços do sistema financeiro:				
Itaú Unibanco (viii)			(12.673)	–
Compartilhamento de custos comuns:				
Itaú Unibanco (viii)	–	–	–	(903)
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (x)	–	–	(1.384)	(1.326)
	–	–	(1.384)	(2.229)
Despesas com campanhas publicitárias				
Controlada por acionistas controladores da Companhia:				
ETCO - Empresa Técnica de Comunicação Ltda. (vi)	(139.007)	(94.805)	(139.007)	(94.805)
Total de despesas	(191.967)	(149.430)	(264.870)	(229.340)

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o Banco Itaúcard foi considerado como parte relacionada da Luizacred. i. As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades: (a) Comissões pela emissão e ativação de cartões de crédito de bandeira própria ("Cartão Luiza") e despesas financeiras com antecipação de recebíveis de tais cartões; (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Companhia no dia subsequente ("D+1"); (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred em D+1. ii. Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias complementares. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas. iii. Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, controlada integral, referem-se às comissões e às operações de vendas efetuadas pela Companhia como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Companhia nos caixas dos seus pontos de venda. iv. Estão aqui demonstradas todas as transações referentes às Lojas Maia, controlada integral até o momento de sua incorporação societária, ocorrida em 30 de abril de 2012 e referem-se: (i) ao acordo de reembolso de despesas com propagandas assumidas pela Companhia, baseado em contrato formal entre as partes; e (ii) mútuo realizado entre as partes com vencimento em 30 de abril de 2012 e remuneração de 100% do CDI. v. As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. ("MTG"), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central.

vi. As transações com a ETCO - Empresa Técnica de Comunicação Ltda., empresa controlada indiretamente pela vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica. vii. As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas.

viii. Os saldos e transações com o Itaú Unibanco S.A., controladora em conjunto final da Luizacred, referem-se a: (a) Depósitos interfinanceiros e respectivos encargos apropriados ao resultado, conforme Nota Explicativa nº 17, são as captações financeiras realizadas pela Luizacred. (b) Participação da Luizacred no resultado da venda de produtos financeiros do "portfólio" do Itaú Unibanco, oferecidos pela Luizacred aos clientes nos pontos de venda da Companhia. (c) Custos administrativos e operacionais, de acordo com convênio de rateio celebrado entre as partes. ix. As transações com demais coligadas, as quais são controladas pelo Itaú Unibanco S.A., referem-se à intermediação de serviços financeiros, principalmente relacionados à venda de seguros e correspondentes bancários. x. As transações com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., controladora em conjunto da Luizaseg, referem-se a custos administrativos e operacionais, de acordo com convênio celebrado entre as partes. xi. As transações com a ML Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento, referem-se às operações com o fundo exclusivo de investimento (vide nota 3.2 - Títulos e valores mobiliários). A Companhia possui ainda saldos relativos a receitas diferidas oriundas de transações com partes relacionadas, os quais foram mantidos em rubrica específica para fins de apresentação, conforme Nota Explicativa nº 18.

b) Remuneração da Administração:	2012	2011
Remuneração do Conselho de Administração	319	219
Remuneração da diretoria executiva	10.436	9.965

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários, conforme descrito na nota explicativa nº 28. Os valores destes benefícios estão agregados à remuneração da diretoria executiva. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de janeiro de 2012, a Companhia deliberou sobre a eleição dos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 1º de abril de 2011, onde em suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços do Grupo, que está demonstrado na nota explicativa nº 22. Adicionalmente, a Companhia não mantém quaisquer benefícios para pessoas chave da administração de suas partes relacionadas. Os benefícios a empregados da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão divulgados na nota explicativa nº 28. De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixarem e aprovar em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi aprovado o limite máximo de remuneração global para os administradores de R$6.497, sem encargos.

7. Impostos a recuperar

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011	2012	2011
ICMS a recuperar (a)	320.594	20.605	320.594	37.212
IRPJ e CSLL a recuperar	7.849	2.282	14.117	4.994
IRRF a recuperar	10.365	7.123	10.378	7.799
Pis e Cofins a recuperar	7.037	3.921	7.037	3.921
Outros	10	–	1.054	1.724
Total	345.855	33.931	353.180	55.650
Ativo circulante	208.490	18.749	214.771	24.608
Ativo não circulante	137.365	15.182	138.409	31.042

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos serão realizados através de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto ao Estado de origem do crédito.

8. Outros ativos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011	2012	2011
Despesas antecipadas (a)	12.006	4.131	12.006	6.085
Créditos em precatórios (b)	32.796	8.838	32.796	8.838
Liquidação em processamento	–	–	–	20.733
Benefício IPI (c)	5.337	5.493	5.337	5.493
Antecipações de despesas com pessoal	6.593	6.881	6.593	7.146
Intermediação de serviços a receber	7.998	4.594	14.509	11.253
Depósitos em garantia	4.950	6.944	4.950	6.944
Outros	6.393	720	11.776	12.656
Total	76.073	37.601	87.967	79.148
Ativo circulante	37.130	21.819	48.062	59.359
Ativo não circulante	38.943	15.782	39.905	19.789

(a) Referem-se a despesas pagas antecipadamente, decorrente de contratos de publicidade a serem veiculados, contratos de seguro, impostos, entre outros, que serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos cobertos pelos contratos. (b) Referem-se a créditos em precatórios dos Estados do Paraná e São Paulo. A variação do saldo decorre de retorno dos créditos de precatórios anteriormente utilizados, conforme descrito na nota explicativa nº 20. (c) Montante a receber de fornecedores decorrente de benefício de IPI, concedido para linha de eletrodomésticos e móveis.

9. Imposto de renda e contribuição social

a) A tabela a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011	2012	2011
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.673)	14.666	(24.032)	47.937
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	12.469	(4.986)	8.171	(16.299)
Efeito dos saldos fiscais diferidos devido à diferença na alíquota da CSSL de instituições financeiras, de 9% para 15%, Luizacred e Luizaseg	–	–	(1.757)	(1.390)
Efeito dos prejuízos fiscais não registrados como impostos diferidos ativos das controladas Lojas Maia e New-Utd (1)	–	(2.009)	(8.149)	(13.574)
Constituição de impostos diferidos sobre as diferenças temporárias oriundas das Lojas Maia, após incorporação	20.741	–	20.741	–
Exclusão - equivalência patrimonial	(2.391)	4.460	–	–
Provisões técnicas indedutíveis - Lei 9.249/95	–	–	–	(3.089)
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(891)	(465)	(1.719)	(1.919)
Crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social	29.928	(3.000)	17.287	(36.271)
Corrente	–	–	(16.301)	(39.059)
Diferido	29.928	(3.000)	33.588	2.788
Total	29.928	(3.000)	17.287	(36.271)
Taxa efetiva - %	81,6%	20,5%	71,9%	75,7%

O saldo de reconciliação da controladora refere-se ao prejuízo fiscal da New Utd. e F.S.Vasconcelos que não pode ser aproveitado para fins fiscais. De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. b) Composição dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	75.337	68.747	75.337	72.470
Diferença temporária por adoção de RTT (2)	–	3.219	–	3.219
Provisão para devedores duvidosos	18.459	9.512	61.539	51.618
Provisão para perda em estoques	7.159	5.112	7.159	5.112
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	49.849	28.620	51.899	30.256
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em combinação de negócios	–	–	–	4.345
Outras provisões	1.648	7.123	10.619	11.887
	152.452	122.333	206.553	178.907
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:				
Amortização de intangível em combinação de negócios	–	–	–	(10.693)
Diferença temporária por adoção de RTT (2)	(4.694)	–	(4.694)	–
Outros	–	–	(129)	(72)
	(4.694)	–	(4.823)	(10.765)
Imposto de renda e contribuição social diferido	147.758	122.333	201.730	168.142

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT), permitido pela Lei nº 11.941/09 que, a partir da adoção de novas práticas contábeis, cria diferenças temporárias para as bases fiscais. O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda, alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária do Grupo, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Ano de realização	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2013	40.474	91.124
2014	20.947	17.476
2015	26.010	23.574
2016	31.638	29.246
2017 em diante	28.689	40.310
	147.758	201.730

Controladora	Saldo em 31/12/10	Reconhecido no resultado	Apresentação líquida com passivos	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido (2)	Saldo em 31/12/11	Reconhecido no resultado	Adivindo de incorporação	Saldo em 31/12/12
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	64.053	(6.181)	363	–	58.235	17.102	–	75.337
Diferença temporária por adoção de RTT (1)	14.213	(10.994)	–	10.512	13.731	(13.731)	–	–
Provisão para devedores duvidosos	9.578	(66)	–	–	9.512	8.947	–	18.459
Provisão para perda em estoques	6.323	(1.211)	–	–	5.112	2.047	–	7.159
Provisão para riscos	19.817	8.803	–	–	28.620	21.229	–	49.849
Outras provisões	474	6.649	–	–	7.123	(5.475)	–	1.648
	114.458	(3.000)	363	10.512	122.333	30.119	–	152.452
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:								
Amortização de intangível em combinação de negócios	–	–	–	–	–	191	4.503	4.694
Outros	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	191	4.503	4.694
	–	–	–	–	–	29.928	(4.503)	147.758

Consolidado	Saldo em 31/12/10	Reconhecido no resultado	Apresentação líquida com passivos	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido (2)	Saldo em 31/12/11	Reconhecido no resultado	Adivindo de incorporação	Saldo em 31/12/12
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	65.010	(3.415)	363	–	61.958	13.379	–	75.337
Diferença temporária por adoção de RTT (1)	14.213	(10.994)	–	10.512	13.731	(13.731)	–	–
Provisão para devedores duvidosos	39.622	11.996	–	–	51.618	9.921	–	61.539
Provisão para perda em estoques	6.323	(1.211)	–	–	5.112	2.047	–	7.159
Provisão para riscos	19.817	10.439	–	–	30.256	21.643	–	51.899
Provisão para riscos em combinação de negócios	18.543	(14.198)	–	–	4.345	(4.345)	–	–
Outras provisões	4.697	7.190	–	–	11.887	(1.268)	–	10.619
	168.225	(193)	363	10.512	178.907	27.646	–	206.553
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:								
Amortização de intangível em combinação de negócios	(13.746)	3.053	–	–	(10.693)	5.999	–	(4.694)
Outros	–	(72)	–	–	(72)	(57)	–	(129)
	(13.746)	(2.981)	–	–	(10.765)	5.942	–	(4.823)
	154.479	2.788	363	10.512	168.142	33.588	–	201.730

(1) A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT), permitido pela Lei nº 11.941/09 que, a partir da adoção de novas práticas contábeis, cria diferenças temporárias para as bases fiscais.
(2) Os valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido referem-se a efeitos fiscais temporários sobre gastos relacionados à oferta pública de ações e que foram registrados diretamente no patrimônio líquido.

Demonstrações Financeiras

10. Investimentos em controladas

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - % 2012 e 2011
Lojas Maia (*)	Comércio varejista - bens de consumo	100%
LAC	Administradora de consórcios	100%

(*) Incorporada integralmente por sua controladora em 30 de abril de 2012.

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Luiza Administradora de Consórcio ("LAC")		Lojas Maia	
			30/04/2012	
	2012	2011	Data da incorporação	2011
Quotas/ações possuídas	6.500	6.500	5.000	5.000
Ativos circulantes	15.589	11.815	269.761	270.313
Ativos não circulantes	2.188	2.170	210.580	190.955
Passivos circulantes	3.337	3.607	311.663	288.716
Passivos não circulantes	2.148	607	336.331	340.026
Receita líquida	30.755	25.795	311.951	777.998
Capital social	6.500	6.500	47.000	17.000
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	12.272	9.771	(167.653)	(167.473)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.501	(354)	(30.177)	10.246
Movimentação dos investimentos	**2012**	**2011**	**30/04/2012**	**2011**
Saldos no início do período	9.771	10.125	63.106	96.017
Adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC"	–	–	30.000	12.000
Perda na subscrição de ações	–	–	–	(55.157)
Acervo contábil líquido incorporado	–	–	(62.929)	–
Resultado de equivalência patrimonial	2.501	(354)	(30.177)	10.246
Saldos no fim do período	12.272	9.771	–	63.106
Total de investimentos em controladas	**2012**	**2011**		
Grupo de consórcio ("LAC")	12.272	9.771		
Lojas Maia	–	63.106		
	12.272	72.877		

Em 2011, o resultado de equivalência patrimonial é impactado por uma despesa de equivalência patrimonial no montante de R$22.631, referente à equivalência patrimonial da controlada New-Utd Utilidades Domésticas S.A. até o momento de sua incorporação societária, em 31 de outubro de 2011, assim como em 2012 o resultado de equivalência patrimonial é impactado pelo resultado negativo no montante de R$30.177, referente à equivalência patrimonial da controlada Lojas Maia no período de quatro meses, até sua incorporação societária, ocorrida em 30 de abril de 2012, conforme descrito a seguir: **Incorporação societária da controlada F.S. Vasconcelos Ltda. - Lojas Maia:** Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovado o Protocolo e Justificação da Incorporação Societária da F.S. Vasconcelos e Cia. Ltda. ("Lojas Maia"), sem aumento do capital social da Companhia, sendo a Lojas Maia controlada integral da mesma. O acervo líquido contábil incorporado na data-base de 30 de abril de 2012 está assim demonstrado:

	30/04/2012		30/04/2012
Caixa e equivalentes de caixa	5.459	Fornecedores	180.176
Contas a receber	77.162	Empréstimos e financiamentos	39.109
Estoques	157.242	Salários, férias e encargos sociais	12.577
Partes relacionadas	13.239	Impostos a recolher	347
Impostos a recuperar	2.866	Partes relacionadas	52.732
Outros ativos	13.793	Receita diferida	10.406
Ativos circulantes	269.761	Outras contas a pagar	16.316
		Passivos circulantes	311.663
Impostos de renda e contribuição social diferidos	5.169		
Impostos a recuperar	17.598	Empréstimos e financiamentos	85.386
Depósitos judiciais	38.750	Provisão para contingências	84.000
Outros ativos	16	Receita diferida	154.369
		Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.673
Investimentos em controladas em conjunto	30.532	Outras contas a pagar	2.903
Imobilizado	81.825	Passivos não circulantes	336.331
Intangível	36.690		
Ativos não circulantes	210.580		
		Acervo líquido negativo	(167.653)
Total de ativos	480.341	Total de passivos e acervo líquido negativo	480.341

No momento da incorporação, o ágio oriundo da aquisição da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. ("Lojas Maia") no montante de R$ 230.579 e os respectivos valores justos remanescentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos calculados no momento da combinação de negócios, anteriormente registrados na rubrica de Investimentos em Controladas nas demonstrações financeiras individual da Controladora, foram reclassificados para a rubrica de Ativo Intangível (nota 13).

11. Investimentos em controladas em conjunto (joint ventures)

	Luizacred		Luizaseg	
	2012	2011	2012	2011
Ações totais - em milhares	978	847	13.883	13.883
Percentual de participação direta	50% (i)	40,55% (i)	50%	50%
Ativos circulantes	3.299.478	2.944.752	124.647	104.350
Ativos não circulantes	326.972	326.468	122.432	91.910
Passivos circulantes	3.224.852	2.955.772	109.885	83.626
Passivos não circulantes	38.096	12.468	54.907	35.838
Receitas líquidas	1.334.394	1.057.740	172.670	137.508
Capital social	274.623	226.624	13.884	13.884
Patrimônio líquido	363.502	302.980	82.286	76.796
Lucro líquido do exercício	14.782	45.494	21.240	14.942
Movimentação dos investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Saldos no início do exercício	122.858	51.802	38.398	37.116
Aumento de capital	19.465	–	–	–
Ganho de participação relativa	–	55.157	–	–
Adição por incorporação de controlada	30.532	–	–	–
Dividendos propostos	(1.131)	(2.489)	(7.949)	(6.189)
Outros resultados abrangentes	–	–	75	–
Resultado de equivalência patrimonial	10.027	18.388	10.619	7.471
Saldos no fim do exercício	181.751	122.858	41.143	38.398

(i) Em 2011 a participação direta era de 40,55%. Indiretamente através da controlada Lojas Maia, a Companhia detinha 9,45% de participação adicionais perfazendo o total de 50% de participação direta e indireta. Em 30/04/2012, após a incorporação das Lojas Maia, a Companhia obteve a participação direta de 50% do capital. As participações da Companhia em "joint ventures" são como segue: **a)** Participação direta e indireta de 50% do capital social votante da Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. que tem por objeto oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Companhia. **b)** Participação de 50% do capital social votante da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., e subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., e tem por objeto desenvolvimento, venda e administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil através da rede de lojas da Companhia. As participações em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas dos empreendimentos controlados em conjunto estão consolidados, proporcionalmente a participação da Companhia, com itens similares, linha a linha, nessas demonstrações financeiras consolidadas, conforme opção do pronunciamento técnico CPC 19 - Investimento em Empreendimentos Controlados em Conjunto (Joint Venture). **c)** As participações em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas dos empreendimentos controlados em conjunto estão consolidados, proporcionalmente a participação da Companhia, com itens similares, linha a linha, nessas demonstrações financeiras consolidadas, conforme opção do pronunciamento técnico CPC 19 - Investimento em Empreendimentos Controlados em Conjunto (Joint Venture). Em 16 de janeiro de 2012, através da Assembleia Geral de acionistas da controlada em conjunto Luizacred, foi aprovado aumento de capital no montante de R$48.000, em espécie, com a emissão de 130.852 novas ações, sendo 65.426 preferenciais e 65.426 ordinárias. Os recursos foram aportados conforme quadro societário:

Acionista	Preferenciais	Ordinárias	% do capital social
Itaucard	244.404	244.404	50,00%
Magazine Luiza	198.212	198.212	40,55%
Lojas Maia	46.192	46.192	9,45%
Total	488.808	488.808	100,00%

12. Imobilizado

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é como segue:

a) Controladora:

	Saldo em: 31/12/2011	Adições	Adição por incorporação de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em: 31/12/2012
Móveis e utensílios	58.378	–	7.331	(10.664)	(2.242)	26.797	79.600
Máquinas e equipamentos	29.959	4	4.503	(2.349)	–	12.874	44.991
Veículos	22.651	783	4.418	(3.054)	–	2.710	27.508
Computadores e periféricos	38.796	–	13.601	(16.041)	–	7.016	43.372
Benfeitorias	205.008	869	51.016	(23.977)	–	69.483	302.399
Obras em andamento	52.563	85.768	–	–	(3)	(71.393)	66.935
Outros	9.940	49.214	956	(3.020)	(1.185)	(47.487)	8.418
	417.295	136.638	81.825	(59.105)	(3.430)	–	573.223

	Saldo em: 31/12/2010	Adições	Adição por incorporação de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em: 31/12/2011
Edificações	4.927	–	–	(68)	(4.859)	–	–
Móveis e utensílios	39.347	20.867	3.335	(7.773)	(11)	2.613	58.378
Máquinas e equipamentos	19.425	12.003	–	(1.889)	–	420	29.959
Veículos	20.373	6.496	–	(1.906)	(28)	(2.284)	22.651
Computadores e periféricos	33.060	15.698	2.373	(12.182)	–	(153)	38.796
Benfeitorias	207.432	27.243	138	(26.935)	(326)	(2.544)	205.008
Obras em andamento	–	48.883	–	–	–	3.680	52.563
Outros	6.742	5.926	37	(1.031)	(2)	(1.732)	9.940
	331.306	137.116	5.883	(51.784)	(5.226)	–	417.295

	2012			2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	124.130	(44.530)	79.600	93.772	(35.394)	58.378
Máquinas e equipamentos	60.109	(15.118)	44.991	42.773	(12.814)	29.959
Veículos	39.505	(11.997)	27.508	31.843	(9.192)	22.651
Computadores e periféricos	124.582	(81.210)	43.372	114.478	(75.682)	38.796
Benfeitorias	474.040	(171.641)	302.399	353.095	(148.087)	205.008
Obras em andamento	66.935	–	66.935	52.563	–	52.563
Outros	14.726	(6.308)	8.418	15.133	(5.193)	9.940
	904.027	(330.804)	573.223	703.657	(286.362)	417.295

b) Consolidado:

	Saldo em: 31/12/2011	Adições[1]	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em: 31/12/2012
Móveis e utensílios	72.172	–	(10.664)	(2.242)	20.334	79.600
Máquinas e equipamentos	35.915	4	(2.349)	–	11.421	44.991
Veículos	26.798	783	(3.054)	–	2.981	27.508
Computadores e periféricos	42.284	–	(16.041)	–	17.129	43.372
Benfeitorias	247.898	869	(23.977)	–	77.609	302.399
Obras em andamento	52.563	85.768	–	(3)	(71.393)	66.935
Outros	12.308	63.275	(5.749)	(1.373)	(58.081)	10.380
	489.938	150.699	(61.834)	(3.618)	–	575.185

	Saldo em: 31/12/2010	Adições	Adição por combinação negócio	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em: 31/12/2011
Edificações	5.012	–	–	(68)	(4.859)	(85)	–
Móveis e utensílios	45.440	29.380	3.735	(8.934)	(11)	2.562	72.172
Máquinas e equipamentos	22.920	14.745	–	(2.257)	–	507	35.915
Veículos	25.054	6.501	–	(2.524)	(28)	(2.205)	26.798
Computadores e periféricos	33.958	19.845	2.362	(13.391)	(623)	133	42.284
Benfeitorias	217.468	61.132	–	(27.795)	–	(2.907)	247.898
Obras em andamento	–	48.883	–	–	–	3.680	52.563
Outros	8.989	6.883	6	(1.834)	(51)	(1.685)	12.308
	358.841	187.369	6.103	(56.803)	(5.572)	–	489.938

	2012			2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	124.130	(44.530)	79.600	110.064	(37.892)	72.172
Máquinas e equipamentos	60.109	(15.118)	44.991	49.555	(13.640)	35.915
Veículos	39.505	(11.997)	27.508	36.906	(10.108)	26.798
Computadores e periféricos	124.582	(81.210)	43.372	119.314	(77.030)	42.284
Benfeitorias	474.040	(171.641)	302.399	397.040	(149.142)	247.898
Obras em andamento	66.935	–	66.935	52.563	–	52.563
Outros	20.279	(9.899)	10.380	17.779	(5.471)	12.308
	909.580	(334.395)	575.185	783.221	(293.283)	489.938

Os investimentos em modernização e adequação das instalações de lojas foram substancialmente financiados pela Caixa Econômica Federal, conforme pode ser verificado em maiores detalhes na nota explicativa nº 15.

c) Taxas de depreciação:

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.15, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e o respectivo valor residual anualmente, ao final de cada exercício. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	2012	2011
Edificações	1,67%	1,67%
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	6,7%	6,7%

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo possuía bens imobilizados totalmente depreciados em operação no montante de R$ 81.641 (R$ 86.547 em 31 de dezembro de 2011). O Grupo não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda. **d) Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment":** Os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a capacidade de recuperação do ativo imobilizado corresponde a cada uma de suas lojas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as lojas que apresentam indicadores negativos, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor líquido dos ativos. Com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação. Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

13. Intangível

A movimentação registrada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi a seguinte:

a) Controladora:

	Saldo em: 31/12/11	Adições	Adição por incorporação de controlada	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em: 31/12/12
Ágio na aquisição de novas redes	83.278	–	230.578	–	–	–	313.856
Fundo de comércio	46.095	–	36.013	(14.996)	–	2.079	69.191
Software	32.837	284	397	(12.124)	–	12.619	34.013
Projetos em andamento	13.301	19.491	–	–	(371)	(14.734)	17.687
Outros	205	–	278	(217)	–	36	302
	175.716	19.775	267.266	(27.337)	(371)	–	435.049

	Saldo em: 31/12/10	Adições	Adição por incorporação de controlada	Amortização	Transferência	Saldo em: 31/12/11
Ágio na aquisição de novas redes	25.327	57.951	–	–	–	83.278
Fundo de comércio	29.551	1.301	17.416	(6.745)	4.572	46.095
Software	24.432	9.690	–	(12.502)	11.217	32.837
Projetos em andamento	13.129	13.483	–	–	(13.311)	13.301
Outros	2.710	3	–	(30)	(2.478)	205
	95.149	82.428	17.416	(19.277)	–	175.716

	2012			2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na aquisição de novas redes	325.451	(11.595)	313.856	94.872	(11.594)	83.278
Fundo de comércio	120.882	(51.691)	69.191	84.602	(38.507)	46.095
Software	86.511	(52.498)	34.013	73.210	(40.373)	32.837
Projetos em andamento	17.687	–	17.687	13.301	–	13.301
Outros	6.642	(6.340)	302	6.495	(6.290)	205
	557.173	(122.124)	435.049	272.480	(96.764)	175.716

b) Consolidado

	Saldo em: 31/12/2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em: 31/12/2012
Ágio na aquisição de novas redes	313.857	–	–	–	–	313.857
Fundo de comércio	80.452	–	(18.563)	–	7.302	69.191
Parceiras comerciais	5.983	–	(658)	–	11	5.336
Software	32.692	284	(12.124)	–	13.497	34.349
Projetos em andamento	13.398	19.491	–	(371)	(14.831)	17.687
Outros	2.526	4.407	(356)	(280)	(5.979)	318
	448.908	24.182	(31.701)	(651)	–	440.738

	Saldo em: 31/12/2010	Adições	Adição por combinação negócio	Amortização	Transferência	Saldo em: 31/12/2011
Ágio na aquisição de novas redes	255.906	57.951	–	–	–	313.857
Fundo de comércio	69.618	6.312	16.235	(16.285)	4.572	80.452
Parceiras comerciais	7.847	–	–	(994)	(870)	5.983
Software	23.909	10.421	–	(12.855)	11.217	32.692
Projetos em andamento	13.226	13.483	–	–	(13.311)	13.398
Outros	4.113	21	–	–	(1.608)	2.526
	374.619	88.188	16.235	(30.134)	–	448.908

	2012			2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na aquisição de novas redes	325.451	(11.594)	313.857	325.451	(11.594)	313.857
Fundo de comércio	120.882	(51.691)	69.191	129.365	(48.913)	80.452
Parceiras comerciais	13.506	(8.169)	5.337	13.506	(7.523)	5.983
Software	87.467	(53.118)	34.349	74.587	(41.895)	32.692
Projetos em andamento	17.687	–	17.687	13.398	–	13.398
Outros	6.667	(6.350)	317	7.961	(5.435)	2.526
	571.660	(130.922)	440.738	564.268	(115.360)	448.908

O saldo referente ao ágio decorrente da aquisição de novas redes de lojas é proveniente do processo de incorporação das empresas adquiridas pela Companhia. Os valores referentes aos ágios foram amortizados linearmente até o ano de 2007. A partir de 1º de janeiro de 2008, data de transição das demonstrações financeiras às novas práticas contábeis, estes ágios deixaram de ser amortizados contabilmente, uma vez que se referem a ativos intangíveis de vida útil indefinida. Assim, os ágios passaram a ser avaliados quanto a sua recuperação futura com base em projeções de resultados, por loja, preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de vAdministração. Os demais saldos são classificados como ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados substancialmente por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), que são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete os direitos contratuais sobre o tempo de permanência no imóvel alugado, e também softwares, que são amortizados pelo prazo médio das licenças obtidas. Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos. Alguns módulos desse sistema ainda não estão operando e, portanto, estão registrados na rubrica "projetos em andamento". As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são registradas na rubrica de "Depreciação e amortização", no resultado do exercício. O Grupo não possui ativos intangíveis gerados internamente. **Testes de não recuperação do ágio e intangíveis:** O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2012 e 2011, segundo o método descrito na nota explicativa nº 2.5. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos. As premissas adotadas estão descritas adiante. Os testes de não recuperação compreendem a apuração dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa (UGCs), as quais correspondem ao agrupamento de lojas das redes adquiridas, para os quais o ágio e os intangíveis foram alocados, conforme segue:

alocados, conforme segue:	2012	2011
Ágio relativo à aquisições de redes na região sul	25.327	25.327
Ágio relativo à aquisição das Lojas Maia	230.579	230.579
Ágio relativo à aquisição da New-Utd	57.951	57.951
Total	313.857	313.857

Para avaliação interna, os testes compreendem a apuração do valor em uso de cada UGC, de acordo com os princípios descritos na nota explicativa nº 2.5. O valor em uso é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

Taxa de desconto	
Fluxo de caixa descontado	10,5% [1]
Taxa de crescimento médio ponderado nos 10 primeiros anos	8,8%
Perpetuidade	3,5%

Demonstrações Financeiras

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para as regiões geográficas onde se encontra cada UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos 10 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica-útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

14. Fornecedores

As operações de compra a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias para revenda, são trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros que a Companhia incorre quando de suas captações, destacada na nota 2.7.3, sendo esta taxa considerada, pela Administração da Companhia, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para seus ativos e passivos. O ajuste a valor presente de compras é registrado na rubrica "Fornecedores" (tendo como contrapartida a rubrica "Estoques") e sua reversão é lançada na rubrica "Custo das mercadoria vendidas", pela fruição de prazo.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011	2012	2011
Mercadorias para revenda - mercado interno	1.323.817	1.077.806	1.325.980	1.257.299
Outros fornecedores	14.369	26.690	14.369	26.690
Ajuste a valor presente	(12.194)	(13.483)	(12.194)	(16.215)
	1.325.992	1.091.013	1.328.155	1.267.774

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantias	Vencimento final	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
BNDES (a)	(i) TJLP + 2,38% ao ano (ii) IPCA + 8,91% ao ano (idem em 2011)	Fiança bancária	Dez/13	13.579	32.297	13.579	32.297
Capital de giro (b)	107,5% a 118,8% do CDI ao ano (idem em 2011)	(b)	Mar/15	801.494	538.594	801.494	658.646
Arrendamentos Mercantis Financeiros (c)	CDI/TJLP/LIBOR (idem em 2011)	Alienação fiduciária/Depósitos em garantia	Dez/19	18.032	20.366	18.032	20.392
Debêntures - Oferta restrita (d)	113% do CDI	–	Jun/14	200.180	–	200.180	–
Notas promissórias (e)	105% do CDI	–	Out/13	202.679	–	202.679	–
				1.235.964	591.257	1.235.964	711.335
Passivo circulante				317.198	94.979	317.198	129.671
Passivo não circulante				918.766	496.278	918.766	581.664

(a) Os empréstimos contratados junto ao BNDES possuem a natureza de: (i) financiamento para a abertura de novas lojas e (ii) aquisição de instalações e de equipamentos. Estes contratos têm vencimentos de principal e ju-ros pagos mensalmente.**(b)** Estes financiamentos têm como garantia avais, penhor mercantil e parte dos recebí-veis de cartões de crédito, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4. Parte das captações foi contratada em moeda estrangeira,sobre as quais incidem juros pré-fixados e variação cambial. Com o objetivo de proteger suas operações contra riscos de variações na taxa de câmbio, a Companhia contratou operações de "swap", substituin-do os encargos contratados por juros pós-fixados referenciados em CDI. Trata-se de uma operação totalmente "casada", que não expõe a Companhia a riscos cambiais ou taxas de juros externas. O efeito desta operação está demonstrado na Nota Explicativa nº 30.**(c)** A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a: (i) aeronave, cujo contrato foi celebrado no exercício de 2005 e possui vencimento final em 2016. Para este contrato foram depositados em garantia R$1.232, (equivalentes a US$610 mil), registrados na rubrica de "Outros ativos não circulantes", que será resgatado no vencimento final do contrato. Este depósito, equivalente a 15% do valor total do bem, é atualizado pela variação cambial, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período; (ii) equipamentos de informática e software, cujos contratos possuem vencimentos finais em 2019.

(d) A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em conformidade com a Instrução CVM nº 476/09, com data de emissão em 26 de dezembro de 2011. Foram emitidas 200 debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000, totalizando o valor de R$200.000. As debêntures terão prazo de vigência de 30 meses após a data de emissão, vencendo-se, portanto, em 26 de junho de 2014. As debêntures não terão seu valor nominal atualiza-do e renderão juros remuneratórios correspondentes a 113% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros, os quais serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento feito em 26 de junho de 2012. Para esta operação, a Companhia incorreu em custos de transação no valor de R$1.722, que serão apropriados ao resultado pelo mesmo prazo de vigência. Considerando os custos da operação, a taxa efe-tiva de juros (TIR) projetada é de aproximadamente 116,38% do CDI, ao ano. As debêntures foram integralizadas no dia 06 de janeiro de 2012, após registro e cumprimento das normas de liquidação da CETIP, pelo seu valor unitário acrescidos da respectiva remuneraçãopro rata temporisdesde a data de emissão até a data da efetiva integralização. **(e)** Em 04 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da sua segunda emissão de notas promissórias, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. Foram emitidas 20 Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R$10.000, totalizando R$200.000. As Notas Promissórias possuem prazo de vigência de 360 dias após a data de emissão. As Notas Promissórias não tem seu valor nominal unitário atualizado e rendem juros remuneratórios, calculados a partir da data de emissão, correspondentes a 105,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. Os recursos captados foram destinados ao reforço da posição de caixa da Companhia. A Com-panhia mantém alguns contratos de capital de giro com cláusulas restritivas ("covenants"). As cláusulas ligadas a índices financeiros refere-se a:**i. Banco do Brasil:** manutenção da relação dívida líquida ajustada/EBITDA não superior a 3 vezes. Por dívida líquida ajustada deve-se entender o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, incluídas as debêntures, excluindo-se as operações de comprar e vendor, menos caixa e equivalentes de caixa somados aos recebíveis de cartões de crédito.**ii. Caixa Econômica Federal:** manutenção da relação dívida líquida/EBITDA não superior a 3,5 vezes. Adicionalmente, é exigida comprovação da utilização dos recur-sos disponibilizados através de plano de investimento e relatório de usos. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está adimplente às cláusulas restritivas ("covenants") descritas acima.

16. Depósitos Interfinanceiros

Modalidade	Encargos	2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011
Depósitos interfinanceiros	103,9% do CDI	990.021	981.478

Os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI são títulos emitidos por instituições financeiras e sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Referem-se às captações interbancárias efetivadas pela Luizacred junto ao Itaú Unibanco, cujos vencimentos são como segue:

	Consolidado
Até 90 dias	989.094
De 91 a 365 dias	927
	990.021

17. Operações com cartões de crédito

Referem-se a valores a repassar pela controlada em conjunto Luizacred a outros estabelecimentos comerciais por vendas realizadas com cartão de crédito "private label" do Grupo.

18. Receita diferida

	Controladora (BR GAAP) 2012	Controladora (BR GAAP) 2011	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 2012	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 2011
Receita diferida com terceiros:				
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard (a)	184.000	196.500	184.000	196.500
Contrato sobre direito de exploração - folha de pagamento (b)	1.531	5.207	1.531	5.207
Acordo comercial - Cardif (c)	38.360	–	45.860	16.802
	223.891	201.707	231.391	218.509
Receita diferida com partes relacionadas:				
Contrato de exclusividade com a Luizacred (d)	188.380	48.000	94.192	99.844
Total de receitas diferidas	412.271	249.707	325.583	318.353
Passivo circulante	37.104	19.217	31.560	24.092
Passivo não circulante	375.167	230.490	294.023	294.261

(a) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um "Acordo de Associação", firmado junto às instituições financeiras Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") e Banco Itaúcard S.A., através do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação as Instituições Itaú pagaram à vista o montante de R$250.000, sendo: (i) R$230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R$20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, sujeitos à devolução de parte ou da integralidade do valor, a serem apropriados a resultado no período do contrato, ou seja, 20 anos, à medida do cumprimento das metas. **(b)** Em 30 de junho de 2008, a Companhia celebrou com instituição financeira contrato de cessão do direito exclusivo de exploração de sua folha de pagamento pelo prazo de cinco anos para a prestação de serviços bancários aos seus empregados. Essa parceria propiciou o ingresso de R$20.250 no caixa da Companhia. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato. **(c)** Em 21 de junho de 2012, considerando a incorporação societária da controlada Lojas Maia, bem como a intenção de renovação e prorrogação do Acordo Operacional e Comercial para distribuição de serviços diversos de seguros, na rede de distribuição do Magazine Luiza, até 31 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com a Cardif do Brasil um aditivo aos acordos supracitados, propiciando o ingresso de R$80.000 no caixa da Companhia, sendo destes R$30.000 destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista a renúncia desta à prioridade na distribuição do seguro de perda e roubo de cartões de crédito. O reconhecimento da receita decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato. **(d)** Em 29 de dezembro de 2010, a controlada Lojas Maia celebrou acordo de associação com a Luizacred, controlada em conjunto, através do qual concedeu exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 19 anos.

Por essa associação, a Luizacred pagou em dinheiro o montante de R$160.000 a Lojas Maia (no consolidado R$80.000 são eliminados contra intangível da Luizacred), que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R$20.000, mencionado no item "(a) ii" acima foi aumentado para R$55.000. Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou um aditamento ao acordo de associação com a controlada em conjunto Luizacred, em virtude do acréscimo nas operações da Companhia, advindo da aquisição da New-Utd. Por este aditamento, a Luizacred pagou em dinheiro o montante de R$48.000 à Companhia, que serão apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação. Em 22 de fevereiro de 2013, a Companhia firmou novo aditivo ao Acordo de Associação, visando transferir as atividades de emissão do cartão de crédito da Luizacred ("Cartão Luiza"), bem como seus ativos e passivos correspondentes, ao Itaú ou a uma afiliada do Itaú ("Transferência"). Após a transferência, o Magazine Luiza continuará recebendo 50% dos resultados do Cartão Luiza por meio de participação sobre os resultados ("profit-sharing"), mantendo sua participação econômica. Este Aditivo também mantém seu direito de exclusividade até 2029.

19. Provisões técnicas de seguros

	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2012	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011
Provisão de prêmios não ganhos (a)	43.478	45.061
Sinistros a liquidar (b)	1.026	1.068
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (c)	37	43
Outras provisões técnicas (d)	16.952	4.145
Total	61.493	50.317
Passivo circulante	34.140	32.464
Passivo não circulante	27.353	17.853
Total	61.493	50.317

(a) É constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer dos riscos vigentes na data-base de cálculo. **(b)** Representa a provisão para pagamento de prováveis de indenizações, judiciais ou não, determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. **(c)** É constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que ocorreram e não foram avisados ao Grupo até a data do balanço. **(d)** Refere-se ao prêmio comercial diferido, que será apropriado ao resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices.

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial. Para os casos em que a opinião dos assessores legais é desfavorável, a Companhia constituiu, em 31 de dezembro de 2012, no passivo não circulante, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração do Grupo. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora	2011	Adições	Adição por incorporação	Reversão	Baixas	Atualizações	2012
Tributários	50.424	23.573	81.127	(1.086)	(9.671)	7.118	151.485
Cíveis	8.521	3.601	–	–	(2.024)	–	10.098
Trabalhistas	25.231	2.729	2.873	(5.311)	(1.078)	–	24.444
	84.176	29.903	84.000	(6.397)	(12.773)	7.118	186.027

Consolidado	2011	Adições	Reversão	Baixas	Atualização	2012
Tributários	126.233	30.335	(1.571)	(3.315)	7.676	159.358
Cíveis	17.935	14.684	(819)	(16.822)	–	14.978
Trabalhistas	29.236	3.040	(5.524)	(1.886)	–	24.866
	173.404	48.059	(7.914)	(22.023)	7.676	199.202

Em 31 de dezembro de 2012, a natureza das principais causas da controladora, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue: **a) Processos tributários:** (i) A Companhia contesta 32 autuações fiscais impostas pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, a qual alega recolhimento a menor de ICMS, supostamente devido a título de erro de aplicação de alíquotas. Tendo em vista a classificação de riscos feitos pelos seus consultores jurídicos, como de perda provável, a Companhia procedeu à provisão. Tais autuações perfazem o montante de R$18.687 em 31 de dezembro de 2012 (R$15.706 em 31 de dezembro de 2011). Deste montante, aproximadamente, R$17.613 está garantido por estoques rotativos de mercadorias da Companhia. (ii) A Companhia discute judicialmente via mandado de segurança a inconstitucionalidade de obrigação ao recolhimento da contribuição ao INCRA. Para tanto a Companhia tem realizado depósitos judiciais e respectiva provisão para riscos tributários em conta vinculada ao processo, que totaliza R$5.353 em 31 de dezembro de 2012 (R$3.477 em 31 de dezembro de 2011), com provisão no mesmo montante. (iii) A Companhia contesta judicialmente a majoração da alíquota do RAT (Risco Acidente de Trabalho). Para tanto ingressou com ação judicial e passou a depositar judicialmente em conta vinculada no processo os valores referentes à diferença da majoração. O depósito judicial perfaz o valor total de R$ 29.652 em 31 de dezembro de 2012 (R$17.532 em 31 de dezembro de 2011). (iv) A Companhia discute administrativamente o índice FAP (Fator Acidentário de Prevenção) que lhe foi imposto pela Resolução MPS/CNPS nº 1.269/06, cuja provisão totaliza R$ 22.123 em 31 de dezembro de 2012 (R$13.709 em 31 de dezembro de 2011). (v) Demais ações tributárias avaliadas pela Administração da controladora e seus assessores jurídicos como perda provável somam R$31.227 em 31 de dezembro de 2012 (R$36.193 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram provisionados e estão relacionadas a autos de infração por supostas divergências na aplicação de alíquotas de ICMS, bem como a riscos relacionados ao PIS/COFINS referentes a débitos sobre receita de juros, subvenções fiscais recebidas e créditos julgados como passíveis de questionamento junto ao Fisco. (vi) A sociedade incorporada Lojas Maia não reconhecia a obrigatoriedade sobre recolhimento de PIS/COFINS sobre a base de cálculo de ICMS, efetuando depósito judicial, e respectiva provisão, no valor total de R$36.554 em 31 de dezembro de 2012 (R$33.084 em 31 de dezembro de 2011). (vii) Durante o processo de combinação de negócios da sociedade incorporada Lojas Maia, outros riscos fiscais relacionados a ICMS, IRPJ, CSSL e ISS foram identificados pela Companhia e ponderados no contexto de apuração dos respectivos valores justos, tendo sida registrada provisão adicional de R$7.889 em 31 de dezembro de 2012 (R$6.532 em 31 de dezembro de 2011). **b) Processos cíveis:** As contingências cíveis da controladora no montante de R$10.098 em 31 de dezembro de 2012 (R$8.521 em 31 de dezembro de 2011) estão relacionadas a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos. Os demais saldos, não relevantes, estão registrados nas empresas controladas em conjunto da Companhia. **c) Processos trabalhistas:** i. Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas. O valor provisionado de R$18.483 em 31 de dezembro de 2012 (R$21.932 em 31 de dezembro de 2011) na controladora reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos. Os demais saldos, não relevantes, estão registrados nas demais controladas e controladas em conjunto da Companhia. ii. A Companhia contesta ainda o recolhimento de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado, que está sendo depositado judicialmente em sua totalidade, no valor de R$6.383 em 31 de dezembro de 2012 (R$3.299 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às principais causas passivas são como segue: Processos tributários: existem processos tributários em que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto situam-se como rés. O montante estimado pela Administração e seus assessores legais relacionados a esses processos, os quais se encontram na esfera administrativa ou judicial, é de R$ 339.161 em 31 de dezembro de 2012 (R$377.309 em 31 de dezembro de 2011). Descrevemos, a seguir, a natureza dos principais processos de natureza possíveis: **PIS/COFINS** - Processos administrativos, cuja discussão tramita junto à Delegacia Regional de Julgamento e CARF, relativos a autos de infração lavrados por eventuais divergências de bases de apuração do imposto, por créditos apurados e compensados, porém não homologados pela Receita Federal, dentre outros de menor importância. O montante envolvido com estas naturezas descritas somam R$173.393. ICMS - Processos administrativos e judiciais, relativos a autos de infração lavrados por: (i) eventuais divergências de alíquotas de **ICMS;** (ii) alguns descumprimentos de obrigações acessórias; (iii) por ter adquirido mercadorias de fornecedores, os quais tiverem a posteriori suas inscrições declaradas inaptas pelo Fisco; e (iv) discussão acerca da majoração de alíquota pelo Estado de São Paulo, de 17% para 18%, em que o Estado não aceita o ressarcimento da diferença de 1%; dentre outros de menor importância, no valor estimado de R$ 213.063. **d) Processos cíveis e trabalhistas:** A Companhia contesta processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação. **Contingências ativas:** A Companhia é parte em outros processos tributários de diversas naturezas situando-se como autora, isto é, no polo ativo das ações. Os valores estimados para esses processos totalizam o valor de aproximadamente R$ 371.821 em 31 de dezembro de 2012 (R$294.528 em 31 de dezembro de 2011), e não foram registrados contabilmente por se tratarem de ativos contingentes. Tais créditos referem-se principalmente à discussão judicial que visa excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, o que totaliza aproximadamente R$223.149.

Outros créditos são buscados em ações que discutem o alargamento da base de cálculo do PIS, a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS, entre outros.

Demonstrações Financeiras

21. Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ICMS - Parcelamento Lei nº 17.082	6.504	–	6.504	–
REFIS IV	4.407	6.536	4.407	6.536
PAES	–	716	–	716
	10.911	7.252	10.911	7.252
Passivo circulante	9.128	2.854	9.128	2.854
Passivo não circulante	1.783	4.398	1.783	4.398

No 3º trimestre deste exercício, a Companhia aderiu a parcelamento de débitos de ICMS inscritos em dívida ativa junto à Secretaria Estadual do Paraná, débitos estes que estavam sendo discutidos judicialmente pelos assessores jurídicos da Companhia, uma vez que os mesmos foram quitados no passado com créditos de precatórios daquele mesmo Estado. Ocorre que tal compensação não foi aceita pela Secretaria Estadual do Paraná, devido à alteração de Lei Estadual àquela época, o que foi objeto de discussão judicial. Considerando esta adesão, a Companhia obteve também o retorno dos créditos de precatórios anteriormente utilizados, devidamente atualizados monetariamente e que estão registrados na rubrica de "Outros ativos". Os débitos totais, montados em R$19.536, receberam anistia pela Lei nº 17.082/2012 no valor de R$5.011 e o saldo de débito resultante foi parcialmente liquidado com depósitos judiciais, no valor de R$8.021, restando ainda um saldo de R$6.504, para os quais foram oferecidos créditos de precatórios para liquidação, nos moldes previstos pela própria lei reguladora, e estão sob análise da Secretaria Estadual do Paraná.

22. Patrimônio líquido

Capital Social: Em 2 de maio de 2011, a Companhia iniciou uma Oferta Pública Inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, compreendendo distribuição primária e distribuição secundária, de titularidade dos Acionistas Vendedores. Houve também a subscrição de ações suplementares, definida como "Opção de Ações Suplementares" no prospecto definitivo de distribuição. A venda das ações suplementares ocorreu nas mesmas condições e preço das ações inicialmente ofertadas, cujo processo de Oferta Pública Inicial encerrou-se em 3 de junho de 2011. A Oferta Pública resultou em uma distribuição total de 55.398.796 ações e uma captação total de R$ 886.380. Em 31 de dezembro de 2012 a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	126.688.581	67,93
Ações em circulação	59.805.886	32,07
Total	186.494.467	100,00

De acordo com estatuto social da Companhia, o capital social podera ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei nº 6.404/76, mediante a emissão de até 50.000.000 de novas ações ordinárias. **Plano de opção de compra de ações:** Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de janeiro de 2012, a Companhia deliberou sobre a eleição dos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 1º de abril de 2011, onde em suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços do Grupo. Na mesma oportunidade foi fixado o preço de exercício das opções a serem outorgadas, no valor de R$13,60 para o Plano 2 e R$10,32 o Plano 1. Neste mesmo ato, foram assinados os instrumentos particulares de outorga de opções de compra de ações, aos beneficiários eleitos, sendo outorgado o total de 2.250.000 opções de compra de ações pelo preço de R$10,32 (Plano 1) e o total de 1.274.732 opções de compra de ações pelo preço de R$13,60 (Plano 2). Ambos os tipos dos planos vigorarão pelo prazo de oito anos a contar da data de outorga do mesmo. As opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia entre a data de outorga e as datas especificadas a seguir. Para o Plano 1, 20% das opções poderiam ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% das opções poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do beneficiário à Companhia. Para o Plano 2, 20% das opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do beneficiário à Companhia. Tais opções quando exercidas serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2012 nenhuma opção de compra de ações foi exercida. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de vida média das opções de 5,5 anos, que representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o turn over médio dos beneficiários do plano; (b) volatilidade média anualizada considerada para empresas do mesmo setor de 43,5%; (c) taxa de juros livre de risco de 10%.

A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2012 foi de R$6,49. De acordo com o CPC 10 R1 e IFRS 2, os efeitos das transações com pagamento baseado em ações foram registrados no resultado do exercício, considerando o valor justo das opções de compra de ações, resultando em uma despesa no montante de R$2.820 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A tabela a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação, que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 31 de dezembro de todas as opções outorgadas:

	31/12/2012
Quantidade de ações atuais	186.494.467
Saldo de opção de ações em vigor	3.524.732
Percentual máximo possível de diluição	1,89%

Reserva legal: O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R$4.025. **Dividendos:** O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 15% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração havia provisionado o valor de R$1.662, referente ao dividendo mínimo obrigatório. Em Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 30 de abril de 2012, foi deliberada a destinação de R$2.771 como distribuição de dividendos, portanto, R$1.109 a mais que o dividendo obrigatório. Este montante foi integralmente liquidado no 2º trimestre deste exercício. **Reserva de retenção de lucros:** Após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição da reserva de retenção de lucros, a qual terá a sua destinação pela assembleia geral ordinária. **Lucro por ação:** De acordo com o CPC 41 e o IAS 33 - "Lucro por Ação", a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro (prejuízo) dos períodos atribuível aos proprietários da Companhia	(6.745)	11.666
Média ponderada das ações em circulação no período	186.494	174.448
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	(0,04)	0,07

Considerando que o preço médio de mercado das ações em circulação é inferior ao preço de exercício das opções de compra de ações outorgadas, no período entre a outorga do plano de opções de ações e 31 de dezembro de 2012, o efeito diluidor do lucro por ação não é afetado.

23. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BRGAAP)	
Receita bruta:	2012	2011	2012	2011
Varejo - Revenda de mercadoria	7.733.619	5.857.772	8.114.022	6.848.111
Varejo - Prestação de serviços	294.204	241.205	166.228	152.443
Operações financeiras	–	–	654.148	504.290
Operações de seguro	–	–	86.335	68.754
Administração de consórcio	–	–	33.713	27.738
	8.027.823	6.098.977	9.054.446	7.601.336
Impostos e devoluções:				
Revenda de mercadoria	(1.269.143)	(931.262)	(1.345.951)	(1.145.076)
Prestação de serviços	(39.255)	(32.129)	(43.383)	(36.889)
	(1.308.398)	(963.391)	(1.389.334)	(1.181.965)
Receita líquida de vendas	6.719.425	5.135.586	7.665.112	6.419.371

24. Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e de captação para operações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BRGAAP)	
Custos:	2012	2011	2012	2011
Das mercadorias revendidas	(4.810.471)	(3.589.901)	(5.051.968)	(4.163.438)
De prestação de serviços	–	–	(12.184)	(14.061)
De captação para operações financeiras	–	–	(82.445)	(97.585)
	(4.810.471)	(3.589.901)	(5.146.597)	(4.275.084)

25. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado do exercício

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

apresentada a seguir:	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011	2012	2011
Despesas com pessoal	(938.112)	(752.566)	(979.062)	(860.827)
Despesas com prestadores de serviços	(349.177)	(273.453)	(421.024)	(388.938)
Outras	(357.854)	(258.957)	(538.109)	(348.994)
Total	(1.645.143)	(1.284.976)	(1.938.195)	(1.598.759)

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Classificados por função como:	2012		2011	
Despesas com vendas	(1.344.320)	(1.038.760)	(1.581.049)	(1.343.327)
Despesas gerais e administrativas	(330.723)	(264.749)	(388.429)	(354.629)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 26)	29.900	18.533	31.283	99.197
	(1.645.143)	(1.284.976)	(1.938.195)	(1.598.759)

26. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011	2012	2011
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado (a)	(833)	10.342	(833)	10.133
Apropriação de receita diferida (b)	39.388	26.447	44.947	27.665
Provisão para perdas tributárias	12.910	(6.448)	12.910	42.633
Despesas de integração de rede (c)	(23.009)	(12.702)	(25.645)	(39.414)
Despesas com "chipagem" cartões de crédito (d)	–	–	(7.837)	–
Operações de crédito pessoal - Luizacred (e)	–	–	17.444	50.179
Venda de estrutura de divulgação de marca (f)	–	–	–	22.500
Despesas com sinistros financeiros (g)	–	–	(4.629)	(8.160)
Outros	1.444	894	(5.074)	(6.339)
Total	29.900	18.533	31.283	99.197

(a) No exercício de 2011, o saldo referia-se à venda de imóveis para partes relacionadas conforme descrito na Nota Explicativa nº 6-a. O valor desta transação no exercício de 2012 refere-se a operações de venda de ativos imobilizados como sucata para terceiros. **(b)** Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17. **(c)** Referem-se a gastos incorridos de forma não recorrente, no processo de incorporação de redes. **(d)** Refere-se às despesas com emissão de novos cartões de crédito, com chip, para clientes novos e antigos. **(e)** Em 2005, a Luizacred firmou contrato de parceria junto ao antigo Banco Fininvest S.A., sucedido pelas instituições Itaú Unibanco, para a oferta de operações de crédito consignado aos clientes do Magazine Luiza, para complementar o portfólio de serviços disponibilizados pela Luizacred. A principal condição do contrato estabelece a transferência dos recursos apurados mensalmente ("profit sharing") obtidos pelos serviços de empréstimos contratados junto à Fininvest, a favor da Luizacred.

(f) Refere-se à receita obtida pela venda da estrutura de divulgação da Luizacred, a fim de fomentar a marca da Itaúcard. **(g)** Refere-se a despesas em sinistros com operações de cartões de crédito da Luizacred.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras:	2012	2011	2012	2011
Juros de vendas de garantia estendida	27.656	13.248	27.656	13.248
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	15.441	20.079	13.903	32.198
Juros de vendas de mercadorias - Juros por atrasos nos recebimentos	2.285	1.745	2.423	2.149
Variação cambial ativa	–	469	–	469
Descontos obtidos	5.781	2.360	5.795	2.897
Outros	5.918	672	5.918	725
	57.081	38.573	55.695	51.686
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	(107.936)	(115.267)	(114.274)	(136.797)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(103.206)	(71.962)	(82.043)	(52.885)
Provisão de juros com garantia estendida	(14.284)	(8.951)	(14.284)	(8.951)
Variação cambial passiva	(278)	(858)	(278)	(858)
Outros	(16.612)	(16.357)	(17.113)	(17.918)
	(242.318)	(213.395)	(227.992)	(217.409)
Resultado financeiro líquido	(185.237)	(174.822)	(172.297)	(165.723)

28. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está inserida na modalidade de contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para o Grupo. A contribuição do Grupo corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, a critério do Grupo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2012 e 2011, respectivamente, as contribuições montaram em R$648 e R$337.

Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida da Companhia. O Grupo provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, plano de ações, entre outros. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2012, foi de R$111.461 (R$94.738 em 2011). Adicionalmente, o Grupo não mantém quaisquer benefícios para pessoas-chave da administração de partes relacionadas.

29. Informação por segmento de negócios

O CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento - requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo diretor-presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Administração de Consórcios. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações.

As principais características para cada uma das divisões são: **Varejo** - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia; **Operações financeiras** - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos; **Operações de seguros** - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia; **Administração de consórcios** - por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos. As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos pelo Grupo.

Demonstrações Financeiras

Demonstrações do resultado

							2012
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração de consórcios	Total	Eliminações	Saldo consolidado
Receita bruta com terceiros	8.280.248	643.608	86.335	33.713	9.043.904	–	9.043.904
Receita bruta com partes relacionadas	148.045	23.590	–	–	171.635	(161.093)	10.542
Deduções da receita	(1.386.376)	–	–	(2.958)	(1.389.334)	–	(1.389.334)
Receita líquida do segmento	7.041.917	667.198	86.335	30.755	7.826.205	(161.093)	7.665.112
Custos	(5.051.968)	(82.445)	(6.348)	(11.739)	(5.152.500)	5.903	(5.146.597)
Lucro bruto	1.989.949	584.753	79.987	19.016	2.673.705	(155.190)	2.518.515
Despesas com vendas	(1.404.098)	(179.772)	2.821	–	(1.581.049)	–	(1.581.049)
Despesa com vendas - Partes relacionadas	–	(71.270)	(60.330)	–	(131.600)	131.600	–
Despesas gerais e administrativas	(355.518)	(3.051)	(13.157)	(16.703)	(388.429)	–	(388.429)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(23.471)	(315.048)	–	–	(338.519)	–	(338.519)
Depreciação e amortização	(92.156)	(6.621)	(12)	(291)	(99.080)	5.544	(93.536)
Equivalência patrimonial	20.512	–	–	–	20.512	(20.512)	–
Outras receitas operacionais	30.989	4.839	257	742	36.827	(5.544)	31.283
Resultado financeiro	(181.130)	–	7.918	915	(172.297)	–	(172.297)
Resultado financeiro com partes relacionadas	(23.590)	–	–	–	(23.590)	23.590	–
Imposto de renda e contribuição social	31.768	(6.438)	(6.865)	(1.178)	17.287	–	17.287
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.745)	7.392	10.619	2.501	13.767	(20.512)	(6.745)

							2011
	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração de consórcios	Total	Eliminações	Saldo consolidado
Receita bruta com terceiros	7.000.554	504.290	68.754	27.738	7.601.336	–	7.601.336
Receita bruta com partes relacionadas	112.210	24.580	–	–	136.790	(136.790)	–
Deduções da receita	(1.180.022)	–	–	(1.943)	(1.181.965)	–	(1.181.965)
Receita líquida do segmento	5.932.742	528.870	68.754	25.795	6.556.161	(136.790)	6.419.371
Custos	(4.163.438)	(97.585)	(4.918)	(14.097)	(4.280.038)	4.954	(4.275.084)
Lucro bruto	1.769.304	431.285	63.836	11.698	2.276.123	(131.836)	2.144.287
Despesas com vendas	(1.201.711)	(141.250)	(366)	–	(1.343.327)	–	(1.343.327)
Despesa com vendas - Partes relacionadas	–	(63.799)	(43.456)	–	(107.255)	107.255	–
Despesas gerais e administrativas	(327.165)	(3.174)	(11.285)	(13.005)	(354.629)	–	(354.629)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(13.279)	(231.652)	–	–	(244.931)	–	(244.931)
Depreciação e amortização	(85.511)	(5.410)	(5.140)	(278)	(96.339)	9.402	(86.937)
Equivalência patrimonial	29.864	–	–	–	29.864	(29.864)	–
Outras receitas operacionais	54.498	54.280	(188)	8	108.598	(9.401)	99.197
Resultado financeiro	(175.611)	–	8.975	913	(165.723)	–	(165.723)
Resultado financeiro com partes relacionadas	(24.580)	–	–	–	(24.580)	24.580	–
Imposto de renda e contribuição social	(14.143)	(17.533)	(4.905)	310	(36.271)	–	(36.271)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.666	22.747	7.471	(354)	41.530	(29.864)	11.666

Balanços patrimoniais

							2012
Ativos	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração de consórcios	Total	Eliminações	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	404.143	4.244	5	14.736	423.128	–	423.128
Títulos e valores mobiliários	126.385	5.024	103.073	–	234.482	–	234.482
Contas a receber	486.872	1.619.378	–	–	2.106.250	–	2.106.250
Estoques	1.608.762	–	–	–	1.068.762	–	1.068.762
Investimentos	235.166	–	–	–	235.166	(235.166)	–
Imobilizado e intangível	1.008.272	100.802	16	1.023	1.110.113	(94.190)	1.015.923
Outros ativos	773.376	83.777	20.448	1.998	879.599	(63.389)	816.210
	4.102.976	1.813.225	123.542	17.757	6.057.500	(392.745)	5.664.755
Passivos							
Fornecedores	1.325.992	–	1.845	318	1.328.155	–	1.328.155
Empréstimos e financiamentos	1.235.964	–	–	–	1.235.964	–	1.235.964
Depósitos interfinanceiros	–	990.021	–	–	990.021	–	990.021
Operações com cartões de crédito	–	566.664	–	–	566.664	–	566.664
Provisões técnicas de seguros	–	–	61.493	–	61.493	–	61.493
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	186.027	11.548	101	1.526	199.202	–	199.202
Receita diferida	412.271	7.500	–	–	419.771	(94.188)	325.583
Outras contas a pagar	326.730	55.740	18.959	3.641	405.070	(63.389)	341.681
	3.486.984	1.631.473	82.398	5.485	5.206.340	(157.577)	5.048.763

							2011
Ativos	Varejo	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração de consórcios	Total	Eliminações	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	158.171	3.817	18	11.111	173.117	–	173.117
Títulos e valores mobiliários	26.876	5.315	86.033	–	118.224	–	118.224
Contas a receber	504.836	1.432.399	–	–	1.937.235	–	1.937.235
Estoques	1.264.657	–	–	–	1.264.657	–	1.264.657
Investimentos	32.186	–	–	–	32.186	(32.186)	–
Imobilizado e intangível	930.254	107.342	4	980	1.038.580	(99.734)	938.846
Outros ativos	461.117	86.737	12.075	1.894	561.823	(116.548)	445.275
	3.378.097	1.635.610	98.130	13.985	5.125.822	(248.468)	4.877.354
Passivos							
Fornecedores	1.266.046	–	1.066	662	1.267.774	–	1.267.774
Empréstimos e financiamentos	711.335	–	–	–	711.335	–	711.335
Depósitos interfinanceiros	–	981.478	–	–	981.478	–	981.478
Operações com cartões de crédito	–	436.130	–	–	436.130	–	436.130
Provisões técnicas de seguros	–	–	50.317	–	50.317	–	50.317
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	166.569	6.167	61	607	173.404	–	173.404
Receita diferida	418.088	–	–	–	418.088	(99.735)	318.353
Outras contas a pagar	362.588	60.345	8.288	2.945	434.166	(116.548)	317.618
	2.924.626	1.484.120	59.732	4.214	4.472.692	(216.283)	4.256.409

30. Instrumentos financeiros

Gestão de risco de capital: A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes. A Companhia utiliza também o índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual, no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional. Por "Dívida líquida" deve-se entender o somatório de todos e quaisquer Empréstimos e Financiamentos do passivo circulante e do não circulante, subtraído de caixa e equivalentes de caixa do ativo circulante. Por EBITDA deve-se entender lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas e receitas financeiras, e da depreciação e amortização. A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	1.235.964	591.257	1.235.964	711.335
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(404.143)	(150.980)	(423.128)	(173.117)
(–) Títulos e valores mobiliários	(126.385)	(26.876)	(234.482)	(118.224)
Dívida líquida	705.436	413.401	578.354	419.994
Patrimônio líquido	615.992	620.945	615.992	620.945

Categoria de instrumentos financeiros:	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Ativos financeiros	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Empréstimos e recebíveis (inclusive caixa e bancos):				
Caixa e bancos	103.792	43.571	109.671	54.688
Depósitos judiciais	129.348	53.534	137.792	88.969
Contas a receber	486.872	442.184	2.106.250	1.937.235
Partes relacionadas	71.769	130.165	35.541	42.601
Mantidos para negociação:				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	426.736	134.285	547.939	174.892
Disponíveis para venda:				
Títulos e valores mobiliários	–	–	83.838	61.761
Passivos financeiros				
Custo amortizado:				
Empréstimos, financiamentos e depósitos interfinanceiros	1.235.964	591.527	2.225.985	1.692.813
Operações com cartões de crédito	–	–	566.664	436.130
Fornecedores	1.325.992	1.091.013	1.328.155	1.267.774
Partes relacionadas	51.291	45.737	25.989	25.492
Impostos parcelados	10.911	7.252	10.911	7.252

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão do vencimento de parte substancial ocorrer em data próxima a dos balanços. O saldo dos empréstimos e financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado. Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente. **Mensurações de valor justo:** Ativos e passivos consolidados estimados ao valor justo são resumidos abaixo: Caixa e equivalentes de caixa são classificadas dentro do Nível 2 e o valor justo é estimado com base em relatórios de corretoras que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares. O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos acima permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A Companhia não tem ativos ou passivos em aberto nos quais o valor justo poderia ser mensurado utilizando-se informações significativas não observáveis (Nível 3) em 31 de dezembro de 2012 e 2011. **Gestão de risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	1.328.155	–	–	1.328.155
Empréstimos e financiamentos	317.198	756.622	162.144	1.235.964
Partes relacionadas	25.989	–	–	25.989
Impostos parcelados	9.128	1.070	713	10.911

Considerações sobre riscos: Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente artigos eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes: **Risco de crédito:** o risco de crédito surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, que em 31 de dezembro de 2012 tem um saldo de R$2.242.713 (R$2.065.829 em 31 de dezembro de 2011). Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas, em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios do Grupo. Para os casos em que a concentração dos valores faturados é maior, o risco é gerenciado através de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R$161.192 (R$89.694 em 31 de dezembro de 2011), os quais estão adicionados à análise do Grupo sobre a necessidade de constituição de provisão para liquidação duvidosa. **Risco de mercado:** decorre do desaquecimento do varejo no cenário econômico do país. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. **Risco de taxas de juros:** o Grupo está exposto a taxas de juros flutuantes vinculadas a "Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)", "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)" e Selic, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo. **Gestão de risco de taxa de câmbio:** a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação "casada" que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de "swap" contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação. A Companhia não adota a contabilidade de hedge prevista no CPC 38. O detalhe dos contratos, que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Valor de referência	Valor justo com ganho	Indexador banco		Indexador Companhia	
Banco contratado	(nocional)	(perda) do "swap" (a)	Indexador	Juros	Indexador	Juros
Bradesco	44.713	9.527	US$	4,08% a.a.	CDI	118% a.a.
Banco do Brasil	85.517	21.296	US$	4,79% a.a.	CDI	116% a.a.
	130.230	30.823				

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se metodologia comumente empregada pelos participantes de mercado, sendo a estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA. Não houve, nos exercícios apresentados, operações que deixaram de ser qualificadas como operações de proteção patrimonial, bem como não há compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa. **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2012, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento ou redução de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas (cenário provável), utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&FBOVESPA e/ou BACEN. Os efeitos esperados de despesas com juros líquidas das receitas financeiras das aplicações financeiras para o período de 12 meses, é como segue:

Juros a incorrer expostos a:	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (- 25%)	Cenário IV (+ 50%)	Cenário V (- 50%)
CDI	6,90%	42.096	52.620	31.572	63.144	21.048
TJLP	6,00%	1.411	1.541	1.198	1.712	1.027
IPCA	5,60%	1.205	1.316	1.035	1.457	894
Total		44.712	55.477	33.805	66.313	22.969

Demonstrações Financeiras

Conforme mencionado anteriormente, a Administração do Grupo entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de "Swap", de modo que o tratamento contábil e financeiro destes empréstimos é denominado em moeda local. Assim, a variação do instrumento financeiro derivativo "Swap" e dos empréstimos e financiamentos são compensados.

31. Compromissos

Arrendamento mercantil operacional - contratos de aluguel: A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de 5 anos, renováveis por mais 5 anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 743 lojas alugadas. Para estes contratos de aluguel, incluindo os 9 centros de distribuição, foram registradas despesas no montante de R$172.046 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R$ 111.596 em 2011). Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados, montam, nos próximos 5 anos:

Ano	Valor
2013	180.683
2014	190.113
2015	199.060
2016	208.180
2017	217.717
Total	995.753

Contratos de arrendamento mercantil financeiro:	Pagamentos mínimos			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em até um ano	9.834	10.555	9.834	10.586
Entre dois e cinco anos	10.072	15.405	10.072	15.405
Mais de cinco anos	250	44	250	44
	20.156	26.004	20.156	26.035
Menos: Resultado financeiro não incorrido	(2.124)	(5.638)	(2.124)	(5.643)
Valor presente dos pagamentos mínimos	18.032	20.366	18.032	20.392

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia adquiriu uma aeronave, através de contrato de leasing, com vencimento final em 2016, sujeito à variação cambial e remunerado à taxa LIBOR (vide maiores informações na nota explicativa n° 15-c). Não foram contratados instrumentos financeiros para proteção contra o risco relacionado às variações das taxas de câmbio pactuadas neste contrato. A Companhia também firmou contratos de arrendamento mercantil financeiro para equipamentos de informática e softwares, os quais têm vencimento final em 2019, conforme descrito na nota explicativa n° 15-c. Os valores dos ativos, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro estão demonstrados a seguir, em atendimento ao item 31 do pronunciamento técnico CVM n° 645/2009:

Categoria dos ativos	2012	2011
Computadores e periféricos	9.147	12.831
Veículos	9.684	8.774
Software	8.595	–
Total	27.426	21.605

Adicionalmente, não houve nos períodos apresentados, pagamentos contingentes reconhecidos como despesas durante os períodos, bem como subarrendamentos mercantis realizados. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.

32. Demonstrações dos fluxos de caixa

32.1. Transações que não afetam caixa: A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos que compõem essa conta estão representados conforme nota explicativa n° 3. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2012	2011	2012	2011
Valores a pagar por aquisição de imobilizado	–	7.389	–	7.389
Dividendos propostos por controladas em conjunto e não recebidos	3.702	8.647	–	–
Dividendos declarados e não pagos no exercício	–	1.662	–	1.662
Outros resultados abrangentes	81	–	81	–

32.2. Informações adicionais às demonstrações de fluxo de caixa cujas divulgações são encorajadas pelo CPC 03 (R2) - demonstrações dos fluxos de caixa: 32.2.1. Demonstrações dos fluxos de caixa dos investimentos em controladas em conjunto: Os fluxos de caixa de cada uma das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, referentes às participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto apresentados mediante o uso da consolidação proporcional, estão demonstrados a seguir:

	Luizacred		Luizaseg	
	2012	2011	2012	2011
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(20.472)	(44.372)	27	5.957
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(80)	(25.003)	–	–
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	20.979	72.943	(22)	(5.970)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	427	3.568	(5)	(13)

32.2.2. Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócios:

	Varejo	Operações financeiras	Operações seguros	Administração consórcios	Elimi-nações	2012 Conso-lidado
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	54.040	(20.472)	27	3.958	(101.630)	(64.077)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(256.597)	(80)	(22)	(333)	147.151	(109.881)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	453.970	20.979	–	–	(50.980)	423.969
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	251.413	427	5	3.625	(5.459)	250.011

	Varejo	Operações financeiras	Operações seguros	Administração consórcios	Elimi-nações	2011 Conso-lidado
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(214.842)	(44.372)	5.957	2.263	(21.850)	(272.844)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(340.017)	(25.003)	–	(378)	100.822	(264.576)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	393.671	72.943	(5.970)	–	(78.972)	381.672
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(161.188)	3.568	(13)	1.885	–	(155.748)

33. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros,

	2012	2011
Responsabilidade civil	500	500
Riscos diversos - estoques e imobilizado	723.533	474.770
Veículos	12.759	10.207
	736.792	485.477

34. Eventos subsequentes

34.1. Acordo de associação: Em 22 de fevereiro de 2013, foi firmado um aditivo ao Acordo de Associação da Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Luizacred") com o Itaú Unibanco Holding S.A. e o Banco Itaucard S.A. ("Itaú"), visando transferir as atividades de emissão do cartão de crédito da Luizacred ("Cartão Luiza"), bem como seus ativos e passivos correspondentes, ao Itaú ou a uma afiliada do Itaú ("Transferência"). Após a transferência, o Magazine Luiza continuará recebendo 50% dos resultados do Cartão Luiza por meio de participação sobre os resultados ("profit-sharing"), mantendo sua participação econômica. As operações de crédito direto ao consumidor ("CDC") e empréstimos pessoais permanecerão na Luizacred. Este Aditivo também mantém os princípios gerais de governança da Luizacred e do Cartão Luiza, bem como seu direito de exclusividade até 2029. **34.2. Emissão de Debêntures:** Em 07 de março de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da sua segunda emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações da companhia, da espécie quirografária, em duas séries ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação. Serão emitidas 200 Debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000, totalizando R$200.000. Para efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será dia 22 de março de 2013 em duas séries: (a) 1ª série no valor de R$ 100.000, terá o prazo vigente de 2 anos, não sendo o seu valor unitário atualizado e renderá juros 112,00% da variação acumulada das taxas médias dos DI - Depósitos Interfinanceiros; a 2ª série no valor de R$ 100.000 terá o prazo de 3 anos, não sendo o seu valor unitário atualizado e rendendo juros de 114,50% da taxa Di - Depósitos Interfinanceiros. Os recursos captados serão destinados ao alongamento do endividamento da Companhia.

35. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2013.

Relatório dos auditores independentes sobre as demostrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Magazine Luiza S.A.

Franca - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Magazine Luiza S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 22 de março de 2012, sem modificações.

São Paulo, 26 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do
ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Luiz Carlos Nannini
Contador CRC-1SP171638/O-7

Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP223361/O-2

magazineluiza

Relatório Anual

2012

Expediente

Roberto Bellıssimo Rodrigues
Diretor Financeiro (CFO) e de Relações com Investidores

Tatiana P. F. Santos Collis
RI, M&A e Novos Negócios | Diretora de Departamento

Anderson Rezende
Relações com Investidores | Gerente

Rovilson Vieira Junior
Relações com Investidores | Analista

Ivone Santana
Comunicação Corporativa e Sustentabilidade | Gerente

Direção de arte
PR Consulting Brasil
Projeto gráfico e direção de arte
Fernando Albuquerque e PR Consulting Brasil

Coordenação de produção gráfica
Marcela Fabreti
Diagramação e edição de arte
Fernando Albuquerque e Ana Paula Alcântara

Fotografia
Acervo Magazine Luiza
Etco A WPP Company
Alexandre Rezende

Revisão
Lucélia A Pulzi

Texto e revisão
PR Consulting Brasil

Edição
Anthony Dovkants
Micheli Rueda

Reportagem
Anthony Dovkants
Deborah Costa
Fernanda Gehrke

Tratamento de pré- impressão
PR Consulting Brasil

® 2012 Magazine Luiza
Todos os direitos reservados

www.magazineluiza.com.br